



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 40 TERÇA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 2016



BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-T0)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
- 2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
- 3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
- 4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – 43ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 4 DE ABRIL DE 2016

1.1 – ATA	5
-----------------	---

1.1.1 – ABERTURA	5
------------------------	---

1.1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

1.1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (vide item 1.2).....	5
--	---

1.1.2.2 – Oradores

SENADOR PAULO PAIM – Defesa da eleição de uma assembleia constituinte exclusiva para reforma do sistema político-eleitoral do País.....	5
---	---

SENADOR TELMÁRIO MOTA, como Líder – Defesa da continuidade do mandato da Presidente Dilma Rousseff e dos programas sociais implementados em seu governo	11
---	----

SENADOR JOSÉ MEDEIROS – Preocupação com o aumento do desemprego; e outro assunto	13
--	----

SENADORA ÂNGELA PORTELA – Registro do Dia Mundial do Autismo, em 2 de abril, e destaque a iniciativas necessárias para garantir o atendimento especializado aos autistas	18
--	----

SENADOR LINDBERGH FARIAS – Críticas ao processo de <i>impeachment</i> da Presidente da República e defesa da posse do ex-Presidente Lula no Ministério da Casa Civil.....	19
---	----

SENADOR REGUFFE – Críticas à suposta tentativa do Governo de trocar ministérios por votos contra o impeachment; e outro assunto	26
---	----

SENADORA ANA AMÉLIA – Críticas ao PT e aos movimentos sociais por, supostamente, propagarem discurso de ódio a fim de inflamar a população em relação ao processo de impeachment	31
--	----

SENADOR HUMBERTO COSTA, como Líder – Críticas à oposição por, supostamente, não aceitar o resultado da eleição presidencial de 2014; e outros assuntos.....	35
---	----

SENADORA GLEISI HOFFMANN – Defesa da suposta insustentabilidade jurídica para o <i>impeachment</i> da Presidente da República; e outros assuntos.....	39
---	----

SENADOR VALDIR RAUPP, como Líder – Posicionamento a favor da antecipação das eleições presidenciais de 2018; e outros assuntos	42
--	----

SENADOR HÉLIO JOSÉ – Reflexão sobre o problema da evasão escolar; e outros assuntos.....	49
--	----

SENADOR ELMANO FÉRRER – Homenagem à Universidade Estadual do Piauí, a UESPI, que completa 30 anos de atividade acadêmica	52
--	----

SENADORA FÁTIMA BEZERRA – Satisfação com as manifestações a favor do Governo Dilma Rousseff ocorridas em 31 de março.....	54
---	----

1.1.3 – ENCERRAMENTO.....	57
---------------------------	----

1.2 – MATERIAS E DOCUMENTOS

1.2.1 – EXPEDIENTE

1.2.1.1 – Abertura de prazo

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei do Senado nº 356/2012 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 16/2016-CCJ).....	58
---	----

1.2.1.2 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados
--

Substitutivo da Câmara nº 1/2016 ao Projeto de Lei do Senado nº 260/2013 (nº 8.194/2014, na Câmara dos Deputados), do Senador Paulo Bauer, que <i>acrescenta art. 19-A ao Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para dispor sobre a rotulagem de alimentos que contenham lactose e caseína; e veda a utilização de gordura vegetal hidrogenada na composição de alimentos destinados ao consumo humano, nos termos em que especifica.....</i>	59
--	----

Projeto de Lei da Câmara nº 8/2016 (nº 3.030/2015, na Câmara dos Deputados), que <i>altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.....</i>	62
---	----

1.2.1.3 – Mensagens da Presidente da República

Nº 33/2016 (nº 107/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA CAMPOS para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).....	64
--	----

Nº 120/2016, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 1/2016, sancionado e transformado na Lei nº 13.264/2016.....	73
--	----

1.2.1.4 – Pareceres

Nºs 370 e 371/2016, das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Constituição, Justiça e Cidadania, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 356/2012	74
---	----

1.2.1.5 – Projeto de Lei do Senado

Nº 152/2016, do Senador Paulo Paim, que <i>altera a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, para determinar que o índice máximo de reajuste das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde, em todos os tipos de contratação, seja o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)</i>	104
--	-----

1.2.1.6 – Término de prazos

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 14/2016.....	107
--	-----

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 158 e 175/2015.....	107
--	-----

Término do prazo, sexta-feira última, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 690/2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 26/2015). <i>Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria</i>	107
---	-----

Término do prazo, sexta-feira última, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 691/2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 24/2015). <i>Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria</i>	107
---	-----

1.2.2 – CONGRESSO NACIONAL**1.2.2.1 – Aviso do Tribunal de Contas da União**

Nº 5/2016-CN (nº 198/2016, na origem), que encaminha o Relatório de Atividades desenvolvidas pela referida entidade referente ao exercício de 2015. <i>Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria</i>	108
---	-----

1.2.2.2 – Comunicação

Da Comissão destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 704/2015, de designação do Senador Benedito de Lira como Relator da referida Comissão (Ofício nº 3/2016).....	109
--	-----

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	110
---	-----

3 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	113
---	-----

4 – LIDERANÇAS	114
-----------------------------	-----

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	117
--	-----

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	136
---	-----

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	146
--	-----

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	194
-------------------------------------	-----

CONGRESSO NACIONAL

9 – COMISSÕES MISTAS	218
-----------------------------------	-----

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	228
--------------------------------------	-----

43ª Sessão, Não Deliberativa , em 4 de Abril de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência da Sra Ângela Portela; dos Srs. Elmano Férrer, Telmário Mota, Paulo Paim; e da Sra Fátima Bezerra.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 19 horas e 35 minutos.)

ATA

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**vide item 1.2 do sumário**)

Convidamos para a tribuna o nosso primeiro orador, Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Telmário Mota, um guerreiro em defesa da democracia, é uma alegria ver que V. Exª preside os trabalhos quando faço um pronunciamento que considero importante para quem quer, de fato, fortalecer a cultura da democracia.

Sr. Presidente, no Rio Grande, houve um gaúcho que, ainda em 1880, usou a seguinte frase que está até hoje gravada em seu próprio túmulo. Disse ele: “Quero leis que governem homens e não homens que governem as leis.” Ou seja, que se cumpra a Constituição. É uma frase do brasileiro e gaúcho Honório Lemes da Silva, o Leão do Caverá, dita há quase 100 anos e que está mais viva do que nunca.

Desde a nossa redemocratização, em meados de 1980, temos testemunhado processos eleitorais regulares. Foram sete eleições diretas para Presidente. Também temos mantido eleições para Senador, para Deputado Federal, para Governador, Deputado Estadual, Prefeito e Vereador. Mas as eleições sozinhas, Sr. Presidente, não garantem uma verdadeira democracia. Creio eu que nos falta a cultura da própria democracia, a cultura democrática.

Os grilhões do Estado repressor e policialesco, iniciado com o positivismo de 15 de novembro de 1889, ainda não foram arrebatados. São 127 anos de coerção, de abuso, do é dando que se recebe, República Velha, República Nova, Estado Novo, Regime Militar, Nova República, era Collor, era FHC. E nós mesmos no poder não conseguimos mudar esse quadro.

Sr. Presidente, não é novidade alguma para nós todos que a corrupção e as fraudes não são de agora. A nossa história está aí para ser consultada. É só lembrar que recentemente saiu uma lista de mais de 700 pessoas só da Constituinte para cá, e mais 200 no momento atual, que estão sendo discutidas. E hoje saiu outra lista com não sei quantos que continua na mesma linha. Em todos os governos, ela esteve presente. Não há um governo sequer que esteja livre e possa dizer “no meu governo não houve corrupção”, porque houve lamentavelmente.

Sr. Presidente, restritas às suas épocas, umas apareciam mais e outras menos, dependendo dos interesses que compunham os lados do tabuleiro. Aliás, eu admito, o meu Partido, o PT, surgiu justamente para mudar esse *status quo* dessa forma centenária de fazer política no Brasil. Infelizmente não conseguiu.

A cultura democrática pressupõe que a lei é para todos independentemente de partido, gênero político, posição social ou econômica. A balança da Justiça, a efígie da República e o espírito do Legislativo não podem usar pesos e medidas diferentes. A punição seletiva demonstra uma parcialidade característica dos regimes antidemocráticos e ditatoriais. Dessa forma, como as cartas são dadas, o Brasil só tende a caminhar para trás. E nós não queremos ditadura nunca mais.

O Executivo, o Legislativo e o Judiciário estão perdidos em suas próprias atribuições, numa hora confusa, noutra hora promiscua. Sr. Presidente, aí vem a pergunta: será que os homens que estão à frente desses Poderes possuem aquilo que eu estou aqui defendendo, a cultura democrática suficiente para fazer valer o respeito às leis, à Constituição cidadã e à frase “leis que governem os homens, não homens que governem as leis”?

Sr. Presidente, cada um deve compreender o seu papel dentro da democracia, ainda mais em um tempo em que os acontecimentos são tão imediatos e que a cobrança por respostas concretas é em tempo real, pautada em juízo de valor, e não mais em dogmas. Por isso, esse debate se faz urgente.

A ausência de cultura democrática faz com que a sociedade esqueça um direito adquirido e nem se dê conta da perda dele. O bem melhor de uma nação é a democracia. Da mesma forma, atuam muitos a pregar o ódio, o revanchismo a quem pensa diferente. A agressão, a violência, isso é inadmissível.

Aqui, Sr. Presidente, outra questão. Até quando os brasileiros vão se submeter a esta situação de uma política antidemocrática de ódio e de violência? A democracia só tem sentido se for posta em prática e isso predispõe o povo determinando. Continuamos pecando e não entendendo que o Brasil é dos brasileiros. E o povo está cada vez mais esclarecido.

A mesquinhez de grupos e sua suposta moralidade, uma vez ou outra, coloca o Brasil à deriva. Se há erros – existem, claro, e são muitos –, cabe a todos nós resolvê-los. Mesmo havendo erros, pode-se ver algo positivo neles, ou seja, eles vêm dar maior sentido à cultura democrática e à transparência absoluta, levando à construção de uma relação mais sólida das pessoas com as instituições. Creio que, aos poucos, vai havendo um entendimento de qual o papel de cada um.

Sr. Presidente, Senador Telmário Mota, o Brasil vem atacando os sintomas da doença. A corrupção é um exemplo. Nunca tanto e tantas pessoas foram e estão sendo investigadas no Brasil, presas, muitas já condenadas. Queiram ou não, essa é uma situação inédita no nosso País. Quando se viu tantos políticos, tantos mega-empresários na cadeia? É sinal de que o Brasil avançou, mas as causas da doença, Sr. Presidente, não podem ser deixadas de lado. Não é essa a preocupação. Que causas são essas? Faço esse questionamento e vou levando o meu pronunciamento.

O País atravessa uma crise política, com certeza, forte, que está sendo carimbada como a maior de todas, com números astronômicos, falando de tudo um pouco, de propina. Lista de nomes, como eu falava antes na abertura, saem todos os dias – dizem que já ultrapassam mil – e fazem a festa dos veículos de comunicação e das redes sociais.

V. Ex^{as}s sabem muito bem a minha opinião: lugar de corrupto e corruptor é na cadeia, devendo devolver em dobro o que roubaram. Os seus atos levam à falência dos serviços públicos, o dinheiro que é roubado faz falta para hospital, saneamento básico, educação, segurança, estrada, infraestrutura, programas sociais e, por que não dizer, principalmente saúde, porque estamos tratando da vida dos brasileiros.

Creio que o Brasil passa por um momento único: o de atacar as causas da doença, o que, no meu entendimento, entre outros, está o *status quo* da política vigente. Se há de fato um compromisso com o País, temos que, a partir dessa crise que vivemos, a mais acentuada nesses últimos anos da República, reconstruir o nosso *status quo* político.

Penso, Sr. Presidente – aqui eu estou deixando uma proposta objetiva, além de uma análise que fiz –, em uma assembleia temática e exclusiva para tratar da reforma política, partidária e eleitoral. Isso, sim, seria o primeiro passo para um grande entendimento nacional.

Os membros seriam eleitos pelo voto direto, com financiamento público. Não haveria financiamento de ninguém. E eles, depois de eleitos, não poderiam concorrer no próximo pleito. Quem mantém mandato parlamentar também não poderia estar entre aqueles que iriam construir essa proposta, via uma assembleia exclusiva, de uma reforma política, partidária e eleitoral. Sr. Presidente, outro pré-requisito para isso seria ficha limpa.

Findados os trabalhos, haveria a dissolução dessa assembleia, Senador Telmário Mota. Para que não fique nenhuma dúvida, essa assembleia trabalharia todo o ano que vem para apresentar uma proposta discutida de baixo para cima com todo o povo brasileiro, sem prejuízo dos trabalhos aqui, no Congresso Nacional.

Depois, sim, de uma reforma política, partidária e eleitoral, nós disputaríamos, então, o novo pleito. É fundamental ter claro que aqui, na minha proposta, em nenhum momento, eu boto em perigo as conquistas sociais e trabalhistas da Constituição cidadã de 1988 – e eu estive lá. Como dizia Ulysses Guimarães, uma das mais avançadas do mundo, fruto do anseio popular e de muitos que tombaram pela democracia e liberdade. Elas estão ali garantidas.

Recentemente, Sr. Presidente, o Ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, disse a seguinte frase, amplamente divulgada pelo País – abre aspas:

A política morreu, porque nós temos um sistema político que não tem um mínimo de legitimidade. O sistema deu uma centralidade imensa ao dinheiro e à necessidade de financiamento e se tornou um espaço de corrupção generalizada.

Foro por prerrogativa de função é um desastre para o país, a minha posição é extremamente contra.

Diz ele:

É péssimo o modelo brasileiro, e estimula fraude de jurisdição, na qual, quando nós julgamos, o sujeito renuncia, ou quando o processo avança, ele se candidata e muda a jurisdição. [Por isso queremos uma reforma política, eleitoral e partidária.] O sistema [como está, Sr. Presidente e Senador Lindbergh – e já falamos sobre esse tema] é feito para não funcionar.

As manifestações dos últimos quatro anos – a de julho de 2013 e a de agora –, de um lado ou de outro, mostram que o povo quer mudanças profundas no processo político, eleitoral e partidário, para que, aí sim, tenhamos uma disputa eleitoral, baseada em outra matriz. O nosso povo quer saúde, educação, segurança, transporte e uma luta permanente – este é um compromisso de todos nós – em defesa da democracia e contra a corrupção.

Senador Lindbergh Farias, V. Ex^a sempre tem sido aqui – eu dizia isso também ao Senador Telmário Mota – um guerreiro.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tivemos a oportunidade de conversar por alguns minutos ao telefone, e V. Ex^a me disse que viria fazer-me um aparte.

Olha aí, Senador Telmário Mota: são 14h15, e S. Ex^a está aqui para fazer um aparte sobre o tema que estou discorrendo.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Liguei para V. Ex^a ontem – não sei se V. Ex^a estava em Brasília ou no Rio Grande do Sul –, para falar sobre como é importante essa proposta que V. Ex^a apresenta de convocar uma Constituinte exclusiva para tratar de reforma política. Acho que muita coisa mudou da semana para cá. Sinceramente, acho que esse *impeachment* não passa, porque ele não tem base jurídica, porque cresceram movimentos na sociedade nesse sentido, repudiando o que seria esse golpe, mas penso que a gente tem de apresentar uma agenda imediatamente ao País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, independentemente desse resultado!

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É claro!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tenho a mesma visão de V. Ex^a.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Acho que um ponto central é a retomada do crescimento econômico. Temos de olhar o que o Presidente Lula fez em 2008 e em 2009, naquela crise, em que aumentaram os gastos sociais, diminuindo em cinco pontos a taxa de juros. Isso foi fundamental, para que sobrasse espaço fiscal para mais investimentos. Então, um ponto é a economia. Acho que há duas outras questões que são muito simbólicas neste momento: apresentar uma proposta concreta que ataque a desigualdade do sistema tributário brasileiro, ou seja, alguma medida para tributar os mais ricos, seja com a taxação de grandes fortunas, seja com a distribuição de lucros e de dividendos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ou das grandes heranças, sobre as quais conversamos.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Heranças! Esse é um ponto. O segundo é a democratização dos meios de comunicação. Esta nova juventude que está indo às ruas está pedindo isso. Acho que o Governo vai ter de avançar aí. O terceiro ponto, que é central, é a proposta de V. Ex^a. Quero dizer o seguinte: vou sair hoje do Senado para começar a articular isso. Quero conversar com o Presidente Lula sobre isso. Quero conversar com o Ministro da Casa Civil, Jaques Wagner, também sobre isso. Quero conversar com lideranças da oposição. Na semana passada, o Senador Aloysio Nunes, aqui conversando, disse: "Lindbergh, temos de achar um caminho, para fazer uma reforma política." Sinto que isso pode ser uma coisa que interesse a todos os partidos. E do jeito que V. Ex^a faz é melhor: uma Constituinte exclusiva que podemos tentar eleger já agora na eleição para prefeitos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa é a intenção.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – E o ideal é que não sejamos nós, inclusive, que somos Parlamentares, mas uma Constituinte exclusiva feita por personalidades da sociedade civil que, depois, como V. Ex^a colocou, não serão candidatos. Aqui, quando a discussão entra com Deputados e com Senadores, sempre há algo de se pensar na próxima eleição. Então, o ideal é que haja esta característica de ser formada por pessoas da sociedade civil. Acho que é fundamental entrarmos nesse debate, porque a narrativa inicial que queriam conduzir era a de que existia corrupção e PT, corrupção e PT, corrupção e PT! Hoje, isso está insustentável, Senador Paulo Paim. Todos os partidos estão aí citados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – São mais de mil nomes!

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Todo mundo está respondendo a inquérito. Todo mundo está nessa situação. Então, é o PT, ou devemos discutir de forma clara e franca que é necessário fazer uma reforma política muito mais profunda? Nós já acabamos com o financiamento empresarial, mas temos de ir além, Senador Paulo Paim. Digo mais: é uma reforma política que tem a ver com eleição no Parlamento, com

tudo isso, mas precisamos abrir uma discussão, porque essa juventude, neste período de redes sociais, quer ter instrumentos também de participação mais direta para a sociedade civil. Aqui, estamos completamente fechados. Não há jeito de as pessoas interferirem, e acho que temos de discutir isso. Também, dentro dessa reforma política, temos de deixar as Casas parlamentares mais permeáveis à participação direta da população. Então, quero aplaudir o posicionamento de V. Ex^a. Penso que V. Ex^a saiu antes, saiu na frente nessa questão. Mas, inclusive, acho que V. Ex^a tem de conversar...

(Soa a campainha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ...com as lideranças da oposição também. V. Ex^a é muito respeitado nesta Casa. Mas eu já estou neste movimento de tentar articular com amplos setores...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos!

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ...para que façamos uma Constituinte exclusiva sobre reforma política, sobre eleições, sobre nossa vida partidária no País. Parabéns a V. Ex^a, Senador Paulo Paim!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh Farias.

Eu me debrucei sobre esse tema. Há uma semana venho tratando disso. Uma equipe de consultores está elaborando uma proposta, e, naturalmente, antes de apresentá-la, eu a apresentarei aos senhores. Ela vai no sentido de tudo que falamos neste momento. É uma proposta que não é contra ninguém, mas, sim, a favor apenas do povo brasileiro. Esse é o objetivo. É uma proposta que consolida, mais do que nunca, o processo democrático. E não haverá nenhum atalho para esse ou aquele chegar ao poder sem ser pelo voto direto, como manda a nossa Constituição.

Mas, enfim, termino aqui, dizendo, Sr. Presidente: as classes sociais se movimentam na perspectiva de um novo sistema partidário e eleitoral. Tenho conversado com muita gente. Se entendermos esse processo histórico, se compreendermos que precisamos ultrapassar esse limite, aí, sim, fortaleceremos o Estado democrático de direito e, naturalmente, a política na sua maior extensão; aí, sim, daremos oportunidade a um verdadeiro diálogo com toda a sociedade.

Fica aqui, então, senhoras e senhores, a minha ratificação à ideia de uma assembleia temática e exclusiva sobre reforma política, partidária e eleitoral, um caminho necessário para a radicalização da democracia e dos direitos da cidadania, para uma República brasileira mais humana, voltada para os verdadeiros interesses do nosso povo, para uma República brasileira que trate igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades.

Sr. Presidente, este é o meu pronunciamento. É o único tema sobre o qual eu gostaria de falar hoje.

É com satisfação que vou assumir a Presidência para ouvir V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Paulo Paim, eu queria que V. Ex^a aguardasse um pouco aí na tribuna. Eu queria fazer um aparte a V. Ex^a.

Primeiro, quero parabenizar V. Ex^a por essa luz que traz neste momento, em que estamos todos praticamente ilhados, Executivo, Legislativo. Desde o início, digo que a crise não começou na economia, mas que a crise começou na política. Essa crise política contaminou a crise econômica e a crise social que hoje a Nação atravessa.

Sem dúvida, V. Ex^a acena com uma oportunidade que podemos visualizar num país vizinho, no bom sentido. Quando a Itália fez a Operação Mão Limpas, o seu Judiciário avançou bastante, fez um grande leque em busca de punir todos aqueles que se desviaram de suas funções, mas, no final, o Judiciário ficou impotente para dar a sustentação àquela belíssima ação que eles fizeram, a Operação Mão Limpas. Dessa ordem, assim que elegeram o primeiro-ministro, que dominava o império das comunicações, que não eram democratizadas na Itália, ele conseguiu quase neutralizar ou derrubar, digamos assim, aqueles avanços relativos àquelas amarras colocadas na grande ação judiciária na Itália.

Então, V. Ex^a vem com uma grande lucidez, com uma grande lucidez!

Todo mundo sabe – isto já está bem esclarecido – que a sociedade já começa a mostrar em pesquisas que 56% não querem o *impeachment*, porque à alternativa de poder já há uma rejeição de 87%. É uma alternativa de poder que assustou o Ministro Barroso: "Meu Deus, essa é a nossa alternativa?" Foi o que disse o Ministro do Supremo. Consequentemente, isso assustou o povo brasileiro.

Então, V. Ex^a tem muita sabedoria quando faz essa proposta da verdadeira reforma política, partidária, eleitoral, porque ela, sim, vai trazer este País para outro comportamento político. Hoje o que se vê é uma possível retirada da Presidenta. Quem a está negociando? Aqueles que estão envolvidos em denúncias de delações premiadas, de corrupção. Dei uma olhada rapidamente naqueles que romperam e vi que só dois juntos somavam 30 processos de corrupção. O Deputado Eduardo Cunha e o Senador Romero Jucá, juntos, têm 30 processos e estão gritando a independência do Brasil. Isso assustou o Ministro Barroso.

Então, V. Ex^a, mais uma vez, vai ao Rio Grande do Sul, onde a inteligência sempre imperou, bem como o sentimento cívico e patriótico, o sentimento de cidadania. V. Ex^a é iluminado e vem a esta Casa, com sua cor negra, trazendo uma alternativa. Pode até ser que, rapidamente, por uma questão de vaidade, alguém não queria entender que esse é o caminho. E é o caminho, sim!

A reforma política de que falaram nesta Casa não foi uma reforma política, mas foi um arranjo de afo-gadilho, feito, por incrível que pareça, por uma relatoria preocupada com questões paroquiais, e não com a Nação brasileira. Eu dizia aqui: "Estão trazendo uma solução paroquial para quem é detentor dos meios de comunicação, para se impor isso ao Brasil." Com essa reforma política, que não é uma reforma política, mas que é um arranjo político que esta Casa aprovou, um filho de uma empregada doméstica e de um vaqueiro, como eu, ou um negro, como V. Ex^a, não sentarão mais, com essa reforma que está aí, em uma cadeira do Senado. Estará inviabilizado de fazê-lo pelo que ali colocaram: reduziram a eleição para 45 dias e só para a televisão, para quem detém os meios de comunicação e o poder econômico.

Então, V. Ex^a vem aqui com grande lucidez! O tema é envolvente, o tema é brilhante. Deus iluminou a cabeça de V. Ex^a.

Eu me lembro aqui de Fidel Castro. Quando perguntaram quando ele ia reatar a parceria comercial e econômica com os Estados Unidos, ele disse: "Quando um preto for Presidente dos Estados Unidos e quando um Papa for latino." Ele profetizou, ele profetizou, pois Cuba, hoje, começa a reatar sua parceria com os Estados Unidos com um Presidente negro e com um Papa latino.

Quero parabenizar V. Ex^a.

Peço que V. Ex^a assuma a Presidência, para que possamos também levar nosso pronunciamento a esta Casa.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Tem a palavra o Senador Cristovam.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu faço questão que seu aparte, feito da Presidência, seja incluído na íntegra no meu pronunciamento. Algumas pessoas me pediram que eu o remetesse a partir daqui. Naturalmente, com convicção também, sem ouvi-lo falar, já vou pedir que o aparte do Senador Cristovam seja incluído também no mesmo pronunciamento.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Quero dizer que não tive a oportunidade de assistir à sua fala, nem mesmo pela rádio, mas fiquei muito curioso a partir da fala do Senador Telmário.

Eu queria saber se o senhor poderia me dar algumas informações.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em um minuto.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Resume-se na proposta de caminharmos para uma assembleia exclusiva, visando à reforma política, partidária e eleitoral. Esses seriam eleitos agora, nas eleições municipais. Não podem ter nenhum tipo de mandato. Concluído o trabalho deles, pronta a reforma, seus mandatos seriam dissolvidos, e eles não poderiam concorrer. Aí, sim, nós iríamos, claro, para as eleições gerais, mas com um novo patamar, com um novo marco, com uma nova matriz em matéria de partidos, eleições e, naturalmente, de política.

Essa é a síntese da proposta que nós estamos discutindo. Até o momento, pelo menos, muita gente que tem feito contato tem apontado um caminho.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu vou dizer uma frase agora que eu não disse antes, Senador Cristovam: eu não acredito que este Congresso possa fazer uma reforma política que vá balizar as eleições do futuro. Nós entraríamos num outro debate, com uma nova matriz a disputar as próximas eleições na data que for acordada.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador Paim, conte com o meu total apoio para isso. Acho que isso é algo de que precisamos urgentemente. Agora, isso não resolve a crise atual, a não ser que nós incluíssemos, nessa mesma convocação da eleição dos constituintes – desde que conte com o apoio da Presidente Dilma e do Vice-Presidente –, a eleição dos novos Presidente e Vice-Presidente para cumprir dois anos de mandato. É preciso que seja uma emenda constitucional com o apoio deles, porque, se não, eles podem entrar na Justiça e dizer que, mesmo com dois terços, estariam mexendo numa cláusula que não poderíamos mexer. Se não fizermos isso, aí eu estou de acordo, em parte, com o Senador Telmário, no sentido de que, de fato, hoje, quando nós falamos em *impeachment*, Senador Telmário, muitos se esquecem de que estamos votando duas vezes: para tirar uma Presidente e para colocar outro no lugar, porque ele está aí. Ao mesmo tempo, Senador Telmário, o que muita gente até me lembra é que, se o Vice-Presidente Temer tem

essas dificuldades, ele foi escolhido pela Presidente Dilma, pelo PT. Alguém até me disse: "A Presidente Dilma, pelo menos – alguém disse, não sou eu –, cometeu um crime de responsabilidade, porque escolheu Temer para Vice-Presidente." Eu ouvi isso! E está um pouco na linha do que o Senador Telmário falou.

(Soa a campainha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Aliás, o Ministro também, quando disse que viu a foto, mas ele foi escolhido pelo Governador duas vezes, nas eleições de 2010 e de 2014. Eu tenho a impressão de que a sua proposta, se viesse acoplada a essa ideia de uma antecipação da eleição de Presidente e de Vice-Presidente para um mandato tampão, fecharia muito bem a solução dessa crise, obviamente a Presidente Dilma continuaria até a eleição em outubro. Eu acho que seria um caminho, porque continuar o Governo com a Presidente Dilma vai ser muito difícil, muito difícil, tendo em vista que, inclusive, a votação que ela terá para continuar não chegará, provavelmente, nem a metade dos membros da Câmara. A substituição dela pelo Vice, hoje, é muito contestada por muitos grupos, muitas pessoas, levanta muitas dúvidas.

(Soa a campainha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – A eleição de um Presidente e de um Vice-Presidente de forma antecipada seria a solução; e, se vier junto com a sua proposta de uma constituinte exclusiva, será melhor ainda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Primeiro, Senador Telmário, cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento.

Lembrei-me, aqui – V. Ex^a, do PDT, consequentemente possui uma raiz; as raízes da sua vida estão muito ligadas a Leonel Brizola, a Getúlio Vargas –, de uma frase que eu vi escrita para sempre na história da humanidade. Foi dito que, queiram ou não queiram, no dia em que forem contar a história do Brasil, terão sempre que regar a caneta no sangue de Getúlio Vargas.

Eu digo isso porque o PDT tem uma história, que V. Ex^a sabe, e admiro muito. Meu pai era trabalhista, getulista. O dia em que Getúlio morreu, eu era um moleque, com quatro anos de idade, e ele disse: "Morreu o pai dos pobres." E ele chorou.

Essa história que eu lembrei agora foi baseada no seu pronunciamento, histórico, de que Getúlio saiu da vida para entrar na história.

Quando começamos a discutir essa proposta, não querendo aqui nos comparar a Getúlio, foi muito em função do momento em que há um confronto muito grande entre sim ao *impeachment* e não ao *impeachment*. V. Ex^a sabe, essa violência está nas ruas, nos bairros, e é muito forte. Eu tenho andado e visto isso. Em aniversário, por exemplo, em que a maioria são parentes, o pau pega! Temos que ir para um outro viés.

Por isso, no meu discurso, Senador Cristovam, falei muito nessa cultura do ódio, e na não cultura da própria democracia, que nos leva a apresentar uma proposta que pelo menos aponta caminhos, um caminho que pode unir todos, Oposição e Situação.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu tenho também a visão, Senador Cristovam, que já foi expressa aqui por outros dois Senadores, de que dificilmente passa o *impeachment*, pelo quadro que se apresenta da mobilização da população. E não é porque eu esteja entre aqueles que votarão contra o *impeachment*. Nunca vacilei quanto à minha posição e disse isso desde o primeiro momento, já quando começou essa discussão, no ano passado. E dizia mais: "Votem logo isso, porque o País não pode ficar eternamente nessa expectativa do dia em que vão votar um tema que está prendendo a atenção da maioria da população, em nível nacional – e eu diria até em nível internacional –, com prejuízo enorme para a economia."

O *impeachment* é um processo fadado. Ele é irreversível, Senador Telmário. A votação vai acontecer até o dia 10 ou o dia 15.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, nós estamos apresentando uma proposta – eu não gosto muito dessa história de que tudo aqui é americano – para o *day after*, para um dia depois. Eu quero discutir o que fazer a partir do dia 15, e não só ficar discutindo até o dia 10 ou 15 de abril, como muitos querem. Por isso, estou apresentando essa proposta. A proposta vai ser debatida, discutida.

Eu espero que nós construamos um caminho de concertação em nível nacional, pensando no interesse do conjunto do povo brasileiro, independentemente da posição partidária de cada um, que vá nessa linha de fazer o bem – como eu gosto muito da frase – sem olhar a quem.

É isso, Senador Telmário.

Obrigado pelo aparte, Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – O Senador Paulo Paim assume a Presidência.

Agora, ocupo a tribuna. (*Fora do microfone.*)

(*O Sr. Telmário Mota deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Telmário Mota, com a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje venho a esta tribuna muito mais focado em uma fala para o nosso Estado de Roraima, Senadora Angela Portela, do que para o âmbito nacional, mas, diante da fala do Senador Paulo Paim, quero, aqui, fazer, naturalmente, mais uma grande reflexão.

No primeiro momento, foi muito massificado na mídia que o Brasil vive uma endêmica situação de corrupção e que a Presidente Dilma representaria a manutenção dessa corrupção, mas, logo, todos foram notando que, hoje, o processo de *impeachment* que está instalado na Câmara Federal não tem nada a ver com a Operação Lava Jato. A Presidente Dilma, hoje, não é vítima do *impeachment* por nenhum crime de corrupção que ela tenha praticado ou que alguém tenha denunciado. Hoje, o *impeachment* que está sendo solicitado da Presidente Dilma não tem embasamento jurídico, porque trata-se das pedaladas.

Essas pedaladas, todos sabem, mas ninguém fala – a mídia não fala –, ocorreram em momentos em que o Tesouro não disponibilizava recursos para programas sociais, como Minha Casa, Minha Vida, Luz para Todos e outros programas sociais que beneficiam diretamente a população, e eram uma prática adotada – ela pediu à Caixa para pagar, porque ela pagaria, e pagou – por todos os ex-Presidentes da República e também por 16 dos 26 Governadores que aí estão.

Portanto, quando dizem que o *impeachment* está previsto na Constituição, Senador Cristovam, está, sim, mas o *impeachment* só pode ser aplicado em quem pratica crime de responsabilidade. É o mesmo que estar previsto na Constituição que um delegado pode prender, mas ele só pode prender quem pratica um delito, um crime. Ele não pode prender aleatoriamente, porque aí seria abuso de autoridade, arbítrio, enfim, não é legal. É mesma coisa.

Então, sem nenhuma dúvida, as pessoas estão se esclarecendo nesse sentido. E, aí, bem disse o Senador Renan que essa manifestação do PMDB – segundo a mídia e o Senador Renan – foi uma burrice. Uma burrice porque o PMDB foi sócio majoritário em toda a gestão do PT, tanto na gestão do Presidente Lula quanto na gestão da Presidente Dilma; ocupou os cargos mais relevantes deste País, participou diretamente das principais decisões deste País.

Isso é tão verdade que, no meu Estado – o PMDB é tão engraçado que ele mesmo não vota nele, o que já é um ponto engraçado; o próprio Partido não vota nele, mas tem uma boca de leão pelos cargos públicos federais –, a maioria dos cargos federais ainda está sob a tutela do PMDB – e o PMDB nem votou no próprio PMDB!

Não foi a Presidente Dilma que escolheu Michel Temer, Senador Cristovam. Quem o escolheu foi o PMDB, um parceiro majoritário do governo Lula e da Presidente Dilma.

Eu queria fazer esse esclarecimento.

Leonel Brizola dizia que a política gosta de traição, mas não perdoa o traidor. Sem nenhuma dúvida, o PMDB, não o PMDB responsável, originário, o PMDB como o Requião, como o Jader e tantos outros, como o próprio Presidente, que se está colocando... Não havia liderança naquela manifestação de três minutos. Não havia! Eram duas as figuras políticas que se apresentaram como representantes do PMDB; duas que, juntas, respondem por 30 processos de corrupção: Eduardo Cunha e Jucá. Imagina! Assustou o Ministro do Supremo Tribunal. O Ministro Barroso, quando viu aquelas duas figuras, disse: "Meu Deus, é essa a nossa alternativa de poder?"

Logo em seguida, veio uma pesquisa nacional mostrando que, com aquela alternativa de poder, 56% da população já não quer mais o *impeachment* e que pouco mais de 80% da população não quer o Temer como Presidente da República. Até porque o povo não votou no Temer. No nosso sistema republicano, a pessoa não vota no vice; vota na chapa majoritária, que é o destaque. Tanto é que ninguém vê debate de vice.

Nesse ponto, a proposta de reforma do Senador Paulo Paim pode até dar outro foco, de que o vice não seja apenas a rainha da Inglaterra, com expectativa ou com sentimento de poder. Até porque, dessa forma, é muito fácil de se conspirar. É o que estamos vendo.

Eu queria apenas fazer essa colocação, Senadora Angela, e ir diretamente ao nosso discurso.

Portanto, Srª Presidente, Senadora Angela Portela, do meu Estado, que muito nos honra, tem as mãos limpas, nunca se envolveu em nenhum ato que possa envergonhar o Estado, diferentemente do Senador do mal, que todo dia está nos meios de comunicação envergonhando o meu Estado, é um usuário contumaz das denúncias de corrupção, eu queria que os meios de comunicação do meu Estado, que gastam uma fortuna de recursos da Prefeitura, tivessem a dignidade e a democracia de mostrar essa verdade. Mas esses mesmos meios de comunicação são manipulados, e o povo ainda se ilude. Por isso é necessária a sua democratização.

Então, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, meus queridos roraimenses, se o Regimento desta Casa permitisse, eu cederia a minha vez a uma mãe ou a um pai de família que tenha sido beneficiado por um dos programas sociais implantados pelo governo Lula e continuados e ampliados pela Presidente Dilma Rousseff, mas como fui eleito por esse pai e por essa mãe, tentarei trazer a voz deles até o coração dos nobres Senadores e Senadoras que ainda negam o avanço dos programas sociais.

Por outro lado, tenho autoridade de sobra para falar do quanto eu e minha família, Senador Cristovam, sofremos por não ter acesso a políticas de inclusão social.

Na minha infância de menino pobre, Senadora Angela, filho de uma índia que se transformou em empregada doméstica e de um vaqueiro, não tive nenhum apoio de Governo Federal na época para garantir o acesso a moradia, saúde, remédios, educação, a uma vida decente, viagem de avião e transporte de qualidade. Os políticos e economistas da época, liderados pela Arena e pelo MDB, diziam que a minha mãe não tinha acesso a incentivo do governo porque eles estavam esperando o bolo crescer – o bolo crescer para os ricos, e a pouca sobra seria dividida entre nós, os pobres.

O bolo cresceu. Os ricos ficaram mais ricos e ficaram com tudo. Os pobres ficaram com a dívida, com a chibata da fiscalização e principalmente com os tributos federais. São esses mesmos economistas, Senadora Angela Portela, que estão traçando a política econômica, caso haja o golpe contra a Presidente Dilma, haja vista o que os jornais apresentam: Delfim Netto, José Serra e etc... Com o governo Lula e Dilma o povo passou a ter direito a casa, comida, trabalho, saúde, educação, carro, viagem de avião. Você vai ao aeroporto e vê que está lotado de pessoas de todas as classes.

Pois bem, Srª Presidente, quero trazer à memória de alguns colegas e da população roraimense que me escuta alguns dados dos programas sociais mantidos pela Presidente Dilma, direcionados ao meu querido Estado de Roraima:

1. Recursos para o Estado e Municípios: R\$2,785 milhões foram transferidos em 2015;
2. Benefícios aos cidadãos: R\$627,01 milhões chegaram a Roraima através do Bolsa Família, do Seguro-Desemprego, do Benefício de Prestação Continuada, de aposentadorias e pensões;
3. Educação: 36 creches e pré-escolas, Senadora Angela, muitas delas propostas por V. Exª, já foram aprovadas, das quais 11 já foram concluídas. O Pronatec já matriculou 97.843 alunos, de uma população de 500 mil habitantes, desde 2011, e o Prouni, que coloca o filho do rico ao lado do filho do pobre na universidade, tema tão defendido pelo Senador Cristovam, já beneficiou 4.028 alunos;
4. Saúde: o Mais Médicos tem hoje 154 médicos, que já atenderam 524.400 pacientes, considerando que a saúde nos Municípios do meu Estado era da pior qualidade, inclusive na gestão do próprio PMDB no Município de Boa Vista; o Programa Saúde da Família conta com 117 equipes; O Programa Medicamentos Gratuitos já atendeu 36.747 pacientes hipertensos ou diabéticos e 1.906 asmáticos. É muito bom poder falar isso, é muito bom saber que o meu povo está sendo cuidado pelos programas sociais do Governo Federal;
5. Bolsa Família: 46.814 famílias já foram beneficiadas. Em fevereiro, o Estado recebeu R\$8.703.214 milhões. Se não fosse o programa, esse dinheiro não chegaria ao Estado porque os governos anteriores não atraíram empresas para Roraima, não se preocuparam se os pais e mães de família teriam dinheiro no bolso para comprar arroz, feijão, roupa e remédios para seus filhos;
6. Luz para Todos: 13.164 ligações foram feitas desde o início do programa. Se não fosse esse programa do Governo Federal, iniciado pelo Presidente Lula e continuado pela Presidente Dilma, esse povo todo ainda estaria no escuro, porque Roraima viveu administrações desastrosas do PSDB e do PMDB, banhadas de corrupção;
7. Comunicações: existem seis rádios comunitárias no Estado. Embora o Senador do mal negue, a maioria dessas rádios está nas mãos dele, desse único político, que as usa para difamar os adversários, caluniar, mentir para a população e esconder as notícias divulgadas diariamente sobre ele na imprensa nacional em relação à Operação Lava Jato. Esse mesmo político esconde que tem ainda

duas emissoras de televisão e que as usa para o mesmo fim, ou seja, para prestar um desserviço à população, com mentiras, difamações e calúnias.

Para não cansar V. Ex^{as} nem os caros ouvintes, não vou continuar a extensa lista de benefícios dos programas sociais. Prefiro me aprofundar no que julgo o mais importante programa deste Governo, o Minha Casa, Minha Vida.

Voltando ao início para falar sobre o Minha Casa, Minha Vida, eu gostaria que estivesse aqui uma mãe de família que vivia com sua prole, morando de aluguel ou de favor em casas de parentes ou amigos ou debaixo de palhas ou papelões.

Em Roraima, esse programa já investiu R\$502 milhões, construiu 9.628 unidades e entregou 7.836 unidades. Não é pouca coisa para o meu Estado, que tem 500 mil habitantes.

Peço licença ao Djavan para perguntar aos senhores e senhoras que tentam o golpe contra a Presidente Dilma: sabe lá V. Ex^a o que é ter que dar um lar para sua família e não tê-lo para dar? Muitos dos senhores e das senhoras presentes neste plenário ou que me ouvem pela TV Senado ou pela Rádio Senado Brasil afora não têm a resposta. E não a têm porque já nasceram em berço de ouro, são herdeiros de políticos da velha guarda ou de empresários bem-sucedidos.

A propósito, foi a partir da eleição do ex-Presidente Lula que pessoas como eu, filho de uma empregada doméstica e de um vaqueiro, como o Senador Paulo Paim, um negro, que pessoas do povo, sem herança política, puderam acessar o tapete do Senado, com mandato de Senador, subir nesta tribuna e ter a oportunidade de defender os mais humildes, os mais pobres.

O Minha Casa, Minha Vida, além de dar um CEP, um teto para morar, dá muito mais: dá trabalho e renda para quem constrói e cidadania para quem vai morar na casa. Dá não só o endereço, mas também a dignidade a quem precisa.

Sei que o programa ainda não é suficiente, tem alguns ajustes a serem feitos e ainda não atendeu toda a população, mas que outro governo ofereceu ou se preocupou com os roraimenses como fizeram o ex-Presidente Lula e a Presidente Dilma?

Que programas a corja que governou meu Estado nos últimos 20 anos ofereceu ao povo de Roraima, a não ser o mau exemplo, o péssimo exemplo da corrupção? Se alguém sabe ou conheceu esses programas, por favor me diga ou suba a esta tribuna e rebata a minha fala.

Porque o que vi foi a família deles, principalmente a do Senador do mal, enriquecendo e o povo empobrecendo, os filhos deles adquirindo jornais, rádios, televisão, empresas de construção, shopping center, posto de gasolina, mineradora. E o pai se declarou pobre no depoimento que prestou à Lava Jato. É um Senador pobre que depende da doação dos filhos; os filhos doam, mas nunca trabalharam.

Estou aqui para ouvir o contraditório, que me rebatam, que me digam que não falo a verdade! Esta tribuna é exatamente para esclarecer ao povo quem é quem no jogo do bicho.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

Meu muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Telmário Mota, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Ângela Portela, 4^a Secretária.)

(Durante o discurso do Sr. Telmário Mota, a Sr^a Ângela Portela, 4^a Secretária, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Telmário Mota.

Agora, para uma comunicação parlamentar, Senadora Angela Portela. (Pausa.)

Senador José Medeiros, que permutou comigo. A Mesa me alertou. Eu fui o primeiro porque V. Ex^a permutou comigo, pois eu estava em segundo. Então, neste momento, é V. Ex^a, já que o Senador Telmário Mota falou como Líder. Depois de V. Ex^a fala, então, a Senadora Angela Portela.

Antes, porém, Senador, permita-me deixar registrado na Casa um pronunciamento que fiz na manhã de hoje, na abertura dos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos, sobre os planos de saúde, mostrando o absurdo do aumento nos planos de saúde, que saíram de 10%, ou seja, o dobro do plano individual, para até 150%.

A decisão que tomamos na Comissão junto com a sociedade civil organizada foi a de construir, a partir de amanhã, um abaixo-assinado para uma CPI dos planos de saúde.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Assunto da maior relevância, Senador Paulo Paim.

Sr. Presidente, Sras, Srs. Senadores e todos que nos acompanham pela Agência Senado, neste momento em que o País está parado neste debate do processo de investigação e possível afastamento da Presidente Dilma, eu vejo que o Governo centrou a sua defesa em algumas teses; teses que, ao meu ver e ao ver da oposição, não se sustentam. Mas cabe a esta oposição vir aqui e contar para o povo brasileiro, fazer o contraponto.

E falo hoje sobre as pedaladas fiscais, porque recentemente o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse, em alto e bom som, que elas serviram para subsidiar os pagamentos de benefícios sociais como o Bolsa Família, o Minha Casa, Minha Vida.

No entanto, a maior parcela desses recursos, Sr. Presidente, oriundos das pedaladas não foi para subsidiar esses programas sociais. Dando uma olhada no site Contas Abertas e também em algumas matérias que saíram na imprensa, fiquei convencido – e ali os números não mentem – de que, nesse relatório, a omissão desse passivo da União, decorrentes dos atrasos nos repasses de recursos federais, impactaram as contas da dívida pública em cerca de R\$40 bilhões, no exercício de 2014.

O Tribunal de Contas da União apontou que o Banco Central não computou, no cálculo da dívida líquida do setor público, passivos da União junto ao Banco do Brasil, ao BNDES e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

O programa foi criado para estimular a produção, aquisição e exposição de bens de capital e inovação. Estou falando no programa que foi feito para beneficiar a indústria e também o agronegócio. Não entro no mérito sobre se o programa foi ruim ou não. Mas é que o dinheiro das pedaladas foi, na maioria, para esses programas. O grande empresariado não só gostou, como como fez fila para pegar recursos do PSI. No entanto, o programa gerou essa dívida de R\$24,5 bilhões, acumulada com o BNDES.

Mas o custo não é só esse. O PSI é realizado com taxas supersubsidiadas. Porém, todos os empréstimos do BNDES são com taxas mais baixas do que o Tesouro paga.

Dessa forma, o discurso de Lula que tenta justificar o fato de o Governo ter desrespeitado a Lei de Responsabilidade Fiscal, com o argumento de que o fizera para atender os mais pobres, é falho, não é verdade! E hoje todos os jornais estão noticiando que o ex-Ministro da Justiça e atual Advogado-Geral da União irá defender, na Comissão do *Impeachment*, justamente dizendo que o dinheiro das pedaladas foi direcionado para os programas sociais. Não foi! Isso não é realidade! Das pedaladas de R\$40 bilhões, apenas R\$6 bilhões foram atrasos para a Caixa Econômica, para o pagamento de programas como o Bolsa Família.

Então, é bom que fique claro: De R\$40 bilhões, apenas R\$6 bilhões! Então, não é justo que se diga que tudo aquilo que foi feito foi mandado para o Bolsa Família. Não que o fato de que se tivesse sido mandado para o Bolsa Família justificasse as pedaladas!

Em coluna recentemente publicada no jornal *O Globo*, a jornalista Míriam Leitão afirma que:

"As despesas do Tesouro para carregar a dívida contraída para transferir recursos para o BNDES ou as contas da equalização de taxas de juro provam que a política econômica do Partido dos Trabalhadores se destinou aos mais ricos [e não aos mais pobres, como estão querendo dizer. [Não se pode usar os pobres, que são sofridos, como justificativa para esse discurso.]

O discurso demagógico de pedalada feita para favorecer os [mais] pobres é desmentido pelos fatos. O gasto com as grandes empresas foi infinitamente maior do que com os programas de transferência de renda.

Mas, Sr. Presidente, há uma face mais perversa ainda desse debate. Nós temos falado aqui em *impeachment*, em tudo isso, mas não temos falado tanto sobre o desemprego. Há uma face extremamente perversa desses escândalos, sobretudo daqueles ligados à Operação Lava Jato: a demissão de dezenas de milhares de trabalhadores, as verdadeiras vítimas dessa tragédia que se abateu sobre o Brasil. Enquanto discutimos o antes de Dilma, o pós-Dilma ou o processo atual de *impeachment*, as pessoas estão perdendo seus empregos.

Na realidade, todos nós contribuintes fomos lesados pelos excessivos esquemas de corrupção revelados pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, mas os indivíduos e famílias que, de uma hora para outra, perderam ou podem vir a perder sua principal fonte de sustento são, sem sombra de dúvida, os que mais sofrem com o caos que se instalou no nosso País.

Os números são lamentavelmente impressionantes: ainda no primeiro semestre do ano passado, a Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada (Fenatracop) já registrava que, no início de 2015, as demissões teriam atingido mais de 20 mil trabalhadores de 38 empresas em 7 projetos da Petrobras executados nos Estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul.

Faço um parêntese aqui, Senador Paulo Paim, porque é do seu Estado.

Eu estive em Rio Grande quando começaram aqueles projetos da Petrobras. Eu via na cidade uma verdadeira ebulição e uma expectativa muito grande, aquela alegria do rio-grandense de sentir: "Agora, vai!".

No Rio Grande, a gente via a alegria das pessoas ali na Praia do Cassino, todo mundo muito contente com aquele projeto, mas pior do que não ter expectativa é ter a expectativa frustrada, porque recentemente passei por lá e vi tristeza. É uma tristeza; são outros, com raiva... E ela não tem nada a ver com este clima aqui, não tem nada a ver com coisa partidária, mas com aquele sentimento de que ele queria ver o Rio Grande... Ainda mais o gaúcho, que tem esse pertencimento. O gaúcho talvez seja, dos brasileiros, aquele que mais tem aquela coisa com a sua terra. Vi ali desalento, tristeza.

Só a Refinaria do Nordeste, também conhecida como a Abreu & Lima, foi responsável por mais de cinco mil demissões.

Segundo notícia veiculada pela *Folha de S.Paulo*, de 29 de março último, "desde que foram alvejadas pela Operação Lava-Jato, há pouco mais de dois anos, a Petrobras e suas subsidiárias demitiram mais de 169 mil pessoas". O número é gigantesco: 169 mil pessoas!

Ainda, segundo o jornal, que usou dados apresentados pelo conselho de administração da estatal, bem como relatórios publicados pela empresa nos últimos doze anos, em dezembro de 2013, eram 446.300 pessoas, o que significa dizer o seguinte: de cada 10 trabalhadores empregados antes da Lava Jato, 4 foram dispensados.

As demissões, que, no início, atingiram mais fortemente os prestadores de serviços operacionais, agora avançam também em direção aos prestadores de serviços administrativos e empregados públicos. Tudo isso por causa da corrupção do clientelismo, da má gestão, que, aliados à crise econômica, estão obrigando a Petrobras a cortar investimento e gasto administrativo.

Muitos dirão: "O culpado é Sérgio Moro! O culpado da Operação Lava Jato!". Não é! A corrupção é perniciosa, mas esta, aliada à incompetência e à má gestão, se torna devastadora. Esse é o caso emblemático da Petrobras.

Medidas drásticas para preservar seu caixa e tentar reduzir suas dívidas, que hoje estão em torno da cifra estratosférica de R\$100 bilhões, precisaram ser tomadas.

Essas cidadãs e esses cidadãos brasileiros que não roubaram, que não desviaram nenhum recurso dos cofres públicos, apesar de totalmente inocentes, são os primeiros a sofrer as consequências da conduta antiética e incompetente dos dirigentes dessas estatais.

E o dano ocasionado pelas demissões não se limita à pessoa que perde o emprego, mas alcança igualmente todos os membros da família.

Como se não bastasse, confirmado os boatos dos últimos meses, a Petrobras aprovou na semana passada um novo PDV (Plano de Demissão Voluntária) com estimativa de participação de até 12 mil empregados.

No curto prazo, isso representaria, segundo a diretoria executiva da estatal, um custo de R\$4,4 bilhões com as demissões, mas que seria amplamente compensado até 2020.

É um cenário devastador.

E eu estou na frente do Presidente da Mesa, neste momento, que é um sindicalista e sabe o impacto que isso tem na vida dos trabalhadores. E não traz impacto só financeiro, traz impacto seriíssimo de ordem psicológica e de desordem nas famílias.

Só o futuro dirá, Sr. Presidente, se o Plano de Demissão Voluntária será benéfico. De qualquer forma, o sofrimento humano não será apagado.

À guisa de exemplo, lembro-me agora de outra situação. A Petrobras já demitiu da sua área de comunicação quase meia centena de profissionais. Na área jurídica, a estatal planeja dispensar 30% dos seus advogados residentes.

Pode-se, é claro, argumentar que estes dois setores encontravam-se inchados. Mas é, no mínimo, estranho e contraditório imaginar que a Petrobras abrirá mão desses profissionais justamente no momento em que mais precisa melhorar a sua imagem pública e defender-se de inúmeras ações judiciais.

Outro efeito nefasto da situação da Petrobras e suas subsidiárias refere-se às fontes de financiamento. Uma vez que a classificação de risco da empresa no mercado financeiro está cada vez pior, suas possibilidades de crédito, naturalmente, se restringem.

Atualmente, é a China a principal fonte de financiamentos da Petrobras. Ocorre que, a cada liberação de recursos para a nossa estatal, os chineses conseguem impor contratualmente a compra dos seus equipamentos e serviços, com efeitos deletérios para a indústria nacional e, consequentemente, gerando mais desemprego e mais recessão.

Todo mundo pensa que o foco dos chineses é vender os seus produtos. Não. A economia dos chineses está baseada em gerar empregos. Os chineses fazem negócios que de repente as pessoas acham que não foram benéficos para a China. Não! O foco deles é gerar emprego.

E é essa a preocupação que não vejo que estamos tendo neste momento.

Em documento obtido pelo jornal virtual Infomoney, foi verificado que, em financiamento obtido em abril de 2015, a Petrobras se comprometeu a adquirir, em produtos chineses, o equivalente a 60% do valor total do empréstimo, que foi de US\$3,5 bilhões.

De repente, todo mundo estava pensando que eles queriam fazer uma espécie de agiotagem. Não. A China estava querendo gerar emprego. Veja bem, do empréstimo, eles estão querendo que o Brasil adquira 60% de equipamentos.

E parece que esse modelo de acordo tem sido replicado em todos os contratos firmados mais recentemente com o Banco de Desenvolvimento da China (CDB). A direção da Petrobras não confirma essa condicionalidade, dizendo apenas que as condições dos acordos são confidenciais.

Cadê a transparência? Cadê o controle social?

Trata-se de cláusulas leoninas, que não só prejudicam a população, mas, no limite, atentam até mesmo contra a soberania nacional. Mas a culpa, senhoras e senhores, não é dos chineses; a culpa é nossa. Assim como também é nossa a Petrobras.

O martírio não para por aí. Além dos projetos que foram redimensionados ou desacelerados, existem aqueles que foram descontinuados, tendo em vista a perda de capacidade de investimento das empresas estatais ou mesmo a inviabilidade financeira da sua execução.

O destaque negativo vai para o cancelamento, pela Petrobras, da construção das usinas Premium 1, no Maranhão, e Premium 2, no Ceará, com prejuízos a toda a malha produtiva, que se preparou e investiu para receber encomendas, as quais, desastrosamente, não mais serão demandadas.

Nos últimos meses, novas medidas desesperadas continuaram a ser anunciadas e tomadas pela direção da Petrobras, com graves danos às trabalhadoras e trabalhadores envolvidos, assim como, indiretamente, a todos os brasileiros.

Tudo isso, senhoras e senhores, é fruto de uma equação diabólica cujas principais variáveis são a corrupção desenfreada, o clientelismo, a incompetência administrativa e, por fim, a atual recessão econômica.

No final do ano passado, registre-se, houve problemas enormes. Em outubro de 2015, petroleiros cruzaram os braços em luta por reajuste salarial, protestando também contra o plano de venda de ativos da estatal e buscando manter direitos dos trabalhadores. A greve afetou mais de 25% da capacidade de produção diária da empresa e influenciou até o preço do petróleo no mercado internacional.

Apenas na Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, responsável por 80% da produção de petróleo do País, quase todas as 49 plataformas aderiram ao movimento paredista, que se estendeu pela Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo.

Triste e revoltante, também, é a situação da Petros, o fundo de pensão dos empregados da Petrobras e suas subsidiárias. A exemplo do que aconteceu com o Postalis, dos Correios, e com a Funcef, da Caixa Econômica Federal, cujo uso político dos ativos culminou em rombos bilionários.

A Petros também sucumbiu à corrupção e à má gestão. Seu déficit, que já era de aproximadamente R\$6 bilhões, em dezembro de 2014, hoje supera a marca de R\$10 bilhões.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador José Medeiros, ao escutar a sua fala, eu começo a pensar que nós precisamos inventar um novo conceito no Brasil: o de “improbidade histórica”. Talvez nada disso que o senhor esteja dizendo seja considerado, de fato, improbidade administrativa, mas é uma improbidade com a história do Brasil: a destruição de fundos de pensão, a degradação de estatais, como a Petrobras, a Eletrobras e o BNDES também, são fatos tão graves que nós podemos imaginar que, se não houve crime, do ponto de vista jurídico, houve crime, sim, do ponto de vista histórico, diante da história do Brasil. Hoje eu vi um artigo falando de uma década perdida. Eu acho que nós estamos sendo muito otimistas, ao acharmos que temos uma década perdida. Nós temos muitas décadas perdidas. Eu não vou chegar ao ponto de dizer um século – um século é tempo demais –, mas muitas décadas perdidas na educação, na saúde, nas finanças públicas. Vamos levar bons anos para pôr ordem nisso. O tamanho do endividamento é uma improbidade histórica. Então, nós estamos discutindo muito sobre crime de responsabilidade, tendo em vista coisas bem concretas e imediatas, e não estamos vendo esses crimes de improbidade histórica que o senhor está trazendo para nós.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Um relatório elaborado por dois conselheiros independentes da Petros apontou que, em razão dos vergonhosos resultados apresentados, os 28 mil contribuintes e mais de 50 mil aposentados da estatal terão que

fazer contribuições extras para cobrir os prejuízos. Isso não é falácia; isso é a realidade. Agora, vejam bem: pegaram o dinheiro, e agora os contribuintes dos planos terão que arcar com essas despesas.

Por fim, para não tomar mais ainda o precioso tempo de V. Ex^{as}s, quero falar da cidade fluminense de Macaé, tida como a capital nacional do petróleo. Após décadas seguidas de crescimento, Macaé se transformou, em poucos meses, de terra da prosperidade em Município gravemente atingido pela crise econômica. Em 2015, a arrecadação do Município encolheu em mais de R\$120 milhões, o que causou desemprego direto e indireto, com reflexos sobre mais de 5 mil famílias.

Como eu disse no início, Sr. Presidente, o mais absurdo é que toda essa sucessão de erros e desvios de dinheiro público venha a castigar de forma implacável, sem direito a artimanhas jurídicas protelatórias, aqueles que em nada contribuíram para os desmandos que se passaram não só na Petrobras, mas em várias estatais brasileiras. Pelo contrário, essas pessoas, agora jogadas à própria sorte, foram aquelas que ajudaram a impulsionar e construir os projetos de que ainda hoje temos orgulho de mencionar. Não é justo nem digno que elas sejam descartadas de forma tão violenta e arbitrária.

Sr. Presidente, já caminhando para o final, chegamos à seguinte conclusão: o momento por que estamos passando – e hoje é justamente o dia em que o Governo vai fazer a entrega da defesa na Comissão do *Impeachment* –, todos os dados que trouxemos aqui e tudo que se falou – há poucos dias, inclusive, chegaram a jogar toda a culpa disso em cima do Juiz Moro –, não há como tampar o sol com a peneira, porque já foram devolvidos mais de R\$2 bilhões aos cofres públicos. Portanto, foi provado que havia desvio disso tudo. Então, neste momento, o que a gente precisa também é colocar neste debate a preocupação com as pessoas que estão perdendo os empregos, não só a acusação e a negação da acusação, não só dizer que o *impeachment* é golpe ou que não é golpe. Mais de 70 usinas de álcool foram fechadas, mais de mil agências de automóveis foram fechadas.

Não preciso me delongar aqui, nós estamos realmente em uma crise. Mas e a preocupação com os empregos? A preocupação com os desempregados? Com as pessoas que nada tinham a ver com isso e que não contribuíram, que simplesmente confiaram?

Eu estou vendo um discurso muito forte na defesa ao dizer: "Olha, foi pelos pobres, tudo isso que fizemos foram para os programas sociais, as pedaladas foram para os programas sociais". Não foram! Dos 40 bilhões das pedaladas fiscais, apenas seis foram relacionados aos programas sociais. Não dá para pegar tudo isso e jogar dizendo que foi para ajudar a pobreza. Não se pode usar essa desonestade intelectual.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não, Senadora Gleisi Hoffmann, pela ordem.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer um comunicado a esta Casa, se me permite, à sociedade brasileira e, mais particularmente, ao meu Estado do Paraná.

Estou protocolando hoje, junto ao Supremo Tribunal Federal, reclamação acerca do indiciamento que me foi imposto pela Polícia Federal na semana passada, com base no art. 102, inciso I, alínea "b" da Constituição Federal, com o objetivo de salvaguardar a competência do Supremo Tribunal Federal e denunciar infringência da autoridade policial, ao promover indiciamento sobre o qual não tinha competência qualificada, Sr. Presidente.

Jamais usei da minha condição de Parlamentar para criticar a Operação Lava Jato ou o trabalho de investigação, como eu disse desta tribuna na sexta-feira passada. Contudo, não posso permanecer calada diante dos reiterados excessos cometidos pela Polícia Federal, que insiste em extrapolar seus deveres funcionais em todo esse inquérito, por vezes usurpando a competência da Corte Suprema e em afronta às normas estabelecidas pela Constituição.

Eu gostaria de deixar claro que em nenhum momento se está questionando a legitimidade do instrumento inquisitorial para a verificação de comportamento penal de Parlamentar, sob a jurisdição do Supremo. Mas a normativa constitucional é clara, Sr. Presidente: a autoridade policial não dispõe de amplos e ilimitados poderes, a ponto de lhe ser facultado indiciar um Parlamentar Federal, sem, com isso, usurpar a competência do Supremo Tribunal Federal.

Nesse viés, a autoridade policial, cuja atribuição enquanto polícia judiciária é o levantamento de elementos para a formação da opinião do Procurador-Geral da República, não pode determinar, discricionariamente, o indiciamento de Parlamentar.

Assim sendo, o indiciamento promovido pela autoridade policial nas investigações que foram instauradas contra a minha pessoa não foi sequer comunicado à Procuradoria-Geral da República e ao Supremo Tribunal Federal, significando, portanto, afronta ao dispositivo constitucional.

Decidi, junto aos meus advogados, adotar as medidas cabíveis, a fim de estancar a violação da norma constitucional e do exercício de meu mandato. Só posso entender esse ato da autoridade policial, que conhece bem os dispositivos da Constituição, no contexto político de pretender me expor publicamente, já que o indiciamento policial geraria, como gerou, notícia nos amplos setores da mídia, ao contrário de um relatório das investigações ao Procurador-Geral da República, como deveria ser.

A reclamação perante o Supremo tem o objetivo de que seja decretada a imediata suspensão dos efeitos do absurdo ato de indiciamento promovido pela autoridade policial em meu desfavor.

Enviei também representação ao Ex^{mo} Sr. Ministro da Justiça, Eugênio Aragão, a fim de apurar as razões que levaram a autoridade policial a agir em total afronta às leis constitucionais e às suas prerrogativas funcionais.

Vou continuar minha defesa, Sr. Presidente, e provar minha inocência, sempre confiando na Justiça e na política como meios de garantir direitos e melhorar o convívio social.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Gleisi Hoffmann, que fará o encaminhamento devido à Justiça.

Convidamos, neste momento, para fazer uso da palavra, a Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, faço um breve intervalo nas discussões que tratam desta crise política e institucional em nosso País para falar um pouco sobre os autistas.

No último sábado, 2 de abril, comemoramos o Dia Mundial do Autismo. É uma das formas que pais e amigos dos autistas encontraram para chamar a atenção para o Transtorno do Espectro Autista. A data foi instituída pela Organização das Nações Unidas, em 2008, e o azul foi definido como cor símbolo. O nosso Senado Federal está todo de azul desde o início da semana passada.

O transtorno já atinge três vezes mais meninos do que meninas. Para se ter uma ideia da abrangência do problema, de acordo com a Organização Mundial de Saúde, há mais crianças dentro do espectro do que com AIDS, câncer e diabetes somadas! É uma situação, Senador Paulo Paim, bem preocupante, que não pode estar fora da pauta do Congresso Nacional.

Transtorno do Espectro Autista é o termo utilizado pelos especialistas para agrupar indivíduos que apresentam distúrbios de desenvolvimento normalmente relacionados com a dificuldade na comunicação, na interação social e no comportamento. Em certos casos, o transtorno afeta também as capacidades motora e sensorial. Em uma estimativa conservadora, calcula-se que ao menos uma em cada cem crianças no Brasil se encontra dentro do espectro. São, portanto, cerca de dois milhões de pessoas. Dessa forma, o autismo representa desafios médicos e educacionais para pelo menos um milhão de famílias brasileiras.

É bom frisar que a intensidade dessas dificuldades varia de autista para autista, ou seja, cada indivíduo necessita de atendimento personalizado e especializado, para que possa desenvolver ao máximo suas potencialidades, incorporar-se à vida produtiva e profissional sempre que possível e proporcionar tranquilidade e qualidade de vida às suas famílias. Isso tudo tem um custo com o qual as famílias afetadas não podem arcar de forma isolada. O Estado também precisa fazer a sua parte, estar presente. Nesse sentido, é fundamental a elaboração de legislação de proteção que ajude a afastar o preconceito e facilite a vida dos autistas e de suas famílias.

Foi o caso, Sr. Presidente, do Estatuto da Pessoa com Deficiência – relatado pelo Senador Paulo Paim, que no momento preside esta sessão –, aprovado no Congresso e que entrou em vigor este ano. A lei tem como objetivo central garantir a inclusão, na medida de suas possibilidades, das pessoas com deficiência.

É motivo de comemoração o fato de que o legislador brasileiro já entende que as pessoas com deficiência não podem viver à margem da sociedade e que o Poder Público e a coletividade devem contribuir para o acolhimento de todos.

Imaginem o sofrimento dos pais dessas crianças ao se defrontarem com as dificuldades de matrícula. Aqui a gente vai citar alguns casos que essas famílias enfrentam.

Esse parece ser também o sentimento do Poder Judiciário, que tem assumido posições de vanguarda na garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Recentemente, o Ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin negou provimento à medida cautelar impetrada por associação de escolas privadas que não querem ser obrigadas a receber alunos especiais sem cobrança adicional nas mensalidades.

Nossa expectativa é que o Supremo Tribunal Federal garanta a aplicação da lei e o devido acesso universal à educação para todas as nossas crianças, independentemente de suas condições. Essa é a nossa expectativa.

Em outra frente, é fundamental também que o Estado se conscientize da necessidade de prover condições de atendimento para as famílias de autistas. É urgente a criação de centros de referência na atenção aos portadores do Transtorno do Espectro Autista. Com os mais diversos especialistas reunidos em um só local,

esses centros, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos e no Reino Unido, são a forma mais adequada e moderna de tratamento do autismo.

Infelizmente, os Governos ainda não atentaram para essas necessidades – infelizmente, Senador Paulo Paim. V. Ex^a acompanha essa questão com muito cuidado, inclusive elaborando proposições aprovadas aqui no Senado Federal.

As causas do autismo ainda são desconhecidas, mas as pesquisas na área são cada vez mais intensas e apontam para fatores genéticos. Os esforços dos pesquisadores se concentram em determinar que genes estão envolvidos no transtorno, para então trabalharem no desenvolvimento de terapias eficazes.

Para isso, são necessários recursos públicos e privados que estimulem pesquisas científicas. Existe todo um campo aberto para estudos, pesquisa, para que possa haver, efetivamente, um direcionamento para o tratamento dos autistas.

Alguns resultados promissores têm sido conseguidos pelo cientista Alysson Muotri, que trabalha na Universidade da Califórnia e estuda aspectos genéticos e embrionários dos cérebros das pessoas autistas. A expectativa dele é que, em um futuro não muito distante, possam ser produzidos medicamentos que atuem nas conexões nervosas dos indivíduos autistas. A Universidade de São Paulo em Ribeirão Preto também desenvolve um trabalho promissor com o uso de um fitoterápico chamado erva-de-são-joão. Ainda há outra linha de pesquisa, desenvolvida no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, que trabalha com a administração de uma proteína presente no sistema digestivo cuja dosagem no organismo do autista pode influenciar o comportamento desses indivíduos.

Enfim, Sr. Presidente, há muito tempo, têm sido feitas iniciativas nesse sentido, sem dúvida alguma, mas há muito mais a ser feito. O caminho é árduo, é longo, mas a sociedade, o Poder Público precisa estar consciente e apoiar essa causa, seja com legislação adequada, seja com recursos para atendimento especializado e para pesquisa científica.

Por isso, Sr. Presidente, gostaria de encerrar, fazendo esta pausa na discussão, que é forte aqui no Senado Federal, sobre a crise política, econômica e ética, e lembrar que, dia 2 de abril, foi o Dia Mundial do Autismo, e eles precisam e merecem a nossa atenção, o nosso trabalho.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos, Senadora Angela Portela. Nós fizemos, na quinta-feira passada, uma belíssima audiência sobre a questão dos autistas, e, na linha da sua fala, o pai de um menino deu um depoimento lá que fez com que o Plenário praticamente chorasse, pela grandeza dele em relação a esse menino especial que é o seu filho.

Então, meus cumprimentos a V. Ex^a por tratar de um tema tão importante para milhões de pessoas.

Passamos a palavra neste momento, como orador inscrito, ao Senador Lindbergh Farias.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Ana Amélia com a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Senador Paim, é uma permuta que o Senador Lindbergh faz com dois outros oradores? Pergunto isso porque os dois oradores seguintes não estão presentes. Eu sou a quinta oradora. Se houve permuta, tudo bem. Só queria uma explicação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – A permuta foi com o Senador Elmano Férrer, que era o terceiro inscrito.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É que não foi avisado. Penso que saber é um direito que me assiste, assim como a permuta é um direito regimental. Como V. Ex^a não esclareceu, eu precisava perguntar. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Lindbergh Farias permutou com o Senador Elmano Férrer. O Senador Cristovam Buarque permutou com o Senador Hélio José. Em seguida, falará V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Fora do microfone.) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Lindbergh Farias com a palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a gente está num daqueles momentos da história em que, num dia, acontece muita coisa; numa semana, o quadro muda completamente. Eu quero começar fazendo esse balanço.

Na segunda-feira passada, houve reunião do Diretório Nacional do PMDB, e os jornais anunciam o seguinte: "O impeachment está perto". A debandada do PMDB, com certeza, influenciaria a debandada de outros partidos da base parlamentar. Felizmente, não foi isso o que aconteceu. Aquela reunião do PMDB, muito pelo

contrário, pode ter sido o início da virada desse processo, aqui no Congresso, em relação ao *impeachment*, e nas ruas também.

O primeiro ponto para o qual quero chamar a atenção aqui é a foto daquele evento. O PMDB, que está no Governo há muito e muito tempo, decide, em três minutos, fazer um anúncio. No anúncio, todos com as mãos para cima, estava o Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, que simbolizou muito aquele encontro do Diretório Nacional do PMDB. O Ministro Luís Roberto Barroso, numa conversa com estudantes, que foi gravada, disse o seguinte: "Quando, anteontem, o jornal exibia que o PMDB desembarcou do Governo e mostrava as pessoas que erguiam as mãos, eu olhei e disse: 'Meu Deus do céu! Essa é nossa alternativa de poder. Não vou fulanizar, mas quem viu a foto sabe do que estou falando'".

Na verdade, o Ministro expressa um sentimento nacional. De segunda-feira para cá, o que a gente tem visto é que ficou claro para as pessoas, inclusive para as pessoas que estão contra o Governo, contra Dilma e contra o PT, que não é aquela alternativa que elas querem. Existe uma chapa do golpe, porque o Eduardo Cunha, se o Temer assumir, vira o segundo da linha sucessória. Na verdade, há uma chapa do golpe aqui. A chapa do golpe é Temer e Eduardo Cunha.

E ficou claro o seguinte também: há manifestações de rua legítimas, mas o velho PMDB está querendo se aproveitar desse movimento legítimo das ruas para assaltar o poder, para fazer o oposto do que as ruas querem, porque o que esse pessoal quer, Senador Paim – não tenha dúvidas –, é abafar as investigações, é diminuir a temperatura da Lava Jato.

A jornalista Mônica Bergamo, na semana passada, falou de um acordo para livrar Eduardo Cunha da cassação, um acordo gestado pelo próprio Michel Temer. Então, no pacote do *impeachment*, era Temer assumindo um acordo para livrar o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Eu não tenho dúvida. Os dois são irmãos siameses. O Temer, como Presidente, vai fazer de tudo para tentar abafar os podres de Eduardo Cunha, porque resvalam nele! Os dois são colados, volto a dizer.

Então, o que houve é mais do que uma movimentação parlamentar do Governo Federal aqui com os Congressistas: houve uma virada geral na sociedade. E, aqui, a força das ruas de mobilização do *impeachment* está comprometida, na minha avaliação, porque, sinceramente, uma coisa é botar muita gente contra o Governo que tem um desgaste; outra coisa é saber que vão assumir ali Temer e Eduardo Cunha. Isso é um fator que desmobiliza. Eu conheço várias pessoas, com quem tenho conversado, que estão indo para as manifestações contra o Governo, que se surpreenderam e disseram: "Ah, não! Isso aí eu não quero". Parece que essas pessoas só agora perceberam o que vai existir no pós-votação do *impeachment*. Eu acho que isso está sendo importante, porque as ruas na sociedade começam a mudar.

E este é outro ponto que eu quero registrar aqui: houve uma virada também nas nossas mobilizações, Senador Paulo Paim. O dia 18 foi um marco. Mas as manifestações da última quinta-feira também foram muito expressivas.

O primeiro sentimento que aglutinou as pessoas nas ruas foi a do golpe. Não há base jurídica. Fazer o *impeachment* sem crime de responsabilidade é golpe. Isso trouxe muita gente – não só os militantes do PT e do PCdoB, mas professores, juristas, estudantes, juventude – a se posicionar contra o golpe. Esse foi o primeiro movimento. A tendência nossa agora é de crescimento, porque acho que vem este segundo momento: a chapa Cunha e Temer visível aos olhos da população e também o programa de governo apresentado pelo PMDB, que está assustando amplos setores, em especial os movimentos sindicais.

Sr. Presidente, outro fator importante é que está ficando claro também que há excessos na Lava Jato. A investigação tem que ser feita. O que a gente sempre cobrou é que não pode ser feita de forma seletiva. Ela tem de ser feita, os fatos têm que ser apurados, mas o problema é que o juiz Sérgio Moro tem que respeitar a lei, não pode passar por cima da Constituição. Eu acho que existia, no começo, um sentimento de que tudo ali era correto, e agora, não. Nesse sentido, foi muito importante a posição do STF acerca daqueles gramos telefônicos. Eu quero aqui, rapidamente, ler um trecho do voto do Relator, Ministro Teori Zavascki:

[...] a) no curso de interceptação telefônica deferida pelo juízo reclamado, tendo como investigado principal Luiz Inácio Lula da Silva, foram captadas conversas mantidas com a Presidente da República; b) o magistrado de primeira instância, "ao constatar a presença de conversas de autoridade com prerrogativa de foro, como é o caso da Presidenta da República, [...] deveria encaminhar essas conversas interceptadas para o órgão jurisdicional competente, o Supremo Tribunal Federal" [...] ; c) "a decisão de divulgar as conversas da Presidenta – ainda que encontradas fortuitamente na interceptação – não poderia ter sido prolatada em primeiro grau de jurisdição, por vício de incompetência absoluta"; e d) "a comunicação envolvendo a Presidenta da República é uma questão de segurança nacional [...]"

E continua: "O Ministro Teori parece ter dado um recado importante a Moro: as investigações devem ser conduzidas sob o império da lei, sem excessos para apressar o desfecho de condenações que poderiam levar à anulação do caso. Junto com a reprimenda, houve uma sugestão de cautela".

Eu acho que isso é importante, até porque, na semana passada, na sexta-feira, ele voltou a usar o instituto da condução coercitiva sem prévia intimação.

Isso é ilegal! A pessoa só pode ser levada em condução coercitiva se for intimada e se negar a prestar depoimento. Isso não aconteceu. Eu acho que esse fato também é importante, para falarmos dessa virada do clima.

Eu queria inclusive chamar a atenção, Sr. Presidente, para uma entrevista do Procurador Carlos Fernando dos Santos Lima. Na verdade, foi um bate-papo, uma palestra na Câmara Americana de Comércio, em que ele foi muito verdadeiro, o procurador Carlos Fernando dos Santos Lima. E o jornalista Janio de Freitas colocou, no dia de ontem, que o procurador, em algum trecho da entrevista, diz o seguinte: "os governos que estão sendo investigados, os governos do PT...". Isso pode ter sido um ato falho dele, mas é contra isso que estamos lutando. Você tem de investigar os fatos, independentemente de serem no Governo do PT, no governo Fernando Henrique Cardoso, no governo de Geraldo Alckmin, no governo de Minas Gerais de Aécio Neves. A gente tem reclamado muito disto aqui: dois pesos e duas medidas. Ele revela isso nessa frase.

Mas há um trecho mais adiante que eu também acho muito importante, porque aqui eu tenho feito um discurso e citei, por várias vezes, os números. Fomos nós, depois da vitória do Lula, que fortalecemos as instituições para que elas investigassem verdadeiramente. Cito como exemplo sempre a quantidade de operações da Polícia Federal no Governo Fernando Henrique Cardoso. Foram 48 operações em 8 anos! A nossa média, nos Governos Lula e Dilma, é em torno de 250 operações da Polícia Federal por ano. Veja bem: se foram 48 em 8 anos do governo Fernando Henrique Cardoso, foram apenas 6 operações por ano!

Eu falo também do fato de que, com Lula, o Procurador-Geral passou a ser sempre o mais votado. Lula e Dilma sempre respeitaram a decisão dos procuradores. Com Fernando Henrique Cardoso, existia o "engavetador-geral da República", Geraldo Brindeiro. Na última vez em que foi reconduzido, ele disputou uma eleição interna entre procuradores. Sabem em que lugar ele ficou? Em sétimo lugar! Mesmo assim, Fernando Henrique nomeou Geraldo Brindeiro.

Pois bem, Senador Cristovam, eu queria até chamar a atenção para o fato de que o Procurador Carlos Fernando, esse de Curitiba que conduz a Lava Jato, diz o seguinte... (Pausa.)

Estou com a parte errada aqui. Eu me perdi aqui nos papéis, mas o fato é que ele diz – eu vou achar aqui para ler *ipsis litteris* – que espera que, se mudar o Governo, as investigações sejam feitas da forma que como estão sendo hoje, sem interferência do Governo. Aí ele disse que tem que reconhecer que, no Governo do PT, não houve interferência nas investigações e que, no governo anterior, havia controle das instituições. Quem está falando isso – eu quero pegar aqui o trecho – não é o Senador do PT, é o Procurador Carlos Fernando, da Lava Jato, que dizia que existia controle das instituições no governo Fernando Henrique Cardoso e que uma coisa ele tem que reconhecer: no Governo do PT, parou de haver controle das instituições. Eu acho isso aqui muito revelador, porque, volto a dizer, há pouco tempo, quem cuidava da nossa Procuradoria-Geral era o "engavetador-geral" da República.

V. Ex^a quer um aparte, Senador Cristovam? Até me ajuda aqui a achar o meu papel.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Enquanto o senhor procura o papel, eu quero dizer que eu concordo com essa colocação do Procurador. E aí eu lembro que, quando, junto com mais cinco Senadores, fomos à Presidente Dilma, em agosto do ano passado, dizer para ela que o Brasil estava entrando num período muito difícil, fosse com o *impeachment*, fosse com a cassação da chapa, fosse com o Governo dela da maneira como estava, nós lhe apresentamos a ideia de que o melhor caminho para o Brasil era continuar, por respeito ao mandato da Presidenta, mas com outro governo. Até usamos a expressão de que ela deveria procurar ser a Itamar dela própria – aliás, o senhor sempre foi um dos incentivadores aqui –, fazer um grande acordo, fazer a possibilidade de um governo que atravessasse esses anos. E lhe apresentamos uma lista de itens: que era ela dizer que o partido dela era o Brasil, não era nenhuma das siglas existentes; ela vir aqui, ao Congresso, reconhecer, sim, que houve erros tanto na campanha quanto na condução da economia; dizer que queria ser a Presidente do Brasil inteiro e pedir, para isso, que a própria oposição se comprometesse; e um item que estava lá era dar todo apoio à Lava Jato. E ela aceitou tudo, mas disse: "Esse aspecto da Lava Jato não faz sentido vocês pedirem, porque eu tenho dado toda cobertura." E eu, que escrevi a carta, devo-lhe dizer aqui, de público, que eu reconheci na hora: a senhora tem razão, esse item a gente não precisava ter colocado nessa carta. De fato, não se pode dizer que ela tenha influenciado, embora, na hora da nomeação do ex-Presidente Lula para Ministro, tenha passado, sim, a ideia não de uma tentativa de interferir nas investigações, mas de tentar impedir que houvesse qualquer constrangimento ao ex-Presidente Lula, diferente daquele que se faz com quem tem a imunidade – que nem deveríamos ter, na verdade. Então, quero reconhecer que

o procurador tem razão quando diz que o Governo Dilma, do ponto de vista de permitir que as investigações avançassem... É uma verdade. Como também é preciso reconhecer o papel, embora secundário, do Ministro da Justiça, o Ministro Cardozo, que também tem tido – teve, agora já não está mais – um comportamento correto do ponto de vista das investigações. Faltou talvez – mantém-se essa dúvida – do ponto de vista de tentar proteger o ex-Presidente Lula, não durante as investigações, mas após as investigações.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque, pelo aparte.

Acabei, no tempo, achando o trecho da fala do Procurador Carlos Fernando Lima. Ele diz o seguinte:

Aqui temos um ponto positivo que os governos investigados do PT têm a seu favor. Boa parte da atual independência do Ministério Público, da capacidade técnica da Polícia Federal decorre de uma não intervenção do poder político, fato que tem de ser reconhecido. Os governos anteriores [diz ele] realmente mantinham o controle das instituições, mas esperamos que isso esteja superado.

Na verdade, ele fala aqui preocupado com a possibilidade de formação de um novo governo Temer. A preocupação deles é voltar a controlar essas instituições – tenho certeza de que vão tentar. Eles querem, volto a dizer, abafar essas investigações da Lava Jato. Então, esse é um ponto importantíssimo.

Agora, Senador Cristovam, em relação ao Presidente Lula, vamos lá. Um dos princípios fundamentais do Estado democrático de direito da nossa República é a separação dos Poderes. No dia em que uma Presidente da República não puder nomear um Ministro... Foi uma interferência indevida do Judiciário, do Ministro Gilmar Mendes. Sinceramente, o Presidente Lula...

Você tem regras na Administração Pública para poder participar da Administração Pública. Fizemos a ficha limpa da Administração Pública. Você ter condenação em segunda instância... É igual à disputa de cargos eletivos: se você é condenado em segunda instância, não pode participar do processo eleitoral. Se você é condenado em segunda instância, também não pode ocupar cargos da Administração Pública.

O Presidente Lula, Senador Cristovam, nem réu é! Nem réu é! Ele só responde a inquérito. Não há denúncia aceita. Tentar impedir que o Presidente Lula assuma... Eu converso muito com o Presidente Lula. Saiba que havia uma resistência dele que era justamente essa. Ele disse: "Eu não quero que fique parecendo que estou fugindo de investigação, onde quer que seja."

O problema, e vamos ser sinceros aqui, é que nós precisávamos do Presidente Lula. A Presidenta Dilma precisa do Presidente Lula. Precisa para barrar o *impeachment*, mas também para construir um clima para outro momento, porque penso no dia depois, no pós-*impeachment*. Acho, sinceramente, que nós vamos ganhar essa batalha do *impeachment*, porque do jeito que está sendo feita, estão trazendo constrangimento.

Qual foi o editorial da *Folha* ontem? Acho que foi um editorial importante. E aquilo, no fundo, anunciou o desembarque do Temer, porque estava constrangedor até para a *Folha de S.Paulo*, para os seus leitores. Apoiar uma coisa dessa sem base jurídica, entrando o Michel Temer, PMDB, ficou muito pesado. Então, o que a *Folha* ali anunciou foi o desembarque do Temer, que acho que vai acontecer, em amplos setores, até a data da votação do *impeachment*.

Eu vou entrar num ponto aqui, Senador Cristovam, de que V. Ex^a vai discordar. Acho que, no segundo momento, é derrotar o *impeachment* e colocar, como centro, a recuperação econômica. Nós temos que voltar a colocar essa economia para crescer. E, para mim, nós temos referências. Acho que o que o Presidente Lula fez, em 2008 e 2009, naquela crise, é uma importante referência. A inflação está baixando no País. O que a gente fez lá? O Meirelles era o Presidente do Banco Central, com todas as críticas que temos a ele, e abaixou em cinco pontos a taxa de juros no ano de 2009. Caiu de 13,75 para 8,75. Claro que ele já poderia ter abaixado em 2008, mas foi uma queda de cinco pontos, que abriu o espaço fiscal.

E o governo o que fez? Na verdade...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ... aumentou gasto em investimentos e aumentou gasto social, que cresceu 10% ao ano. É a receita que o Lula sempre fala, exemplificando da seguinte forma: colocar dinheiro na mão dos pobres é que faz a economia aquecer.

Há um problema fiscal. Centralmente o problema fiscal hoje é pelo impacto das altas taxas de juros. Nós, até janeiro deste ano, nos 12 meses acumulados, pagamos, Senador Cristovam, 540 bilhões de juros da dívida. Então, do déficit de 10,30, 8,5 são juros.

Eu sinceramente acho que temos que nos concentrar na questão do crescimento econômico, porque sabemos, pela história do País aqui, que só há melhora no quadro fiscal quando a economia volta a crescer.

Então, acho que esse é um ponto importante, mas há três pontos simbólicos que eu colocaria aqui também, se eu fosse o Presidente Lula, junto com a Presidente Dilma – Lula, como Ministro da Casa Civil.

Um: corrigir o sistema tributário, ter coragem de apresentar um projeto que tribute o andar de cima. Está claro aqui. Depois que a Receita Federal divulgou os dados do Imposto de Renda, ficou claro para todos os brasileiros que são os muito ricos que menos pagam impostos por algumas questões, em especial porque aqui, no Brasil, não cobramos tributos sobre distribuição de lucros e dividendos. Então, às vezes, um funcionário público que ganha R\$5 mil paga 27,5%, alguém que ganha R\$200 mil a título de distribuição de lucros e dividendos paga zero. Então, eu escolheria um destes pontos: distribuição de lucros e dividendos, herança, mudança da tabela do Imposto de Renda, algo que simbolizasse essa preocupação em deixar o sistema tributário menos desigual – primeiro ponto.

O segundo ponto para mim: nós temos que avançar na democratização dos meios de comunicação. Essa juventude que está indo para as ruas quer isso, quer debater isso. Acho que seria um gesto corajoso para fazermos neste momento.

E o terceiro ponto: a proposta do Senador Paulo Paim. Eu acho que tem que ser uma proposta suprapartidária de convocação de uma Constituinte exclusiva para a reforma política, porque a narrativa da corrupção e do PT naufragou. Na verdade, vemos representantes de todos os partidos nessa discussão da Lava Jato. E para nós vai ser fundamental tentar conseguir compor uma saída que passe por uma reforma política nos moldes propostos pelo Senador Paulo Paim, em que nós Senadores e Deputados não participaríamos, e quem participar dela não vai participar do próximo processo eleitoral. Sempre quando voltamos a isso, há os interesses corporativos de Deputados, de Senadores, que acabam dificultando um acordo.

Eu encerro assim a minha fala. Só quero trazer, Senador Paulo Paim, antes de sair da tribuna, a minha solidariedade aqui a Guilherme Boulos, do MTST, porque houve uma representação do Deputado Federal José Carlos Aleluia, do DEM, da Bahia. Na ação, o Parlamentar pede a apuração de práticas de infrações penais, alegando que, em entrevista à imprensa, o Sr. Boulos vem incitando o crime. "Com os movimentos que se diz liderar, ele ameaça tirar a paz do País..." E continua.

Há uma representação também do Líder do PSDB na Câmara, Deputado Antonio Imbassahy, contra a Presidenta Dilma e contra o Coordenador Nacional do MTST, Guilherme Boulos, por suposta prática de incitação à violência como resistência ao pedido de *impeachment*. Aí continua o Deputado Imbassahy:

Ora, a Presidente da República não tem o direito de dizer que um procedimento de *impeachment* que já foi analisado pelo STF e considerado legítimo, é golpe. O procedimento de *impeachment* existe justamente para saber se houve ou não crime de responsabilidade. Se a Presidente da República considera que não há crime de responsabilidade, cabe a ela defender-se nos autos desse processo. Esse é o direito que lhe assiste. Mas não lhe cabe provocar discursos inflamados, tentar jogar a população contra as instituições e tolerar ou amplificar, promessas de resistência armada, feita nas barbas dos Poderes constituídos brasileiros. [Diz a petição.]

Ora, Sr. Presidente, é uma pretensão desse Deputado Imbassahy. A Presidenta tem o direito, sim, de dizer que é golpe. E vai continuar dizendo. E esse movimento cresce no Brasil e cresce internacionalmente. Ora, não me venha com essa. E mais ainda: o que o coordenador do MTST disse foi o seguinte...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – A frase é a seguinte: "Haverá mobilização nas ruas, para resistir a esse golpe. Isso não funciona mais hoje. Não funcionará. É por isso que dizemos: vai ter luta, vai ter resistência. Não passarão com esse golpe de araque no Brasil."

Olha lá. O que é que tem isso? Eu fico preocupado, porque aqui já começa uma tendência de criminalização dos movimentos sociais. Eu creio, Senador Cristovam, que vai haver muita gente, no futuro, se arrependendo de nós termos votado aquela lei antiterrorismo, porque eu tenho certeza de uma coisa... Eu sei que V. Ex^a não votou. O Senador Cristovam, na maior parte das questões, quando se divide em campo conservador e progressista, sempre está com uma das lideranças desse campo progressista aqui. Aquilo foi um equívoco.

E eu acho, sinceramente, que a preocupação que nós temos, quando eu olho para a possibilidade de um governo Temer e aquele programa com o qual eles estão vindo... Eu disse: nunca vi um programa tão antipovo. Vai ser natural haver reação popular, haver reação dos movimentos sindicais, haver reação da sociedade. E o que essas representações apontam, já aqui, antecipadamente, é uma tentativa de criminalizar aqueles que querem resistir à retirada de direitos.

Senador Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senador Lindbergh, permita-me divergir, mas ele cometeu um crime ali, nas barbas da Presidência da República. E mais: isso diminui. A Presidente Dilma tem todo o direito de resistir a esse processo de *impeachment*, dentro do devido processo legal, como hoje vai fazer o Advogado-Geral da União ali, dentro do foro. Não cabe, e está havendo incitação ao crime, sim. Está havendo incitação à violência. Vou citar só três casos aqui para V. Ex^as. Cada vez que o Presidente Stédile abre a boca, há um discurso de ódio. E há aquele rapaz da CUT. Não sei se ele faz isso para tentar aparecer para a Presidente ou para tentar se aproximar mais do ex-Presidente Lula, não sei se ele está querendo criar algum vínculo. Mas eles pesam a mão, vão além da conta. V. Ex^a, por exemplo, faz um debate aqui que tenho elogiado. Nunca vi V. Ex^a mandar invadir a casa de ninguém. V. Ex^a diz aqui direto um mantra bem calcado pelos marqueteiros do Planalto do golpe, e fazemos o contraponto. Fazemos o debate normalmente. Um diz que é golpe, o outro diz que não é golpe. Agora, dizer que vai invadir? Nós já temos um campo conturbado, Senador Lindbergh. Sou de um Estado em que o processo de regularização fundiária é ponto direto de conflito, em que existem mortes, em que existe milícia, em que existe tudo. Nós não precisamos de líderes querendo aparecer e fazer discurso fácil para incitar a violência. E há outra coisa: ele colocou a Presidente da República, em um momento frágil, em dificuldades, sim. Neste momento, todo mundo, tanto a oposição quanto a situação, está...

(Soa a campainha.)

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ...dizendo: "Vamos abaixar a fleuma. Vamos fazer um debate sem ódio." Ele vai lá e faz um discurso daquele. Colocou, sim, a Presidente da República em dificuldade. É possível até de outro entender que houve prevaricação por parte dela, porque ele incitou um crime. Um dos pontos da Lei nº 1.079, de que V. Ex^a direto fala aqui e que regulamentou um dos crimes descritos no art. 85 da Constituição, os crimes de responsabilidade, fala justamente sobre a segurança interna do País. Quando lideranças de movimentos sociais vêm falar aquilo, isso é possível desta discussão, sim. Deveriam ter mais cautela, deveriam pensar e comer mais canja de galinha em um momento em que o Brasil está em efervescência. Não estão pensando no Brasil. Não estão pensando no Brasil! Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Medeiros, a frase que ele disse foi esta aqui, olha só: "Haverá mobilização nas ruas para resistir a esse golpe. Isso..."

(Interrupção do som.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – ...não funciona mais hoje."

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Ele disse: "Vamos invadir gabinete, vamos invadir a fazenda deles". Foi o que ele falou.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não, não! Este trecho que estou trazendo aqui do Boulos?

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Está gravado. Não, não, é esse trecho que V. Ex^a colocou aí.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Do Boulos? Do Boulos estou dizendo o que eu sei, porque eu ouvi o discurso dele todo.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. *Fora do microfone.*) – É o da Contag.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O que diz aqui é o seguinte: "Haverá mobilizações na rua para resistir a esse golpe. Isso não funciona mais hoje. Não funcionará. E é por isso que dizemos: vai ter luta, vai ter resistência, não passarão com esse golpe de araque no Brasil". Você quer que eu leia aqui? Eu vou ler mesmo, porque podem me processar também.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Estou falando sobre o da Contag. É que V. Ex^a pegou mais!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O da Contag falou sobre ocupações de terra, Senador Medeiros. Os senhores sabem também que a reforma agrária neste País é uma luta histórica de muitos trabalhadores e de camponeses que foram assassinados pelo latifúndio. Essa luta não se dá sem, às vezes, eles ocuparem latifúndios improdutivos. É assim que tem sido feita a reforma agrária no País. Quantos tombaram? Eu sou da terra de Margarida Maria Alves. Então, não é simples assim!

Não venham – isto é feio! – criminalizar a Contag, o MST, o MTST, que são os caras que lutam pelos mais pobres neste País, por quem está sem moradia. Ora, tudo bem, é um direito da oposição. Agora, quererem dizer, como V. Ex^a, "na hora em que todo mundo está baixando a temperatura"? Os senhores estão baixando a

temperatura? Os senhores estão tentando afastar uma Presidente sem ter motivo jurídico algum! Que baixa de temperatura é essa?

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Com motivo jurídico, dentro do devido processo legal. Quem está querendo tirar a Presidente da República é quem quer colocar o Lula como Presidente da República sem o devido processo legal.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Nem deu para entender, Senador!

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senador Lindbergh, V. Ex^{as} estão colocando o Lula como Presidente de fato. Isso é afastar a Presidente Dilma sem o devido processo legal.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – De jeito nenhum!

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – A oposição está fazendo o debate, querendo tirá-la dentro do processo de *impeachment*, que é legal. V. Ex^a tem contraposto sobre a pedalada fiscal, que é crime, sim! Houve crime de responsabilidade. Esse debate está sendo feito, está sendo posto. O mérito está sendo discutido lá hoje.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu gostei muito – só quero encerrar este ponto –, primeiro, de colocar o Lula como Ministro da Casa Civil, o que é extremamente legítimo. Lula pode ajudar muito a Dilma, pode animar este País, pode oferecer um rumo. Isso não é tirar a Dilma da Presidência da República. Isso é uma bobagem!

Agora, em relação à base jurídica, se V. Ex^a assistir hoje ao nosso Advogado-Geral da União, o José Eduardo Cardozo, V. Ex^a será capaz de se convencer, porque, neste debate no Senado, até hoje não vi um argumento sólido. Você sabe que, inclusive, o Editorial da *Folha* de ontem coloca uma questão importante: "Embora existam motivos para o impedimento, até porque a legislação estabelece farta gama de opções, nenhum deles é irrefutável. Não que faltem indícios de má conduta; falta, até agora, comprovação cabal [que não existe]. Pedaladas fiscais são razão questionável numa cultura orçamentária ainda permissiva."

Devo concluir, dizendo só mais uma coisa: por trás desses pedidos de *impeachment* por pedalada fiscal e dos créditos suplementares... Quanto aos créditos suplementares, Senador Cristovam, é uma bobagem o jeito como eles colocam, porque eles dizem o seguinte: Dilma assinou seis decretos de créditos suplementares. Aí qual é o argumento? Existe o art. 4º na Lei Orçamentária, que diz o seguinte: você pode, sim, apresentar decreto sem autorização legislativa, desde que respeitado o superávit primário. O fato é que, em 2014 e em 2015, todos os Governos – o Governo Federal e os Governos Estaduais – tiveram de mudar a meta do superávit primário. Quando o Governo mudou a meta do superávit primário de 2015, ele resolveu o problema.

Aqui, em conversa com o Senador Cássio, na semana passada, eu disse que, para o Geraldo Alckmin, foram 31 decretos e créditos suplementares, também com mudança da meta de superávit primário.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Estamos fechando os números na Liderança: entre 14 e 16 Governadores fizeram a mesma coisa, decreto e crédito suplementar, mudando a meta do superávit primário.

Agora, por trás dessa discussão toda, desse pedido, existe uma lógica que é o endeuamento do superávit primário. No fundo, é isso! O pessoal do TCU que analisou essa peça e que decidiu quer introduzir uma coisa que não existe no Brasil, que é o *shutdown*, o fechamento do Estado. Eles querem que o Governo avalie, de dois em dois meses, Senador Cristovam, a arrecadação: se houver uma diminuição da arrecadação, corta-se tudo, paralisa-se tudo, sejam programas sociais ou o que for. É isso que está por trás. É uma ideologia ultraliberal e fiscalista! Eles discutiram no âmbito do Direito Financeiro e transformaram isso na grande contenda nacional.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Estamos nós discutindo aqui questões contábeis técnicas para afastar uma Presidente da República. Esse é um grande exagero.

Então, resumo, dizendo o seguinte, Senador Paulo Paim: saio desta tribuna com a certeza de que estamos virando esse processo de *impeachment*, virando-o no Congresso e nas ruas. Saio com essa certeza. Estamos na ofensiva. Não sei se o outro lado, nas manifestações, vai continuar com o mesmo vigor agora, pois a chapa do golpe está clara! Quem vai assumir é Temer e Eduardo Cunha. Vejo um momento de crescimento nosso e de perplexidade dos que estavam defendendo o *impeachment* com tanto entusiasmo. O editorial da *Folha*, na verdade, reflete isso, e não é uma opinião só dela, mas de muitos que estão ali. Há um constrangimento, mesmo por parte daqueles que estavam nas ruas contra nós, com essa saída. A saída Temer-Cunha é imoral, golpista!

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Por isso, encerro, demonstrando meu otimismo. Acho que, nesses próximos 15 dias, vamos ter uma batalha nas ruas e no Congresso Nacional. Espero que barremos o *impeachment* e que apresentemos uma agenda à Nação de recuperação do crescimento econômico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Esse foi o Senador Lindbergh Farias, mais uma vez na tribuna apontando caminhos.

Agora, é a vez de uma comunicação de Líder.

Com a palavra, o Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. *Fora do microfone.*) – É uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tanto faz! V. Ex^a é o único inscrito nessas comunicações. Depois, voltamos para um orador inscrito.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, estou lendo nos jornais e nos sites de notícias que o Governo está pensando em fazer uma reforma ministerial, tendo como objetivo obter votos para barrar o *impeachment* no Congresso Nacional, ou seja, para dar cargos para os Parlamentares em troca de votos no Parlamento. Isso é inaceitável, Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares. Dar cargos públicos em troca de votos no Parlamento tem nome, o nome disso é fisiologismo. Não dá para aceitar que, simplesmente, fique nesse toma lá, dá cá. Qual é a ideia nova que vai ser oferecida à sociedade brasileira? Uma reforma ministerial deveria objetivar a melhoria da qualidade dos serviços públicos que são oferecidos à sociedade brasileira, ao contribuinte brasileiro, pelos impostos que esse paga, e não votos no Parlamento. Não dá para aceitar isso! Qual a ideia nova na área de saúde que vai ser implementada? Qual é a política pública nova na área de educação que vai ser ofertada à população brasileira? Nada disso vale, o que vale são os votos no Parlamento. O nome disso é fisiologismo!

As pessoas estão vendo isso como algo normal e natural, isso já faz parte da política. “É isso mesmo, isso é normal, é natural.” Não é normal, não é natural! Estão se utilizando de cargos públicos que deveriam estar ali para devolver serviços públicos de qualidade ao contribuinte brasileiro, simplesmente, para obter votos no Parlamento. “Ah, mas o governo Fernando Henrique o fez na compra de votos para reeleição.” Está errado também! “Ah, mas o PMDB já está fazendo para o governo próximo, para o Temer.” Está errado também! Isso é inaceitável! Não dá para aceitar isso!

No Brasil, de acordo com uma resposta formal do Ministério do Planejamento a um requerimento formal de informações que fiz como Parlamentar, há 23.941 cargos comissionados. A França possui 4,8 mil; os Estados Unidos, 8 mil; o Brasil, 23.941. Para quê? Para isto, para dar para Parlamentares, para eles votarem, muitas vezes, contra suas consciências. Isso não é correto! É como se o Estado brasileiro existisse não para devolver serviços públicos de qualidade ao contribuinte, é como se ele existisse para a construção e para a perpetuação de máquinas políticas. Isso é inaceitável! Parlamentares vão deixar seus mandatos pelos quais foram eleitos – receberam a procura do eleitor – para serem ministros, como se isso fosse normal.

Apresentei nesta Casa, no ano passado, a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2015, que proíbe que Parlamentares ocupem cargos no Executivo. Podem até ir para lá, mas têm de renunciar ao mandato. Não podem estar num dia no Poder Legislativo e, no outro dia, no Executivo, para, depois, voltar para o Legislativo. Se a pessoa foi eleita para um cargo, ela tem de ocupar aquele cargo. Não estou propondo nada original. Quando o Presidente Barack Obama, nos Estados Unidos, nomeou a Senadora pelo Estado de Nova York Hillary Clinton para ser Secretária de Estado, cargo equivalente ao de Ministro das Relações Exteriores no Brasil, ela teve de renunciar ao mandato de Senadora pelo Estado de Nova York. No Brasil, não, é essa promiscuidade.

A Senadora Ana Amélia deseja um aparte?

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com muito prazer, Senador Reguffe. Aliás, na semana passada, perguntei isso, porque já há uma tabela de preço nesse troca-troca para a venda do voto ou para a compra do voto, como queira, depende do lado em que está. É de R\$1 milhão para votar contra o *impeachment* e de R\$400 mil para não estar presente na sessão de votação. Fiz uma indagação a um Líder do Governo aqui, que casualmente chegou agora, o Senador Lindbergh. Hoje, recebi um casal de baianos, o Valdir e a Sônia de Jesus. Ele disse – e fiquei esperando a resposta: “Quem é que vai pagar esse valor se, de fato, essa tabela for respeitada?” Então, V. Ex^a levanta de novo esses questionamentos, levando-nos, ao cabo, a interpretar a gravidade da situação e a irresponsabilidade. Isso é dinheiro público, Senador Reguffe. É dinheiro que devia ser aplicado naquelas matérias mais necessárias à população, como a saúde, que está em frangalhos, inclusive no Estado do Rio de Janeiro, do Senador Lindbergh. Então, são exatamente essas questões que a população que acompanha a TV Senado está cobrando também de nós. É isso o que ela quer. Então, eu queria cumprimentá-lo pelo pronunciamento.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Um aparte, Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Obrigado, Senadora Ana Amélia. Já vou lhe conceder um aparte, Senador Lindbergh.

Na minha concepção, não se podem utilizar cargos públicos, dinheiro do contribuinte para simplesmente ter apoio no Parlamento. Não é esse o tipo de política que nós, como cidadãos, sonhamos para este País.

Senador Lindbergh, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Reguffe, meu amigo, você sabe da admiração que tenho por V. Ex^a. Fizemos movimentos estudantis juntos. Primeiro, quero dizer que há um caso conhecido no Brasil, que foi a compra de votos na emenda da reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Está aqui, na *Folha de S.Paulo*: Deputado conta – esse é um crime comprovado – que votou pela reeleição por R\$200 mil.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso também está errado.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Agora, se algum Senador sabe de compra de votos, tem de denunciar e dar os nomes. É preciso ter responsabilidade nisso! Esse, sim, era motivo para pedido de *impeachment*, comprovado, declaração de uma pessoa. Isso é uma coisa, Senador Reguffe. Outra coisa é o PMDB, depois, decidir sair do Governo. Infelizmente, o Governo tem de remontar a sua Base. Isso faz parte do processo democrático. Eu acho, Senador Reguffe, e você sabe disso, que nenhum Presidente da República, nenhum Governador de Estado consegue governar sem ter maioria parlamentar. V. Ex^a não desconhece isso. No que nós temos de mexer? Temos de fazer uma reforma profunda, como falou o Senador Paulo Paim, no nosso sistema político, que está em frangalhos, desmoralizado, com trinta e tantos partidos. Esse presidencialismo de coalizão naufragou. Temos de tentar construir alguma alternativa para pôr no lugar desse sistema, porque o que se espera, hoje em dia? O PMDB diz que sai do Governo; o Governo tem de reorganizar, sim, a sua Base não só para vencer o *impeachment*, mas para governar depois, para ter uma agenda. Então, infelizmente, sem a gente fazer uma reforma política, não há como ser feito. Seja o Governo do PSDB, seja o da Marina, seja o do PT, o que seja. Se a gente não mexer no nosso sistema político, vamos precisar sempre disso. Agora, independentemente do sistema político que for, um Presidente da República no Brasil, na França, nos Estados Unidos tem de ter uma base parlamentar. Isso faz parte. Eu só queria chamar a atenção para isso, trazendo o meu respeito a essas considerações, ao discurso de V. Ex^a.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Senador Lindbergh, V. Ex^a colocou o caso envolvendo o governo de Fernando Henrique. Talvez pelo fato de V. Ex^a ter dado uma saída, V. Ex^a não ouviu essa parte. Eu falei que, no governo Fernando Henrique, isso ocorreu, ou seja, houve compra de votos para a reeleição, como também já está se discutindo isso na formação de um governo do PMDB, o que está errado também! Está errado no governo Fernando Henrique, errada essa discussão do PMDB.

Agora, também está errado a Presidente da República decidir montar um Ministério, tomando como base a obtenção de votos no Parlamento para barrar o *impeachment*! Pelo menos eu, como cidadão, como contribuinte, penso que o critério para se montar um Ministério deveria ser a preocupação com a qualidade do serviço público que vai ser oferecido para o cidadão, para o contribuinte. Qual é a política nova na área de saúde que vai ser implementada? Qual é a política nova na área de educação que vai ser implementada? Nada disso conta! Nada disso vale! O que vale são os votos no Parlamento que o fulano vai dar. Isso não está certo! Isso não é correto com o contribuinte.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Você tem de tentar conciliar as duas coisas. Eu tenho certeza de uma coisa: V. Ex^a vai ser Governador do Distrito Federal, porque é brilhante! Tem um futuro pela frente. V. Ex^a, como Governador do Distrito Federal, vai perceber logo de cara que vai precisar montar esse governo com políticas públicas, mas vai ter de ter maioria na Assembleia Distrital. Então, o componente político vai estar presente. V. Ex^a vai viver isso, porque V. Ex^a tem tudo para ser o próximo Governador. E V. Ex^a vai ver na hora que vai haver o componente das políticas públicas, mas vai haver uma dose também de composição com a Assembleia Distrital.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Eu vou cumprir o meu mandato inteiro aqui no Senado e honrar integralmente o compromisso com a população do Distrito Federal, Senador Lindbergh.

Agora, toma lá dá cá não teria nunca, porque eu não acho isso correto. Eu não acho isso certo. E, se as pessoas acham errado, não dá para continuar fazendo, seja no governo do PSDB, do PT, do PMDB, de que partido for. Não dá para aceitar isso como normal e natural, porque não é normal e natural! É um toma lá dá cá! E o que vale é o seguinte: quantos cargos vai dar no Parlamento. O nome disso é fisiologismo; e é fisiologismo no governo do PSDB, no governo do PMDB, no governo do PT, no governo do PDT, no governo da Rede, em qualquer governo. Isso não está certo.

Senador José Medeiros, V. Ex^a deseja um aparte?

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Agradeço o aparte, Senador, e lhe parabenizo pelo tema que V. Ex^a traz. É motivo de preocupação imensa de todo mundo o momento

atual, por estarmos com um processo de *impeachment* em curso. Ou seja, é como se fosse um processo administrativo que se abre contra qualquer servidor público. No caso da Presidência da República, é o *impeachment*. Aliás, eu digo: *impeachment* ocorre todos os dias por este País com os outros servidores públicos. Acontece também por causa das pedaladas fiscais com prefeitos, com governadores. Então, nós temos de decidir neste momento: o Presidente da República é imune? É inimputável? Está acima de tudo? Se estiver, tudo bem. A Presidente Dilma não tem de sofrer esse processo de *impeachment*. Agora, se tiver, deve ser respeitado o devido processo legal, obviamente, mas, acima de tudo, um processo liso, sem essas interferências, porque está clara a interferência processual. E V. Ex^a disse bem que a forma como se está fazendo a política é assim: quantos votos tal partido tem. Diante disso, e me remetendo às palavras que o Senador Lindbergh disse agora há pouco, na semana passada, entrei com uma representação na Procuradoria-Geral da República contra a Presidente Dilma e contra o Ministro Jaques Wagner, porque eles deixaram isso muito patente. Eles foram para a rede nacional e deixaram bem claro. Antigamente, essas coisas eram feitas meio no escondidinho. Só adjetivaram, disseram: repactuação, reorganização. Mas todo dia o brasileiro abre os jornais e vê isso que V. Ex^a está falando. Há um balcão de negócios. As coisas estão sendo feitas como se fosse final de feira! É troca, sim, de cargos por votos. Todo mundo está vendo isso, tanto que já se está falando na virada. Está sendo comemorado na tribuna. Então, queria parabenizá-lo por trazer este assunto à baila.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Obrigado, Senador José Medeiros.

Volto a dizer: isso é errado em qualquer governo: no governo do Fernando Henrique, no governo do Lula, no Governo da Dilma, no governo de que partido for. Não se pode fazer reforma ministerial tendo como objetivo a obtenção de votos no Parlamento. O objetivo deveria ser devolver serviços públicos melhores ao contribuinte brasileiro, pelos impostos que ele paga. Isso que deveria ser levado em consideração. Mas não vejo qual é a ideia nova de saúde que está sendo discutida, qual é a política pública nova que vai ser implementada para se trocar um Ministério, não vejo o que vai ser feito na área de minas e energia, na área de educação, mas simplesmente quem vai dar mais votos no Parlamento.

Sr. Presidente, quero discutir aqui também o País que a gente precisa. Eu quero discutir também ideias, porque, neste momento, não se discutem ideias. Este País precisa de uma reforma do Estado, uma reforma que reduza o número desses cargos que falei aqui, que crie meritocracia no serviço público, que crie um sistema de metas e resultados. É preciso devolver o Estado para o contribuinte. Hoje, ele serve às máquinas dos partidos políticos, serve a grupos de interesses, serve às corporações, mas não serve ao contribuinte. Parece que a existência dele é para a construção e perpetuação de máquinas políticas, e não para devolver serviços públicos de qualidade ao contribuinte brasileiro. Então, é preciso uma reforma do Estado. É preciso também uma reforma política.

Protocolei aqui, nesta Casa, sete propostas de emenda à Constituição, que estão na CCJ.

Uma delas é essa que proíbe que uma pessoa se eleja para um cargo no Legislativo e vá ocupar um cargo no Executivo sem consultar o eleitor. Ela pede uma procuração do eleitor para representá-lo em um cargo legislativo e, então, vai para o cargo executivo, sem perguntar se o eleitor concorda.

Foi essa entre outras propostas. Apresentei sete. Acho que melhorariam o nosso sistema político, torná-lo-ia menos desigual, daria mais chances ao cidadão comum de ter acesso à política, incentivaria mecanismos de democracia direta. Nós precisamos ter mais democracia direta neste País.

O terceiro ponto é a redução da carga tributária. Nós temos um Estado que é gordo, inchado! E o Governo quer fazer o quê? Aumentar impostos! O Brasil tem uma carga tributária de 36% do Produto Interno Bruto. É a maior entre os países do mundo emergente: a maior dos BRICS, é maior do que a da Rússia, maior do que a da Índia, maior do que a da China e maior do que a da África do Sul.

(Soa a campainha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Eu não posso entender que esses países todos consigam dar conta das suas responsabilidades com uma carga tributária menor do que a brasileira, e o Brasil ainda precise aumentar impostos! O que o Brasil precisaria fazer é o oposto: reduzir a carga tributária para incentivar as pessoas a empreender, a gerar emprego e renda para desenvolver o País economicamente, para facilitar e impulsionar o desenvolvimento econômico do País. É o oposto do que está sendo discutido.

Eu coloco estes três pontos, tanto a reforma do Estado quanto a reforma política e a reforma tributária, como simplificação do modelo e a redução da carga tributária, porque eu acho que, nesse momento, temos de debater ideias também. Eu não quero apenas que as pessoas lutem contra algo. Quero ver também as pessoas lutando a favor de algo, a favor de reformas, a favor do futuro deste País, que precisa ser discutido. Às vezes, é muito fácil se dizer isso ou aquilo e não fazer uma discussão de fundo.

Não dá para aceitar que, neste momento, neste País, esteja em discussão uma reforma ministerial para comprar votos no Parlamento – e o termo é esse. Isso é fisiologismo! Simplesmente, o objetivo é ter votos no Parlamento, e não devolver serviços de qualidade ao contribuinte pelos impostos que esse paga.

Senadora Gleisi Hoffmann, V. Ex^a quer um aparte?

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Quero, sim, Senador Reguffe. Se V. Ex^a me concede, eu agradeço. Eu queria só ponderar com V. Ex^a que concordo que nós temos de discutir, sim, questões grandes para o País, como a reforma política, por exemplo, que V. Ex^a cita; como a qualidade dos serviços públicos colocados à disposição da população. Não tenho dúvida alguma. Essa é a nossa função nesta Casa. Ocorre que estamos num momento extremamente delicado, com uma crise política grande.

(Soa a campainha.)

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Essa crise política toma muito a nossa atenção e exige posicionamentos, porque a solução dela ou a não solução implica o que V. Ex^a está falando. Se não conseguirmos passar por esse processo, por esse problema que estamos enfrentando agora, não vamos conseguir fazer aqui uma discussão grande sobre as reformas e as políticas públicas de que precisamos, porque tanto o Parlamento quanto o Executivo e o próprio Judiciário caminham juntos na concretização dessas reformas, sejam elas de caráter político, sejam elas de caráter de direito. Nós precisamos ter a máquina pública com os três Poderes azeitados. Nós não temos isso. Por isso que reiteradamente a gente vem à Casa fazer a discussão sobre essa questão do *impeachment*. Temos aí mais uma ou duas semanas sobre isso. Então, eu queria dizer a V. Ex^a que nem sempre é simples assim a gente se abstrair do momento em que estamos vivendo, que envolve quase todos os atores, para fazer uma discussão que depois não temos como encaminhar. Isso é uma coisa que eu queria dizer a V. Ex^a. A outra é sobre a questão da luta política que estamos vivendo neste momento e dos posicionamentos. Eu tenho reiteradamente me posicionado contra esse *impeachment* – V. Ex^a sabe disso, já me fez apartes na tribuna, outros Senadores já fizeram – porque entendo, primeiro, que ele não tem base constitucional, não tem base legal e, por isso, seria uma mancha na história da nossa democracia, mas, sobre-tudo, porque entendo que o que vem depois do *impeachment*, se assim ocorrer, é algo que vai mexer no direito conquistado das pessoas. Vai mexer nas questões econômicas que foram definidas como prioridade, já há um tempo nesse processo de governança que temos no Brasil. Então, eu também sou contra porque isso vai ter um impacto na vida das pessoas. Eu faço política, Senador, porque acredito que ela é um instrumento de mudança efetiva na sociedade. Faço política porque acreditava, como o Presidente Lula acreditou e acredito ainda, que é possível a gente ter uma sociedade sem pobreza absoluta; que todos podem ter direito e acesso à comida. Por isso, sempre me alegrei muito ao ver que foi possível colocar um programa como o Bolsa Família. Faço política porque acho que as pessoas que moram lá nos mais longínquos rincões deste País, longe dos grandes centros merecem ter um médico e que o Estado brasileiro pode, sim, pagar médicos para levar pra lá, nem que tenha de trazer de Cuba, nem que tenha de trazer da Bolívia, nem que tenha de trazer da Argentina. Faço política porque acredito que a universidade pública pode existir e que, por isso, a gente pode aumentar o número de *campi* nas cidades, nos Estados, como no meu Paraná. Nós ficamos por mais de 100 anos com apenas uma universidade federal. Em 10 anos, nós colocamos mais três. Pode não ser o ideal? Pode não ser. Mas, em 10 anos, colocar três universidades para funcionar em um Estado...

(Soa a campainha.)

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... é muita coisa. Assim como o ProUni, assim como outros programas. Então, o que me motiva é isso. Agora, a política tem que ter meios para se processar. Um governo precisa ter gente que execute as políticas e precisa ter, ao mesmo tempo, equilíbrio político. Então, é muito simplista, desculpa, Senador, com todo o respeito e carinho que tenho por V. Ex^a, dizer que é um balcão de negócios ou que se está levando ministros para dentro do Governo só para ter voto do *impeachment*. Ocorre que o maior Partido, que era Base do Governo, que é o PMDB, saiu do Governo, não está mais no Governo, e há outros partidos que são da Base, ou que querem vir para a Base, e que querem também participar do Governo. Agora, eles têm que dar equilíbrio político e têm que dar resultado em programas de governo para a população, e isso a Presidente tem cobrado muito. Eu fui Ministra Chefe da Casa Civil, acompanhei essas cobranças, e lançamos grandes programas que estão fazendo a diferença na vida das pessoas. Eu cito aqui o Mais Médicos; eu cito aqui o Pronatec, que foi muito importante; eu cito aqui as creches. Hoje temos creches em vários Municípios do Brasil que nós não tínhamos antes. Educação infantil não era função do Governo Federal, era do Município, então o prefeito que se vire. E não é assim. Pensamos de forma diferente. Então, todo esse movimento que nós estamos fazendo da política, e parece que é só ele neste momento, tem um fundo de comprometimento com aquilo em que nós acreditamos e com aquilo que nós fazemos da política nos nossos

governos. Erramos? Erramos. Vamos errar? Vamos, somos seres humanos. Agora, acreditamos em um formato de compromisso com a população, de fazer entregas, e numa sociedade mais justa. Por isso, queria deixar esse registro aqui para não parecer que este é um Governo que está fazendo isso só para se manter; é um Governo que faz isso porque sabe, principalmente, qual é...

(Soa a campainha.)

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... a sua responsabilidade na história com a maioria da população brasileira. Obrigada.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Senadora Gleisi, isso não é simplista; isso é a realidade. A realidade é que o Governo está dando cargos, está dando ministérios em troca de votos no Congresso Nacional. E o nome disso é fisiologismo, seja no Governo do PT, do PSDB ou de que partido seja. Na minha concepção, isso é fisiologismo. Isso não está certo.

Com relação ao que V. Exª colocou, eu também, aqui, de forma educada e democrática, entrei na política por um sonho, por um ideal. Levei três eleições para conseguir ter um mandato de Deputado Distrital. Perdi a primeira, perdi a segunda, só consegui ganhar a terceira. Depois, com um mandato de Deputado Distrital, elegi-me Deputado Federal, e, depois, elegi-me Senador, e estou aqui, assim como V. Exª, legítima e democraticamente, representando as pessoas que votaram em mim, que querem ver uma política honesta e que, hoje, não veem isso.

Pessoas que querem ver um Estado eficiente, que devolva serviços públicos de qualidade ao contribuinte pelos impostos que paga e que, hoje, não veem isso. Se há coisas boas que foram feitas, nunca deixei de reconhecê-las, mas há muitas coisas erradas, há um escândalo de corrupção que ocorreu. Hoje, a população não recebe uma saúde pública de qualidade. Então, a vida real das pessoas não é fácil.

Acredito, sim, que a saída é pela política. Sou contra esse processo de criminalização da política que, aliás, vai tirar da política não o bandido, mas a pessoa de bem, que não aguenta ficar o tempo todo tendo que provar a sua honestidade. Agora, estamos num momento tão maluco...

(Soa a campainha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – que honestidade virou uma virtude, honestidade virou uma virtude; algo que deveria ser obrigação de toda pessoa de bem virou uma virtude. E estou aqui discutindo um fato, um fato real. Qual é o fato? O Governo está dando ministérios para ter votos no Parlamento. “Ah! Mas no Governo do PSDB foi assim. Ah! Mas o PMDB já está fazendo isso pensando em assumir o poder!”. Está errado também, e eu comecei o meu discurso dizendo exatamente isto: está errado também.

Acho que se deveria compor um governo pensando na qualidade dos serviços públicos que o cidadão em casa vai receber, que o cidadão, com seus impostos, paga para receber. “Ah! Mas isso é uma visão ingênua, é uma visão simplista.”, mas tenho que lutar pelo que acredito. E acho que as coisas deveriam ser diferentes: um governo deveria impor pelos seus programas, pelos seus projetos, pelas suas ideias,...

(Interrupção do som.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – ... e Parlamentares deveriam votar de acordo com as suas consciências, e não se receberam cargo. Então, se recebe cargo, vota com o Governo; se não recebe, vota contra.

Temos divergências, mas sempre colocadas com toda educação, assim como V. Exª sempre me tratou com educação aqui, não só quando a apartei, mas também quando me aparteia.

Mas acho que as coisas tinham que ser diferentes. Acho que vivemos no Brasil um toma lá dá cá que é inaceitável e que todo mundo acha que é normal e natural. Isso já está tão introyectado na cabeça das pessoas que as pessoas não conseguem imaginar que pode haver algo diferente, que pode haver uma forma de administração pública diferente, que é isso mesmo, que tem que dar cargos, secretarias, ministérios, e, aí, depois, surgem os escândalos.

Com relação aos gastos do Governo, votei – aqui no Congresso Nacional, no ano passado – contra o PLN nº5, que alterava a meta fiscal do Governo. Acho que um governo não pode gastar mais do que arrecada; acho que isso é um princípio. E, quando gasta, quem paga por isso? É o contribuinte, no futuro, que vai ter de pagar essa conta. Então, o meu lado nunca foi partido, nunca foi Governo, o meu lado é o do contribuindo, daquele que represento. Em todos os votos que dou aqui – não sou dono da verdade, não vou acertar tudo –, tento pensar como contribuinte para poder dar um voto no que eu, se tivesse do lado de fora, gostaria que meu representante votasse. Assim, tento representar legitimamente quem votou em mim.

Orgulho-me muito, Senadora Gleisi, de que tudo o que escrevi no meu panfleto de campanha, como candidato ao Senado, honrei, ponto por ponto, todas aquelas medidas. Sempre digo que as pessoas podem me criticar por qualquer coisa, menos por uma: no meu mandato, fiz absolutamente tudo a que me propus no panfleto de campanha, que eu mesmo saía nas ruas distribuindo, de mão em mão. Então, política, para mim, é algo bonito, é algo nobre.

Entristece-me, alguém que lutou tanto para ser político, que levou três eleições para conseguir ter um mandato de Deputado Distrital, que depois teve um mandato como Deputado Federal e conseguiu chegar ao Senado da República de uma forma digna, ver que a política se tornou isto, um verdadeiro balcão de negócios. Há exceções? Várias, mas o Governo simplesmente oferece cargos para que as pessoas votem com o Governo. O que faz um Parlamentar votar não é saber se aquilo é bom ou ruim para o contribuinte, para a sociedade, mas receber um cargo ou não.

Nunca indiquei nenhum cargo, nem no Governo Federal nem no local. Nem nesse local, cuja vitória apoiei. Por quê? Para manter minha independência parlamentar, para poder continuar representando bem aquele meu eleitor, que é a razão de eu estar aqui, que é a razão de eu estar nesta tribuna aqui hoje falando, porque ele não aceita que haja esse balcão de negócios, esse toma lá dá cá, essa coisa de dar ministérios em troca de votos. Isso não é certo, não é correto, não é a política com que a gente sonha! O Governo deveria escolher ministros pensando na qualidade desses ministros para devolver serviços públicos ao contribuinte e nunca, simplesmente, para obter votos no Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi o Senador Reguffe.

Temos a visita, hoje, dos alunos do curso de Direito da Faculdade Unieuro.

Senadora Ana Amélia, com a palavra. V. Exª é convidada a vir à tribuna neste momento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Senador Paulo Paim, que preside esta sessão como faz com bastante frequência, revelando sua dedicação ao mandato; Srªs e Srs. Senadores; nossos telespectadores da TV Senado; ouvintes da Rádio Senado, tenho prestado atenção, Senador Paim, em que ultimamente tem se repetido, como se fosse um mantra, que não dá para entender, de vozes das mais fulgurantes lideranças do Partido dos Trabalhadores, o clima de ódio que se estabeleceu no País.

Fala-se isso como se as pessoas achassem que isso aconteceu de uma hora para a outra. Nada, Senador Paim, nada – ouvi essa palavra também, porque estava em um compromisso fora ouvindo o pronunciamento de V. Exª, lembrando-se de Getúlio, de seu pai, getulista – na vida, na natureza, na política, nada acontece por acaso. Nada, nada, nada! Toda ação gera uma reação.

Exatamente por nada acontecer por acaso que é preciso refrescar a memória dessas lideranças de quem semeou ódio. Quem semeia vento, colhe tempestade; o que se planta, se colhe: se se coloca uma boa semente na terra, a planta vai nascer saudável e se vai colher um bom fruto, mas, se se planta uma má semente, ela ou não vai nascer ou vai morrer ou vai nascer uma erva daninha. É assim! A natureza, a política e a nossa vida são assim!

Então, Senador, a palavra ódio... E eu estava recapitulando um documento muito interessante, uma palestra de uma das vozes mais autorizadas, porque é uma intelectual muito respeitada dentro do PT, a Professora e Filósofa Marilena Chauí. Ninguém discute a relevância que ela tem como ideóloga do Partido dos Trabalhadores.

Na comemoração dos dez anos de Governo do Partido dos Trabalhadores, ela fez uma palestra, que está disponível no Youtube para quem quiser ouvir. E eu estou ouvindo todas as palavras da Prof. Marilena. Eu achei que era necessário, Senador Paim, trazer isto aqui:

(Procede-se à exibição de vídeo com palestra da professora Marilena Chauí)

[...] Não é só por razões teóricas e políticas, é porque eu odeio a classe média! [É o que ela diz.] A classe média é o atraso de vida. A classe média é a estupidez, é o que tem de reacionário, conservador, ignorante, petulante, arrogante, terrorista. É uma coisa fora do comum a classe média! Então, eu me recuso a admitir que os trabalhadores brasileiros, porque eles galgaram direitos, conquistaram direitos... Esses direitos foram conquistados por vinte anos de luta, vinte anos de luta! Fora os quinhentos anteriores de luta e desespero. E dizer que essas lutas e essas conquistas fizeram a gente virar classe média? De jeito nenhum! De jeito nenhum! A classe média é uma abominação política porque ela é fascista. Ela é uma abominação ética porque ela é violenta. E ela é uma abominação cognitiva porque ela é ignorante. Sim. [Aplausos.]

Precisa dizer mais, Senador Paim? Não, não precisa dizer mais. É a voz, é a voz de uma das ideólogas do Partido dos Trabalhadores.

Então, você ouve isso e é você, eu, classe média, Senadora do Rio Grande do Sul, que estou espalhando ódio? Que clima é esse que foi criado no Brasil? Por quem? Convenhamos! É preciso rever a história, ouvir esses discursos. Quem é que está semeando ódio?

Agora há pouco, aqui, se estabeleceu um debate e veja só a classe média. Eu recebi mais um folheto da Frente Brasil Popular. Então, a classe média, dependendo da situação, interessa. Mas, dependendo, não, como no pronunciamento da professora Marilena Chaui. A classe média é abominável, é odiosa, é ignorante – é isso que está dito aqui por ela. Ela mesma disse, com a sua voz. "Ela é arrogante, a classe média", palavras da Prof. Marilena Chaui.

Mas neste folheto aqui há uma historinha para dizer que o *impeachment* é golpe. Conta um pouco essa história de retirada de direitos. Em um desses quadrinhos, está escrito: "aqui tem negro, branco, índio, pobre, classe média, artista, ateu, religioso, aqui tem toda a mistura do povo brasileiro".

Então, a professora fala tudo isso contra a classe média, mas aqui no folheto, do mesmo grupo da professora Marilena, serve a classe média para engrossar as fileiras, como se toda a sociedade brasileira agora... Especialmente falo da classe média, porque é a classe média que sustenta o País, trabalhando junto com todos os trabalhadores. E grande é o País que faz emergir uma classe baixa de salários baixos, classe C e D para a classe média, para poder viajar de avião, para poder desfrutar de uma vida melhor, para comprar um carro, para ter uma geladeira nova.

Quem é a pessoa que, de sã consciência, negaria esses valores? Qual é a pessoa que, de sã consciência, por mais má que fosse, negaria esses direitos? E também há a relevância de um estadista trazer para a classe média essas pessoas lá da classe C e D, da classe D para a classe média.

Esse clima teve uma razão, teve uma origem. A origem está aqui nessas falas, que dizem todos os impropérios. É inaceitável.

Da mesma forma como o que disse também há pouco no Palácio do Planalto o Sr. Aristides Santos. Eu tenho aqui a gravação, eu poderia repetir, mas todo mundo ouviu claramente a letra do que ele diz: "vamos invadir os gabinetes, mas também as fazendas deles, porque se eles são capazes de incomodar o Ministro do Supremo Tribunal Federal, nós vamos incomodar também as casas, as fazendas e as propriedades deles. Vai ter reforma agrária, vai ter luta e não vai ter golpe".

Eu quero dizer que, embora o Sr. Aristides Santos tivesse, agora em abril, falado em nome da Contag, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag) cujo Presidente é Carlos Joel da Silva, é uma das entidades mais respeitadas no Rio Grande do Sul, pela responsabilidade que tem. E sabe o que eu falei com ele? Se ele concordava com isso. Ele me disse: "Senadora, nós, na Fetag, no Rio Grande do Sul, e também na Fetaesc, de Santa Catarina, e também na federação do Paraná, dos trabalhadores rurais do Paraná, nós queremos reforma agrária na lei." Com a lei, com a cobertura da legalidade. Não é na marra, não é com violência, não é matando, fazendo exatamente aquilo que contraria o dispositivo legal, que é exatamente o Estado de direito.

Então, eu quero agradecer o consolo que o Carlos Joel da Silva, o Presidente da Fetag, falou claramente: "A posição da Fetag não é esta." E também vão cobrar a Contag por esse discurso explosivo e inflamado – eu diria até incendiário –, de intimidação, de levar medo à área do campo, já tão conflagrada quanto está. Disse ele: "Nós defendemos a reforma agrária dentro da lei, e as palavras dele criaram um grande constrangimento em nós".

Essa entidade é tão importante que os últimos dois Presidentes da Fetag... Elton Weber é um destacado Deputado Estadual eleito, porque os trabalhadores e a sociedade gaúcha o respeitam; e Heitor Schuch elegeu-se Deputado Federal de destacada atuação aqui. Essa entidade tem uma prestação de serviço com os trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul inestimável e respeitada enormemente. Mas essa entidade, a Fetag, sentiu-se constrangida com as palavras ditas pelo Aristides Santos dentro do Palácio do Planalto e sem nenhuma admoestação.

Não é com violência. O que ele está fazendo é exatamente provocar a violência, e a violência é provocada também por ódio, por conflito. Não é disso que nós precisamos.

Eu não sou uma Senadora do "quanto pior melhor". Aqui, no Senado, me conhecem, sabem da minha disposição, mas nós não podemos tapar o sol com a peneira. Estamos levando para uma situação em que é impossível você ter hoje condição sequer, porque você faz um discurso na direção, como faz o Paim, por um entendimento, por uma conversa. Dali a pouco, sobe outro aqui, na tribuna, e é uma xingação danada, como se aqui ninguém prestasse, a não ser esse grupo.

Eu penso, Senador Paim, que ou nós temos coerência nas nossas posições, ou nós temos que mudar uma série de coisas.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Permite-me um aparte, Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com muito prazer, Senadora Gleisi.

Então, nós precisamos colocar e separar o joio do trigo. Nós precisamos ter um jogo claro de palavras, de coerência nas atitudes, na pregação e nos atos que fazemos. Não adianta vir com essa conversa. Nós temos que mostrar quem espalhou, quem semeou o ódio na sociedade brasileira. Aqui, está claro: a classe média é tudo isso na visão da Professora Marilena Chaui – claro.

Eu também vou dizer que não é isso que os petistas todos pensam, Senadora Gleisi. Tenho certeza, porque conheço muitos petistas, como a senhora por exemplo. Eu duvido que V. Ex^a concorde com o que está dito por ela que odeia a classe média e que diz que a classe média é ignorante, que ela é fascista, que ela é conservadora, que ela é tudo isso que ela falou. Eu tenho certeza. Conheço o Senador Paim, conheço vários – Walter Pinheiro, que deixou o Partido; Jorge Viana; muitos Senadores; muitos políticos do seu Partido; no Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, uma pessoa respeitadíssima – e eu sei que não endossam essa agressiva – essa agressiva! – definição da classe média. Agressiva e com um tom odioso de divisão de classes. Mas quem semeia vento colhe tempestade.

Concedo o aparte, com muito prazer, à Senadora Gleisi Hoffmann.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senadora Ana Amélia. A professora Marilena Chaui é uma filósofa, e filósofos têm livre pensar. Eu não sei qual foi o contexto e qual foi o evento em que ela estava quando falou isso. Então, não me cabe aqui fazer nem a sua defesa nem a sua acusação. A filosofia é isto: é o livre pensar. Se nós formos pegar filósofos que têm outras origens, nós vamos também ver manifestações violentas. Podemos pegar, na história, vários que se manifestaram assim. Aliás, se a gente for pegar, Senadora Ana Amélia, as manifestações de violência que nós temos hoje na política, nós temos de parte a parte. Então, sobram exemplos para a esquerda, sobram exemplos para a centro-direita. Eu lembro aqui, por exemplo, um episódio que me deixou muito chocada, que foi o velório do nosso ex-Senador José Eduardo Dutra. José Eduardo Dutra morreu, foi feito o velório dele, e o velório foi invadido com um monte de panfletos contra o PT, com o pessoal dizendo que petista bom era petista morto, quer dizer, não respeitando a dor naquele momento. Assim como eu também vejo as expressões, por exemplo, do Deputado Bolsonaro incitando o ódio, a misoginia, a questão de raça, a questão de orientação sexual; e as do Pastor Silas Malafaia, que fica pregando na televisão o tempo inteiro, e que faz isso em nome de Deus e de Nosso Senhor Jesus Cristo, um ser que pregou a paz, o amor ao próximo e a tolerância. O que eu quero dizer para V. Ex^a é que, se nós formos procurar, nós vamos ver, de parte a parte, as manifestações como são. Então, eu acho que cabe a nós que estamos aqui tentar acalmar essa situação. Defender as nossas ideias, sim, porque cada um tem ideias aqui e eu acho que isso é legítimo e é importante, defender por que nós chegamos aqui, defender o que nós achamos de um governo, defender o que pensamos da democracia. Isso faz parte do nosso trabalho. Agora, não dar ênfase, não dar voz aos excessos ou às situações que possam levar a conflitos e confrontos. Eu lembro que, no ato do dia 13 de março, que era o grande ato do pessoal que queria o *impeachment*, do *pró-impeachment*, nós fizemos uma verdadeira desmobilização de pessoas da nossa Base que queriam ir para as ruas e queriam fazer o confronto. Quando os ânimos estão muito acirrados, as coisas acabam indo para esse lado. Então, cabe a nós acalmar, cabe a nós buscar serenidade nesse processo, sem abrir mão das nossas convicções, sem concordar necessariamente com o que o outro está falando, tendo firmeza sempre em defender. Eu sempre vou subir aí e com certeza vai haver muitas coisas que eu defendo ao contrário de V. Ex^a, mas jamais vou me colocar contra o seu direito de defender as suas ideias. Então, eu acho que não colabora, não ajuda nesse momento a gente trazer para dentro dessa Casa a questão das manifestações de ódio sejam de qualquer parte que forem. Eu recebo no meu *e-mail* diversas manifestações dessas, diversas. A senhora não tem ideia. Esses dias me mandaram um *e-mail* dizendo o seguinte: "Eu sei onde seus filhos estudam, eu sei onde a senhora mora". Eu até pedi para a Polícia do Senado fazer uma representação – e ela a fez –, porque eu não posso colocar a vida dos meus filhos, da minha família em risco, porque as pessoas divergem de mim na política. Mas eu sempre tento, Senadora Ana Amélia, quando me vêm com isso, quando é muito grave, ou recorrer às questões de direito, à Polícia, à Justiça, enfim, ou, então, eu sempre tento levar uma palavra branda, porque eu acredito que a palavra branda acalma o coração raivoso. Procuro mostrar para a pessoa que não é uma luta de ódio. É uma disputa, com certeza, de ideias. Temos que ser firmes. Muitas vezes vamos ser muito firmes, muito determinados, mas jamais é uma luta para destruir o outro. É, sim, para ganhar sobre a ideia do outro. Então, eu queria dizer isso a V. Ex^a e eu acho que o nosso papel aqui vai ser muito de acalmar essa situação e não de trazer aqui para dentro situações que possam deixar ainda as motivações e a situação da população, ou de alguns setores dela, ou de algumas pessoas, ou de alguns grupos ainda mais acirradas. Obrigada.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço muito, Senadora Gleisi Hoffmann. Eu só espero que V. Ex^a não esteja, nesse seu aparte, dizendo: "Senadora, não devia ter trazido

esse depoimento da Marilena Chauí". Eu acho que a senhora é uma democrata e não estabeleceria uma censura. Por que é que eu trouxe isto aqui hoje? Não é para alimentar o ódio. É para mostrar a origem dele, como começou isso, onde começou, quem começou. Isso porque do jeito que está sendo dito, parece que isso foi agora, ou seja, é neste momento que a Dilma está sofrendo esse processo. Mas não é, Senadora.

Outra coisa, não concordo com nenhum ato que viola direito humano, que desrespeita um cadáver, Senadora. Essa não é uma atitude correta nem digna. É desumana. Então, não estou desse lado. Não estou.

Não concordo com as posições do Deputado Jair Bolsonaro. Não concordo. Não é esse o meu modo de pensar, meu modo de agir, meu modo de ver a política, de entender o nosso País.

Segundo, vou lhe dizer: Silas Malafaia – estava eu aqui, na frente do Congresso Nacional, no domingo, dia 13 – subiu em um caminhão de som e sofreu uma grande e sonora vaia, uma sonora vaia. Ou seja, aquela movimentação não tinha líder, não tinha voz. Era uma manifestação, ocorrida no dia 13 de março, no domingo, aqui em Brasília, e em 250 cidades brasileiras, de absoluta tranquilidade. Fizeram muito bem as lideranças do Partido dos Trabalhadores ao orientar para que não houvesse uma confrontação. Isso foi muito bom, foi elogiado. Nós aqui destacamos isso. Parabéns! Os governadores já haviam dito: "Vamos assegurar a tranquilidade dessa realização". Foi uma das mais pacíficas e mais bonitas demonstrações da democracia da história recente do nosso País.

Eu estou trazendo isso porque estou muito triste, porque estou convivendo na política, como Parlamentar, desde 2011, e vejo esse confrontamento, que eu não acho justo, não acho correto, porque só um lado está agindo certo e o outro lado não presta. É isso que foi jogado aqui. Então, eu estou aqui agindo de maneira a resgatar a história, os fatos e os personagens para que a gente compreenda devida e adequadamente como nasceu este clima que estamos vivendo em nosso País.

Eu concedo o aparte ao Senador José Medeiros, com muito prazer.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senadora Ana Amélia, meus parabéns pela sua fala, principalmente porque V. Ex^a a traz à tribuna do Senado, pela TV Senado, uma TV que vai do Oiapoque ao Chuí, que está em todos os rincões do nosso País. É muito importante a sua fala porque ela é uma fala esclarecedora. E V. Ex^a trazer o depoimento da filósofa Marilena Chauí esclarece muito mais ainda, porque robustece a sua fala, dá fundamentos. Não é só a Senadora, que, eventualmente, está na oposição, que está falando, mas está aí a própria fala dela.

(Soa a campainha.)

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Eu tenho dito: se este Governo não fosse do Partido dos Trabalhadores, com a competência que o Partido dos Trabalhadores tem para fazer factoide e para fazer oposição, este Governo já teria caído faz tempo, porque boa parte das teses do Partido dos Trabalhadores e das estratégias vem de há muito, são velhas conhecidas. Este argumento mesmo, por exemplo, de imputar ao outro o discurso de ódio vem das teses de Lenin, na qual uma delas era: acuse os seus adversários do que você mesmo faz. Você faz alguma coisa de errado e acusa os outros. E V. Ex^a fundamenta muito bem; desde o intelectual a outros desfiam esse rosário de ódio, com as exceções que temos de fazer aqui. Por exemplo, esse democrata que está aqui, presidindo a Mesa neste momento, vai para qualquer debate. Ele debate com agronegócio; ele debate com o empresariado; debate com todos.

(Interrupção do som.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Tem de deixar falar, porque ele está elogiando V. Ex^a, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vai falar o tempo que a senhora quiser aqui; não só ele, V. Ex^a também.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Aliás, talvez seja o Senador que mais enfrenta o debate aqui. Toda segunda está ali, na Comissão de Direitos Humanos, enfrentando temas dificílimos, mas, acima de tudo, dando uma aula do que é respeitar o contraditório. Muita gente no Partido dos Trabalhadores, muita mesmo, não tem esse mesmo comportamento, aliás, tem isso mesmo como uma fundamentação para nos dividir – nós e eles. Diria que petistas de alta plumagem gostam desse discurso porque cria monstros imaginários que passam a ser combatidos e aí divide o Brasil. E há aquela velha máxima também: dividir para governar. Então, o que V. Ex^a traz é muito importante para que nós da oposição façamos. E eu quero fazer um chamamento para a oposição aqui, o Partido dos Trabalhadores está com o pé fincado nessa trincheira aqui e tem feito o debate, colocado argumentos que, a meu ver, não são verdadeiros, mas que correm o risco de pegar por falta de contraponto. V. Ex^a é uma das está aqui, mas precisa de a oposição se posicionar. No momento, está em ebulação a discussão democrática neste País e precisa haver os dois lados se

contrapondo, não se violentando, não se agredindo, mas fazendo o contraponto. Então, queria parabenizá-la, porque não é à toa que V. Ex^a recebe elogios do Brasil inteiro, inclusive do meu Estado, porque faz um debate, acima de tudo, um debate com honestidade e propósito, um debate sem desonestidade intelectual, um debate sem cinismo, o bom debate da política. V. Ex^a engrandece a política brasileira. Muito obrigado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador José Medeiros, pelo aparte e, sobretudo, pelo estímulo dessa referência ao trabalho.

Penso que nós todos, aqui, temos igual compromisso e responsabilidade de honrar aquilo com que nós nos comprometemos com os nossos eleitores, representando os nossos Estados, que nos acompanham e nos cobram algumas atitudes. Nós precisamos corresponder à confiança da sociedade para que a política, como foi falado tanto aqui antes por vários Senadores que me antecederam, continue sendo uma atividade fundamental numa democracia; e ela precisa ser cada vez mais honesta.

Agora mesmo, estava falando isso. O Sr. Aloísio Furman, de Curitiba, Estado do Paraná, solicita que nós defendamos, aqui, no plenário, o fim do foro privilegiado e contradita os Senadores da situação exatamente sobre essa questão relacionada ao foro privilegiado, porque nós precisamos, de uma vez por todas, acabar com essa condição – a que também sou favorável. A Sr^a Clara Carvalho também ligou, falando sobre o trabalho daqui. O Sr. Eiron Gonçalves de Miranda, da cidade de Reserva, também do Paraná, que é pastor da Igreja Batista, cumprimenta pelo trabalho que vem sendo realizado e pede um minuto de silêncio no plenário, em razão da crise que o País está vivendo – vejam só como eles têm uma forma de ver a situação. O Sr. Jucélio da Silva, de Brasília, Distrito Federal, também fala sobre isso. A Sr^a Iracema Queiroz, também de Brasília. Agora há pouco, recebemos, de Barbacena, Minas Gerais, mensagem da Sr^a Nilza Maria de Freitas Dias, falando sobre toda a crise política que o Brasil está vivendo. E recebi a visita, pessoalmente, do casal, Sr^a Sônia Suely de Jesus e Sr. Valdir de Jesus, da Bahia, que vieram acompanhar a TV Senado.

Lembrando apenas, nesse contexto de que estava falando sobre o clima de estabelecer a cizânia, a divisão, o confronto entre as pessoas, a declaração do Presidente da CUT, que disse: "Nós vamos acabar com o Juiz Sérgio Moro." Eu acho que...

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... são declarações que não ajudam na construção de uma saída para a crise; ao contrário, apenas a agravam. E é por isso que é preciso que a gente lembre aqui essa responsabilidade que todas as lideranças do País – não apenas Senadores e Deputados, mas todas as lideranças de entidades de classes e movimentos sociais – têm neste momento delicado que nós estamos vivendo.

Muito obrigada, Presidente Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Senadora Ana Amélia.

Agora vamos passar a palavra ao Líder do Governo, Senador Humberto Costa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, eu não achei ela aqui.

Senadora, vocês decidem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Humberto Costa, então, confirmado.

Está certo, a Senadora Gleisi Hoffmann está como oradora inscrita. E ele fala como Líder. É ele mesmo. Em seguida, V. Ex^a.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, eu venho à tribuna, na tarde de hoje, para comentar a proposta que foi apresentada em editorial de primeira página do jornal *Folha de S.Paulo*, no dia de ontem, e que propõe que não venham a assumir – no caso da Presidenta Dilma, manter-se; no caso do Vice-Presidente, assumir, caso haja o *impeachment* – e que haja uma convocação de eleições para Presidente da República e Vice. Isso implicaria a renúncia da Presidenta e do seu Vice.

Não sei se o Presidente da Câmara renunciaria ou se tornaria o novo Presidente da República, o que seria equivalente a uma noite de terror para o Brasil, mas eu queria ir um pouco além do que simplesmente analisar

essas possibilidades e essas perspectivas. Em todos os processos, para que eles aconteçam, é preciso que haja as regras do jogo, que todos possam participar na melhor condição de igualdade e, submetidos a essas mesmas regras, eles possam fazer, especialmente quando se trata de um processo eleitoral, o convencimento das pessoas em defesa das suas ideias e das suas opiniões, e colocá-las em prática obviamente.

E, naturalmente, se subentende que quem participa de um jogo aceita as regras daquele jogo. Eu me refiro a isso porque, em 2014, a Presidenta Dilma foi eleita Presidenta da República com 54 milhões de votos, com uma diferença de mais de 3 milhões de votos; uma diferença maior, por exemplo, proporcionalmente e percentualmente, do que a diferença entre o candidato Mauricio Magri e o seu adversário, o Scioli, na Argentina.

E em nenhum momento houve qualquer questionamento quanto à legitimidade daquela eleição – e olhe que eu já compareci a dois episódios de eleições na Argentina e as condições para que pudesse existir qualquer tipo de fraude são bem maiores porque há um *mix* de voto eletrônico com voto no papel, enfim, é o próprio Ministério da Justiça quem organiza as eleições, e não houve nenhum questionamento –, diferentemente do que aconteceu no Brasil.

Num primeiro momento houve um questionamento quanto ao número real de votos, que teria havido algum tipo de fraude, enfim. Houve um pedido de recontagem; aceito, feito e, em nenhum momento, questionado. Depois o questionamento veio a ser feito em relação à segurança da urna eletrônica. Todos se lembram, houve, inclusive, a contratação de uma auditoria independente...

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – pelo próprio PSDB, auditoria essa por eles contratada e que, ao final, se chegou à conclusão de que o sistema é absolutamente seguro.

Depois tentaram impedir que a Presidente fosse diplomada, um episódio até que cairia muito bem em algum programa humorístico, porque um dos pedidos que era feito pelo coordenador jurídico do PSDB é que o diploma não fosse dado à Dilma, fosse dado ao segundo colocado, ao presidente do PSDB, o nosso colega aqui, Senador Aécio Neves.

Depois vem a história do *impeachment*. Não tendo o que apresentar como justificativa da existência de um crime de responsabilidade, aproveitaram uma decisão tomada pelo Tribunal de Contas da União, que é apenas uma instituição de suporte, de apoio ao próprio Congresso Nacional. Portanto, suas decisões não são maiores do que as decisões do Congresso Nacional. O Tribunal de Contas fez uma recomendação em relação às contas da Presidenta Dilma e, mesmo essas contas não sendo votadas, foi apresentado um pedido de *impeachment* na Câmara dos Deputados.

Ao mesmo tempo, essa mesma oposição vai ao Tribunal Superior Eleitoral para pedir o cancelamento do registro das candidaturas da Presidenta Dilma e do Vice-Presidente Michel Temer.

Portanto, o que tem acontecido, desde então, o que tem contribuído para esse clima de instabilidade, de disputa política dentro da sociedade brasileira é exatamente a não aceitação, por parte dos derrotados, do resultado das eleições de 2014. É isso que tem provocado toda essa disputa, essa celeuma.

O editorial deste jornal que todos respeitamos, a *Folha de S.Paulo*, no dia de ontem, também desconsidera esse aspecto. Na verdade, a saída para a crise é os que foram derrotados, os que são contra a política do Governo deixarem a Presidente governar. É disso que o Brasil precisa; é isso que o País espera. Ninguém – nem Jesus Cristo – governaria numa situação de hostilidade, de agressividade, de campanha sistemática dos meios de comunicação, com agentes econômicos que boicotam ações importantes do Governo. Ninguém conseguaria governar num clima como este que existe hoje no nosso País.

Antes de continuar, vou ouvir o aparte do nosso companheiro José Medeiros, do Mato Grosso. Depois, retomo a minha argumentação.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senador Humberto Costa, V. Ex^a tem sido um dos defensores, aliás com destacada competência, do Partido dos Trabalhadores aqui. Digo até que é osso duro de roer, desde quando estava na oposição. Vem da Medicina, mas domina, como ninguém, a arte do Parlamento, a arte da retórica. V. Ex^a faz uma defesa muito benfeita, mas é bom que tenhamos em mente que essa oposição que está aqui é a mesma que o ex-Presidente Lula enfrentou; essa imprensa que está aí é a mesma que o ex-Presidente Lula enfrentou. Eu simplesmente vejo diferença de cenário, porque a economia degringolou, e, de fato, a Presidente Dilma está numa outra situação, criada por ela mesma, e não por essa oposição. Acabei de criticar aqui: V. Ex^{as}, mesmo com a dificuldade que enfrentam, estão fazendo trincheira aqui, e a oposição está deixando passar algumas teses que não são verdadeiras, porque não vem fazer o contraponto. Eu tenho recebido, inclusive, reclamações nas mídias sociais: “Como é que vocês não contrapõem isso? Isso não é verdade.” Agora, o embate político é isto mesmo: nós vamos dizer que existem elementos pró-*impeachment* e vocês defendem que não. Mas o que eu tenho dito aqui, e eu tenho insistido, é que esse cenário

que nós estamos enfrentando neste momento não é criado pela imprensa, ele não é criado pela oposição, ele é criado porque a economia se degringolou. Essa que é a grande verdade. Como nós vivemos num presidencialismo de coalizão e é um sistema político sustentado também pela parte política, no momento em que a economia se deteriora, vem à tona qualquer irregularidade que tenha sido cometida, e foram cometidas irregularidades. Aí se cria o cenário perfeito para o *impeachment*. Óbvio que é legítimo que diga que é golpe, mas é legítimo que nós digamos que há base legal para o afastamento da Presidente. Há pouco, estavam dizendo, Senador Humberto: "Olha, vamos entregar para esse PMDB golpista, para esse PMDB que não tem moral, para esse PMDB..." E foi enxovalhado o PMDB. Mas quem trouxe o PMDB na chapa foi o Governo do PT, essa chapa que nos foi apresentada. É legítimo o papel da oposição, e V. Ex^a, que é um democrata, com certeza, há de concordar comigo. Qual é o papel da oposição? Fiscalizar, contrapor-se, porque o nosso sistema democrático vive justamente dos freios e contrapesos, e quem faz esse contrapeso é a oposição. Para quem está no Governo é uma encheção, mesmo, eu entendo a irritação de V. Ex^{as}. Mas o papel da oposição tem que ser esse. Quanto ao resultado das eleições, nós temos que lembrar que o PT pedia *impeachment* até do Vicente Matheus, que era presidente do Corinthians. Dos últimos presidentes, houve 50 pedidos de *impeachment* apoiados pelo Partido dos Trabalhadores. E é natural, temos que encarar que isso faz parte do processo democrático. Aliás, eu digo que essa oposição tinha que fazer cursinho de como fazer oposição com o PT. Se este Governo não fosse do PT e o PT estivesse na oposição, este Governo já tinha caído, porque o PT sabe fazer oposição. Por quê? Porque sempre bate na mesma tecla: mais do mesmo todos os dias. Tanto é que várias teses que eu repto que não são verdadeiras estão ficando como verdadeiras aí para a população, porque são muito bem colocadas aqui. Então, agradeço a V. Ex^a pelo aparte, mas discordo de que, neste momento, a oposição é quem está atrapalhando o Governo Dilma. A Presidente Dilma e o Governo do PT se construíram por si só e estão desmoronando por si só. Infelizmente, a oposição não teve competência para fazer parte da desconstrução do Governo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Eu agradeço o aparte de V. Ex^a e incorporo-o ao meu pronunciamento, mas devo dizer, até concordando, em parte, com o que disse V. Ex^a, que, de fato, a chamada oposição institucional, os partidos que deveriam fazer oposição, realmente são muito pouco criativos nesse aspecto. Na verdade, no Brasil, hoje, a grande oposição são os grandes meios de comunicação, que pautam o que a oposição deve dizer, deve fazer, o que deve investigar. Portanto, apesar de considerar que a oposição tem uma postura do quanto pior melhor, eu tenho que reconhecer que, de fato, quem alimenta esse enfrentamento não é a oposição, que eu acho que sonha noite e dia em voltar ao poder político e fazer tudo isso de que nos acusa, de dar cargos, enfim.

Mas eu quero retornar ao que eu estava argumentando. Portanto, a proposta que o jornal *Folha de S.Paulo* apresenta não resolve o nosso problema, porque vamos continuar com uma situação concreta de alguém que foi eleito democraticamente pelo povo brasileiro num sistema presidencialista, que não permite essas situações de voto de desconfiança, como acontece no Parlamentarismo. Na nossa Constituição, não temos também o chamado *recall* – não gosto muito de usar expressão em inglês –, vamos dizer, uma retirada do Presidente antes da conclusão do seu mandato. Portanto, essa questão não se resolve com essa proposição que está apresentada, embora signifique que já há muita gente – gente bem informada, gente de peso – acreditando que o *impeachment* não vai ter resultado. Acho que a Senadora Gleisi fez um artigo, uma matéria, ontem, tive oportunidade de ler, em que dizia que a grande coisa interessante desse editorial da *Folha de S.Paulo* é que ele admite claramente que o *impeachment* subiu no telhado, dificilmente vai se consolidar. Então, já surgem outras propostas para discutir o momento político brasileiro.

Mas existem outros aspectos, neste debate, que temos que levar em consideração. Por que é que se propõe que uma Presidente eleita democraticamente renuncie junto com o seu Vice e sejam convocadas eleições gerais para a Presidência da República e para Vice? Ora, lendo o artigo, chegamos à conclusão de que o jornal defende essa ideia porque considera que ela não tem mais condição de governar, considera que falta a ela legitimidade, que falta rumo para esse Governo.

Mas aí eu pergunto: Existe legitimidade para este Congresso Nacional? Existe legitimidade, respeitabilidade, para aquela Câmara dos Deputados que está lá? E até para nós, aqui, Senadores? Como é que nós vamos fazer uma eleição para Presidente da República e Vice e vão continuar os mesmos Parlamentares que estão aqui, que foram eleitos lá em 2010 e que são parte dessa crise? Como é possível isso existir? Ora, se alguém quiser apresentar qualquer ideia de eleição tem de ser para eleição geral.

Eu vi a proposta de V. Ex^a, Senador Paulo Paim, e parece-me interessante nós termos aí uma Constituinte exclusiva para discutir reforma política no Brasil, e, dois anos depois, teríamos aí a eleição geral. Mas também concordo com o Senador Cristovam Buarque. Eu estava ouvindo no rádio a discussão de V. Ex^{as} quando ele disse o seguinte: "Mas não resolve o problema, agora, da Presidente da República". Teria de haver um entendimento. Vamos deixar a Presidenta governar; vamos – como diz aquele ditadozinho – deixar a mulher governar

e vamos disputar no momento em que as eleições efetivamente aconteçam. Então, embora eu reconheça que é uma proposição diferente daquela que vem sendo defendida, da condição do impedimento, creio que ela padece desses problemas e desses defeitos.

Outra questão que eu gostaria de abordar na tarde de hoje, que tem sido também um fator de instabilidade muito grande no Brasil: todos nós damos apoio integral a todas as ações que visem a combater e terminar a corrupção em nosso País, nós damos apoio à Polícia Federal, ao Ministério Público, ao Poder Judiciário, queremos que a Operação Lava Jato continue, mas precisamos, efetivamente, que tudo isso aconteça dentro da legalidade. Eu estou falando isso porque, na última semana, mais uma operação – parece-me que foi a vigésima sétima – foi feita e, no final das contas, o que se diz é que foi para investigar o crime de assassinato do Prefeito Celso Daniel.

São levantadas suspeitas contra o PT, mais uma vez, mostrando inclusive a autossuficiência que algumas pessoas no Judiciário e no Ministério Público têm, porque aquilo já foi objeto de investigação e de decisão do Supremo. O então Ministro Nelson Jobim disse que aquilo tudo era ilação, que não havia como caminhar com um processo daquele porque não havia indício, não havia prova de que não fosse um crime comum.

O Ministério Público de São Paulo, que é antipetista – e todo mundo sabe disso –, chegou à conclusão de que não havia nenhuma consistência em querer vincular o PT a um crime que acometeu um querido companheiro nosso, o Celso Daniel, que sem dúvida teria sido o homem forte do governo Lula, caso tivesse vivido e participado até o final das eleições de 2012. E os próprios juízes da Justiça paulista também.

Então, agora, a Operação Lava Jato, que acontece em Curitiba, investigando a Petrobras, vem querer imputar isso ao PT, levantar suspeitas de que nós, o nosso Partido teria qualquer coisa a ver com o assassinato de Celso Daniel. Inclusive isso é uma maldade com o sofrimento de todos nós militantes, o que nós passamos quando ele foi morto, e de pessoas da sua intimidade. Mas, para derrubar o Governo, vale tudo. E aí é tão engraçado que botaram o nome da operação até de Carbono 14. Quer dizer, ela volta lá para trás, coisas que já foram investigadas, coisas que já foram arquivadas, porque vale tudo para atacar o PT.

Eu até soube – eu quero dizer aqui com muita reserva –, vazou para mim que a próxima operação da Lava Jato, a 28ª, vai ser para investigar o sequestro de Abílio Diniz. É provável que aconteça isso para ver se Abílio Diniz não pagou nenhuma propina, dizer que foi o PT que fez.

Ora, minha gente, se nós queremos, de fato, fazer com que o Brasil caminhe no rumo de acabar com a corrupção, nós temos que ser sérios na hora de apurar essas coisas, temos que cumprir a lei, temos que não fazer ilações e temos que fazer os processos andarem.

Quantos deste Senado estão há um ano sendo investigados? Nada se confirma, nada se apura contra essas pessoas, e elas continuam aguardando que alguém tenha a boa vontade de dizer o que esses inquéritos fizeram. Então, não pode ser uma operação com uma finalidade político-partidária, de destruir um partido.

Portanto, nesta tarde de hoje, eu queria, primeiro, reafirmar a nossa posição de que vamos enfrentar e vamos vencer o *impeachment*. A situação nas ruas, a situação por onde andamos, a situação na Câmara dos Deputados está se revertendo. E vamos continuar na rua, como fizemos na última sexta-feira. Eu tive a oportunidade de participar de um grande ato em Brasília. E olha que já participei de atos importantes. Eu estava aqui na primeira posse do Presidente Lula, que foi uma manifestação que poucas vezes tivemos a oportunidade de ver; na questão das Diretas; no *impeachment* do ex-Presidente Collor. E a quantidade de pessoas que estavam ali era algo impressionante! Demonstrando que esse quadro, inclusive na opinião pública, está se revertendo. E eu tenho absoluta convicção de que, se nos mantivermos nessa luta – e vamos nos manter –, se permanecermos unidos – e vamos permanecer em unidade e em união –, se resolvemos enfrentar com coragem, com perseverança, o que se está tentando fazer no Brasil, hoje, nós vamos impedir o *impeachment*.

E aí, é óbvio que as coisas não vão ficar como estão. A Presidenta Dilma tem ampla consciência de que, derrotando o *impeachment*, ela tem que fazer um grande chamamento ao diálogo no País. Ela tem que trazer os movimentos sociais, discutir com eles, com as mulheres, com a juventude, que tem sido a maior base de sustentação dessas mobilizações que estão acontecendo no Brasil hoje, discutir com a classe média, discutir com os empresários, produzir uma proposta mínima de ações, para que possamos, rapidamente, retomar atividade econômica, fazer o Brasil crescer, gerar empregos, não perseguir ninguém, tentar trazer todos para esse grande diálogo que se pode e se pretende. E eu tenho certeza de que ela vai fazer.

Teremos duas figuras da maior representatividade política deste País sendo fiadoras desse processo: a Presidenta da República e o ex-Presidente Lula, se Deus quiser, já na condição de Ministro da Casa Civil.

Portanto, nós temos condições de superar esse impasse cumprindo a lei, garantindo a democracia, respeitando a Constituição e tendo a condição de cobrar dos nossos governantes, da nossa Presidenta que as mudanças efetivamente sejam feitas.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a, dos nossos colegas, das nossas colegas e quero traduzir para todo o País, companheiros que para onde vamos acompanham o que acontece aqui. É interessante que nesse clima de polarização as pessoas acompanham pela Rádio Senado, pela Rádio Câmara. Aonde vamos, no interior, na capital, as pessoas questionam, outras apoiam.

Eu queria traduzir para todas essas pessoas uma posição de que vocês podem ter certeza: o *impeachment* não passará. Não vai ter golpe!

Vamos continuar como um País democrático. E o Brasil, com toda a certeza, vai melhorar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Humberto Costa, permita-me. Sei que V. Ex^a terminou, mas é um segundo.

A proposta que nós apresentamos é o dia depois, na linha que V. Ex^a colocou.

Chamaríamos uma assembleia nacional constituinte exclusiva só para a reforma política, eleitoral e partidária. Eles iriam trabalhar e o processo eleitoral se daria no momento que a própria Constituição manda. Essa é a proposta. O que mostra é que estamos sinalizando alguma coisa para o dia depois, como acho também, claro...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...que a Presidente tem que chamar todos os setores da sociedade para um diálogo permanente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Com certeza. Pode contar com a nossa participação nesse debate para apresentar sugestões, enfim.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Humberto Costa.

Senadora Gleisi Hoffmann, como oradora inscrita.

Em seguida, o Senador Valdir Raupp como Líder.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Paim, que preside esta sessão. Srs. Senadores, Sr^ss Senadoras, quem nos assiste pela TV Senado, quem nos ouve pela Rádio Senado.

Eu queria também fazer um comentário político dessa semana que passou, dos últimos acontecimentos, começando, como fez aqui o Senador Humberto, pelo editorial do jornal *Folha de S.Paulo*, porque eu o acho muito simbólico do momento que nós passamos a viver depois desse final de semana.

Para mim, está muito claro que a manifestação da *Folha de S.Paulo*, através do seu editorial na primeira capa, dá conta de que o *impeachment* não se sustenta, ou seja, que nós não teremos *impeachment*. Por isso, a *Folha de S.Paulo* vai logo tentando dar uma alternativa à situação, querendo a renúncia da Presidenta Dilma, também do Vice-Presidente Temer, para que a gente possa ter uma nova eleição. Eu disse que era uma sugestão torta porque é uma eleição só para a Presidência da República.

Ora, se nós queremos uma nova eleição ou se a *Folha de S.Paulo* acha que a nova eleição é a que pode realmente trazer ao País condições de governabilidade, então que se faça uma eleição geral. Como disse aqui o Senador Humberto Costa, qual é a moral do Congresso Nacional para apontar o dedo à Presidente da República e não fazer a sua autocrítica? Aí poderíamos até, eventualmente, concordar com essa posição de fazer uma eleição.

Mas eu acredito que não vai ter *impeachment*. Não vai por alguns motivos muito claros. E a *Folha de S.Paulo* só fez no seu editorial estabelecer ou mostrar isso. O primeiro motivo: as manifestações foram fortes e claras em defesa da democracia nas ruas. Não se esperava que tivessem manifestações de rua com a força que nós tivemos, como as manifestações de sexta-feira e mesmo do dia 18 de março.

Tivemos posicionamento de várias entidades. A CNBB se posicionou, outras entidades, como os movimentos dos trabalhadores rurais sem terra, os sindicatos, todos firmemente na defesa da democracia. Os artistas e os intelectuais foram ao Palácio do Planalto, vieram aqui falar conosco, com o Presidente Renan, dizendo que não admitiam um golpe, que a Presidenta foi eleita por 54 milhões de pessoas, que tinha que terminar o seu mandato e que a conquista da democracia custou muito caro a todos. Nós já vivemos um período de exceção e já vivemos um período de ditadura.

E vários juristas. Aliás, tivemos agora, parece-me, que um abaixo-assinado de mais de três mil juristas defendendo o Estado democrático de direito. Isso tudo foi importantíssimo para que a sociedade ficasse alerta de que esse processo de *impeachment* não era um direito constitucional sendo exercido e sim um golpe sendo dado à democracia, a duras penas conquistada.

Outro aspecto que levou a murchar, como eu disse inclusive no posicionamento que fiz neste final de semana, o processo de *impeachment* foi a convenção relâmpago do PMDB. Na realidade ela foi muito rápida,

desrespeitosa até com a sociedade, porque não explicou o motivo de um partido que fica tantos anos no Governo, por que sai daquela forma. E a foto do evento, que falou por si, deu inclusive na manifestação do Ministro Barroso: "Meu Deus do céu, essa é a nossa alternativa de poder?"

Isso tudo, juntadas as manifestações, deu esse processo de enfraquecimento do *impeachment*. E, por outro lado, a resistência de parte muito grande do próprio PMDB, dos Ministros do PMDB em deixar o Governo, as críticas do próprio Presidente do Senado, Renan Calheiros, de que a decisão foi um erro e foi precipitada. Penso que o Vice-Presidente Michel Temer acabou perdendo o jogo e até certa parte de respeito que tinha na sociedade.

Então esse conjunto de fatores, com certeza, influenciou muito para que um jornal do tamanho da *Folha de S.Paulo* estampasse na primeira página seu editorial dizendo que deveria ser feita a renúncia da Presidenta.

E de pronto a Presidenta falou que não ia renunciar, que ela teve o seu mandato concedido pelos brasileiros e pelas brasileiras e que esse mandato vai ser exercido.

Eu não tenho dúvidas, Senador Paim, de que nós vamos vencer o *impeachment*. Vamos vencer esse *impeachment* e começar uma fase nova para o Brasil.

Eu queria falar um pouquinho daquilo que para mim é muito importante, que é a economia deste País, porque é a economia que mexe com a vida das pessoas, é a economia que mexe com a vida dos trabalhadores, é a economia que dá o sustento das famílias, é a economia que faz o desenvolvimento do nosso Brasil.

É certo, Senador Paim, que nós vivemos uma crise econômica. E ela é grave. Já disse isso desta tribuna. Diria que é maior do que as vividas nas décadas de 80 e 90, como eu já disse aqui. Uma crise que não é só brasileira. Ela afeta o sistema capitalista mundial.

No Brasil esse ciclo da crise não é sistêmico, como aconteceu em outras ocasiões. Também já disse isso. E por que ele não é sistêmico? Porque ele não atinge todas as regiões, todos os Estados brasileiros e todas as pessoas de maneira igual. E tampouco está deixando o País fragilizado no plano externo. Por quê? Porque nós conseguimos, ao longo dos últimos anos, dar respostas mais eficientes às situações de crise.

Por exemplo, nós conseguimos construir um conjunto de políticas estruturais que amortecem, para uma parcela considerável da população, os efeitos nefastos dessas crises cíclicas e nos protegem das especulações do capital externo.

As reservas internacionais são um grande exemplo disso. Na casa dos R\$370 bilhões, dão credibilidade aos investimentos externos. E a rede de proteção social, através do Bolsa Família, maior inclusão previdenciária, valorização do salário mínimo, que protege os mais pobres, e a diversificação da economia que nós experimentamos nos últimos 13 anos são pilares fortes, que nos permitem enfrentar a crise em curso, minimizando o seu impacto.

Eu não fecho os olhos às nossas dificuldades. Sei que o desemprego aumentou muito em algumas regiões, que a indústria brasileira está indo de mal a pior, embora não seja em todos os setores, que temos inflação alta, mas começa a se tornar evidente que o Brasil tem respondido melhor à crise do que em anos anteriores. Em razão disso, eu sou tão crítica às posições dos que querem cortar direitos adquiridos pelos trabalhadores e pelo povo mais pobre, com o intuito de reduzir déficits orçamentários ou, nesse momento, mesmo usar as reservas internacionais para o expansionismo fiscal para despesas.

Nas últimas duas semanas, nós recebemos, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Sr. Presidente, o Presidente do Banco Central, Ministro Alexandre Tombini, e o Ministro da Fazenda, Nelson Barbosa. Ambos falaram do início da retomada da economia, com indicadores claros de que isso está acontecendo.

O problema é que a retórica pessimista e agourenta não alivia. Assim, as boas notícias na área da economia ficam embacadas, escondidas. Mas eu queria destacá-las aqui novamente, porque o nosso povo precisa saber que nós estamos fazendo um caminho de recuperação da economia do País, e a área externa é a que mostra recuperação mais acentuada, e ela é muito importante para nós.

Então, além de continuarmos com as altas reservas em dólares, hoje nós temos superávit na balança comercial, recuperação significativa no balanço de pagamentos, os investimentos estrangeiros diretos estão na casa de Us\$75 bilhões, e fizemos uma oferta de títulos do Tesouro que teve demanda quatro vezes maior do que a oferta. Isso tudo comprova o interesse do investidor externo no Brasil.

Qual seria o investidor que colocaria aqui seu dinheiro se nós não tivéssemos reservas para garantir-lo ou se não tivéssemos estabilidade institucional?

No plano interno, a inflação começa a cair, abrindo importante caminho para a redução dos juros. Além disso, teremos redução no preço da energia – já tivemos em março, vamos ter em abril –, aumento de crédito para diversos setores, e o Governo continua sustentando suas políticas sociais: Bolsa Família, inclusão previdenciária, valorização do salário mínimo, Minha Casa, Minha Vida, entre outros. Isso vai manter uma proteção social mínima às pessoas mais vulneráveis nesse momento que passamos na crise.

Por isso está certo, Sr. Presidente, o Governo ao mandar para o Congresso Nacional a proposta de não cumprir o superávit primário este ano. A prioridade deve ser proteger o emprego e a renda. Às vezes, eu vejo aqui alguns Senadores comentarem que a gente não pode abrir mão do superávit fiscal, que a gente tem que gastar o que tem. É verdade que temos que gastar o que tem, mas, se temos que manter uma família e pagar uma dívida e o nosso orçamento está apertado, é melhor nós negociarmos com o credor e colocar a comida em casa para os nossos filhos não perecerem. É assim que eu penso, e é assim que tem que pensar o Governo.

Então, neste momento, é melhor fazer um déficit, conversar com os nossos credores, alongar um pouco essa dívida, mas manter as políticas que dão condições, emprego e renda para a população. Esse é o nosso papel.

Um complicador neste momento, Sr. Presidente, é a crise na política, porque, enquanto em várias ocasiões a política soube trabalhar para vencer crises, desta vez a política está atrapalhando a solução para a economia. O inconformismo das derrotas na eleição de 2014 e os erros políticos do Governo mesmo nos levaram a um impasse que atrasa o País.

Derrotada essa pauta do *impeachment* – e vai ser derrotada –, nós precisamos abrir o caminho para a retomada do diálogo e do esforço político para melhorar a economia e a vida do povo brasileiro. É essa a nossa função nesta Casa, é esse o papel que nós temos como Senadores da República.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Concede-me um aparte, Senadora?

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Concedo um aparte, sim, Senador.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senadora, V. Ex^a tocou num ponto chave. Talvez seja o nosso grande problema – talvez não, com certeza –, seja justamente essa dívida que nos assola, que corrói as estruturas do País, porque hoje boa parte do que fazemos, como V. Ex^a disse, é para superávit primário, é para pagar juros. Recentemente, a nossa preocupação era colocar para que a Presidente pudesse solicitar uma auditoria dessa dívida pública. Infelizmente, a Presidente Dilma vetou esse artigo. Espero que V. Ex^a ajude a derrubar o veto, porque nós precisamos, sim, falar dessa dívida pública. Não é possível. E V. Ex^a colocou, quando a gente está em dificuldade, a gente vai negociar, a gente vai renegociar com os credores. E todos os países que fizeram uma renegociação, fazendo uma auditoria, descobriram que a dívida não era bem aquela, e não estou falando do Governo do PT. Desde que essa dívida começou, bem, mas muito, lá atrás, todos os que entendem desse sistema dizem que ela precisa ser auditada, porque nós não devemos isso tudo. E, neste momento... Mas, infelizmente, a Presidência da República entendeu de outra forma e vetou justamente a parte que falava da auditoria da dívida. Mas fica aqui esse relato, porque nós, daqui a uns dias, já vamos estar com 100% do PIB comprometido com essa questão dessa dívida pública, que só cresce. A cada ano fiscal, nós ficamos devendo mais e, daqui a pouco, nós já não vamos poder mais, o País, andar com uma carga tão pesada nos ombros dessa forma. Muito obrigado.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço o aparte, Senador José Medeiros, mas, na realidade, o que nós precisaríamos era ter, na época das décadas de 70 e 80, feito auditoria na dívida externa. Essa, sim, precisaria de uma auditoria minuciosa, mas com o tempo, já, no governo do Presidente Fernando Henrique e, depois, no do Presidente Lula, essa dívida foi praticamente eliminada. Hoje, a nossa dívida externa é muito menor do que os valores que nós temos em reservas internacionais.

Então, pode-se dizer que o Brasil praticamente não tem dívida. O que nós temos é uma grande dívida interna, que é a dívida mobiliária, emissão de títulos pelo Tesouro, emissão de títulos pelo Banco Central, que seja para ajustar a política cambial, seja para financiar a própria rolagem da dívida.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – É, o erro foi internalizar uma dívida externa.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não, nós não internalizamos a dívida externa. Na realidade, nós conseguimos pagar grande parte da dívida externa. O que a gente fez foi, no Plano Real, ao fazer a estabilidade da economia, primeiro, nós não emitimos mais moeda; segundo, colocamos muitos títulos públicos, para poder acertar a questão dos Estados, porque a União recebeu todas as dívidas dos Estados, como determinou a Lei de Responsabilidade Fiscal, e fizemos a consolidação da dívida para equacionar e renegociar. Então, era uma dívida interna mesmo, e isso foi quando foi implantado o Plano Real.

Então, o que acontece? Nós estamos administrando essa dívida, mas a boa notícia, Senador José Medeiros, é que em 2003 essa dívida líquida perfazia cerca de 65% do Produto Interno Bruto brasileiro. Hoje, essa dívida líquida está na casa dos 35%, 36%.

Nós temos um aumento da dívida bruta, estávamos com 68%, hoje, está um pouco mais de 70%. Agora, se você for pegar todos os países de Primeiro Mundo, os países desenvolvidos, nenhum deles tem dívida bruta abaixo de 80%, de 90% do seu PIB. Aliás, os americanos têm uma dívida de quase 200% do seu PIB.

Não estou dizendo que nós tenhamos que chegar a isso, nem estou dizendo que a dívida é um mal em si. Se precisamos de grandes investimentos, muitas vezes não há condições, de, com o orçamento corrente, fazer. O grande problema nosso com relação à dívida são os juros, que são muito altos: o Brasil tem juros de 14,25% ao ano, quer dizer, são os juros mais altos do mundo.

Então, com certeza, isso eleva muito o valor da nossa dívida. Há um impacto no Orçamento, para não deixar a dívida crescer, porque aí você tem que ficar pagando mais juros, e a administração desse orçamento. Por isso é que eu estou dizendo aqui que é correto, quando a gente chega, num momento de crise, como o que estamos, dizer o seguinte: vamos fazer um de déficit um pouco aqui, e aí a gente resolve, nem que aumento um pouco a dívida, pois ela vai passar de setenta e poucos por cento para setenta e poucos por cento e meio do Produto Interno Bruto, mas a gente segura esse momento para garantir emprego e renda.

O que nós não podemos é mexer com as reservas internacionais – com isso, eu concordo plenamente! Até não teria sentido trazer reservas internacionais para fazer investimentos no País, quando muito a reserva internacional serviria para pagar a dívida bruta, porque a reserva internacional está ligada à dívida bruta. Quanto maior a minha dívida bruta, maior a minha reserva internacional, é assim que funciona.

Então, a gente está com um equilíbrio de contas externas por conta disso. Assim, tirar dinheiro das reservas internacionais é temerário, mas fazer déficit não é problema. Superávit não é um valor em si; ele é um instrumento de política fiscal.

Então, às vezes, eu vejo o pessoal repetindo aqui: "Não, não podemos fazer déficit!" Isso faz parte. A administração você faz de acordo com a sua realidade econômica conjuntural.

Por isso, eu quero reafirmar aqui que está correto o Governo. Nós temos que manter firmes esses dois pilares que estão fazendo com que nós enfrentemos diferentemente a crise na economia brasileira: o primeiro pilar são as nossas reservas internacionais, que nos protegem de uma crise de especulação externa; e o segundo pilar são as políticas de proteção social – é o Bolsa Família, a valorização do salário mínimo, os programas de investimentos, como o Minha Casa, Minha Vida –, porque eles protegem a maioria da população desta crise extrema. Mesmo enfrentando o aumento do desemprego, que não chega nem perto do que foi na década de 80 e 90, não se sente como tão grandes os efeitos na geração de miséria e de extrema pobreza, e, por esse motivo, isso é importante.

Então, eu queria deixar registrado aqui, Sr. Presidente, o acerto dessa política e dizer que, passado o *impeachment*, nós temos, sim, uma política econômica que está provocando efeitos no Brasil, que, infelizmente, está embaçada pela crise política, mas nós estamos começando a recuperar. E nós precisamos, sim, retomar o diálogo, Senador José Medeiros, e o esforço com todas as forças políticas e setores da sociedade, para fortalecer essa retomada do desenvolvimento econômico brasileiro.

Muito obrigada, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Parabéns, Senadora Gleisi Hoffmann, pelo seu pronunciamento, como sempre do mais alto nível: equilibrado, tranquilo e apontando caminhos para o País.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sras e Srs. Senadores, Sras e Srs. ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, minhas senhoras e meus senhores.

Sr. Presidente, modéstia à parte, sou conhecido nesta Casa como um Senador ponderado, moderado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Somos testemunhas da sua história.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado, Presidente.

Apoiei o Governo e continuo a apoiar os projetos de interesse da Nação. Jamais faremos oposição sistemática, raivosa ao Governo Federal, porque isso atrapalharia o País.

Apoiei, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, durante 13 anos e alguns meses, o Governo do PT, do Presidente Lula e, mais recentemente, da Presidente Dilma. Fui Líder do PMDB nesta Casa, quando tínhamos 22 Senadores, e, naquela crise de 2005, a crise do mensalão, ouvi Lideranças do PT, dizendo que o Governo tinha acabado. E o PMDB, que não tinha nem um Ministério – nos dois primeiros anos do Governo Lula, o PMDB não pegou um Ministério sequer –, apoiando o Governo.

E eu contrariei as palavras desta Liderança, dizendo que não, que o momento era diferente, que o Lula poderia muito bem dar a volta por cima, como deu. O Presidente Lula deu a volta por cima, o Brasil retomou o diálogo político, o desenvolvimento. E ele fez um grande governo, tanto no primeiro quanto no segundo.

Com a Presidente Dilma, o PMDB se inseriu um pouco mais no Governo, lançando o Vice-Presidente da República. Tivemos um primeiro mandato de uma forma razoável, tanto é que houve a reeleição, a recondução da Presidente Dilma à Presidência da República. Mas hoje, Sr. Presidente, tenho dito que a situação está muito difícil – está muito, mas muito, muito difícil!

Há pessoas que não querem admitir, mas a situação é crítica. A quebradeira é generalizada. Eu não sei até onde vai parar e quando vai parar toda essa situação.

Então, diante de tudo isso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu queria lançar nesta tarde aqui – e olhem que eu relutei muito para falar; conversei com muitos amigos, com muitos Senadores, e até com pessoas da imprensa – uma proposta. Não é uma proposta formal. Não é uma PEC, mas poderá, diante de um entendimento, futuramente, ser lançada não por mim, mas por um conjunto de Senadores ou Parlamentares do Senado e da Câmara, aqui no Congresso Nacional.

Nesta hora em que o Brasil enfrenta uma das suas maiores crises políticas da História recente e, ao mesmo tempo, grave recessão econômica, considero como do meu dever lançar desta tribuna uma sugestão, uma proposta que – talvez, alguns Senadores tenham até falado, mas não da forma que eu vou propor aqui hoje – seria antecipar as eleições presidenciais. Não seria uma renúncia, não seria um *impeachment*, mas, sim, antecipar as eleições presidenciais que aconteceriam agora em outubro próximo, concomitantemente com as eleições municipais. Já vamos ter o País mobilizado; o TSE mobilizando o País para realizar as eleições municipais.

E o eleitor só vai votar em dois candidatos – só dois, apenas dois! Em cada comarca, em cada Município do Brasil, nos mais de 5 mil e tantos Municípios, o eleitor só vai votar em dois candidatos: para o Prefeito e para o Vereador. Portanto, será uma eleição rápida e simples.

Então, a minha proposta seria realizar as eleições presidenciais juntamente com as eleições municipais. O clamor das ruas é a base política da minha proposta. De fato, o Brasil vive hoje grave crise política, que, dia após dia, intensifica-se, em meio a acusações de corrupção, com ou sem fundamentos, mas que trazem, em ambos os casos, novas incertezas para o País.

Ante as surpresas que surgem a cada dia, em cada momento, agrava-se a crise econômica. O povo brasileiro está revoltado com o cenário de corrupção; revoltado com a maciça perda de empregos e surpreso com a paralisação do Governo.

E eu tenho dito, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que o Brasil não vai quebrar. O Brasil, que já foi a sexta economia do mundo, por um período muito curto – em mais de 200 países, nós chegamos à sexta economia do mundo, e, hoje, acho que somos a nona; demos um pouquinho de marcha à ré –, esse País não vai quebrar, mas vai sofrer um solavanco. E vai demorar anos, talvez décadas, para reconquistar a posição em que já estivemos.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao nobre Senador Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senador Valdir Raupp, V. Exª traz aí uma possível saída para esse cenário turbulento, por que nós estamos passando. A mim me parece ser uma forma de evitar a polarização, de evitar essa dificuldade que teremos em, acontecendo ou não o afastamento da Presidente Dilma, porque a forma como tem-se comportado o Governo e o seu Partido, antes mesmo do resultado do *impeachment*, imagine o que seria depois... Então, a gente vê que, realmente, tem-se criado um cenário, inclusive, de medo, e um cenário até de uma falta de honestidade intelectual nos discursos, dizendo-se que, em um possível governo do PMDB, um possível governo do Presidente Michel Temer, teríamos o fim de todas as conquistas sociais, teríamos o fim das conquistas dos trabalhadores. Enfim, já preconizam um possível caos. Então, existe até há certa irresponsabilidade no discurso, porque ele não é honesto. Governo nenhum vai fazer um retrocesso, dar uma marcha à ré no País. E mais, nossas instituições estão muito bem sólidas, com o Legislativo, o Judiciário funcionando muito bem. Mas a sua proposta vem trazer outra saída, de dizer: olha, vamos, ao invés do *impeachment*, fazer eleições. Eu acho um cenário ideal, muito bom, porque o Presidente que entrasse teria uma luta de mel e teria, acima de tudo, a confiança para implantar as medidas que o País precisa e a credibilidade necessária, credibilidade essa que a Presidente Dilma não teve para implantar. As pessoas não deram a ela esse lastro, porque ela tinha prometido na eleição um eldorado, um paraíso. E aí, quando tentou fazer os ajustes, as pessoas falaram: "Não, mas não foi isso que você disse na eleição." Agora, eu tenho uma preocupação com a sua proposta, porque ela, a menos que eu tenha entendido errado, passaria por um possível acordo com a Presidente, que está no cargo, de ela convocar as eleições, juntamente com o TSE, em outubro. E aí que me passa a dificuldade, porque a Presidente Dilma tem tido dificuldade de cumprir acordos. Fizemos vários acordos aqui no Parlamento com a Liderança do Governo e víamos que não era a Liderança que descumpria os acordos, mas, quando chegava ao Palácio do Planalto, ela simplesmente ignorava os acordos feitos aqui na Casa. Então, eu temo que um pacto nacional que se faça sobre isso não venha a ser cumprido, e aí a emenda fique pior do que o soneto, porque se pode usar essa saída para se livrar do *impeachment* e, depois, simplesmente não cumprir o acordado. Mas louvo V. Exª por trazer um debate sereno, mesmo no momento em que o PMDB está sendo atacado, mesmo no momento em que o Vice-Presidente Temer está sendo demonizado, faz parte de um discurso de desconstrução, porque até agora eu mal vi ele se pronunciar, mas já não é de agora que tem sido feito um discurso de desconstrução sobre ele. Mas, mesmo neste momento desse caldo e dessa ebólition, V. Exª está trazendo uma saída serena e colocando para ser refletida pelo País.

Quem sabe se, diante dessa sugestão, não possamos construir uma saída, sim, que possa pacificar o País neste momento?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado, nobre Senador Medeiros. V. Ex^a contribui muito com o meu pronunciamento.

Eu queria dizer que está aqui no plenário o Senador João Alberto Capiberibe, a cujos pronunciamentos já assisti e ouvi, nem sempre aqui, mas às vezes pelo rádio, pela televisão, e aqui também no plenário, nesta mesma linha: de um entendimento amplo para se encontrar uma saída pacífica, que não seja a saída do conflito, Senador Hélio, porque, com *impeachment* ou sem *impeachment*, não vai cessar a crise política. Honestamente, eu não acredito.

Diante das crescentes incertezas, Sr. Presidente, das incertezas políticas, surgem temores de uma judicialização do processo político. Essa judicialização crescente do processo político tem trazido como novidade uma erosão do Poder Legislativo como fórum das decisões políticas. De fato, criou-se uma instância superior e fora do Legislativo, para com excessiva frequência referendar os normais embates políticos existentes no processo democrático.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Concedo, com muito prazer, um aparte ao nobre Senador João Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado, Senador Raupp. Eu gostaria de me somar a essa ideia que V. Ex^a coloca no plenário do Senado e de parabenizá-lo por esse entendimento. Acho que a tese do confronto nos separa mais, faz com que se acirrem os ressentimentos e com que não construamos a saída que a sociedade brasileira exige de todos nós. Nós somos atores políticos e temos uma delegação da sociedade brasileira para dar encaminhamento e solução aos seus problemas. Estou convencido de que essa proposta de conciliação, de acordo, de pacto tem que surgir do Parlamento e da sociedade. A sociedade é que tem que dar respostas a essa crise que está aí, porque a crise não é apenas política; é uma crise econômica, ética. Nós precisamos responder, porque essa polarização exige de nós que se diga “sim” ou “não”, e V. Ex^a está colocando uma posição que busca uma saída capaz de resolver o problema da crise política. Diferentemente do que colocou a *Folha de S.Paulo* no seu editorial de ontem, intitulado “Nem Dilma nem Temer”, eu não diria isso nesse debate. Eu não peço renúncia da Presidente nem do Vice-Presidente. O que eu peço é a compreensão dos dois, a compreensão das forças políticas, das forças econômicas do nosso País para construirmos juntos a saída. Certamente, a saída para a crise política e econômica deve redundar num pacto com todas as forças da sociedade, com todos os partidos políticos, com as centrais sindicais, com as associações patronais. Nós temos que constituir uma grande mesa de debate e de discussão para dizer à sociedade que a saída é política e pública. Esses conchavos de bastidores não resolvem a crise. Seja qual for o resultado – *impeachment* ou não –, isso não vai resolver a crise. A sociedade polarizou, e nós temos a obrigação de apresentar uma proposta. Essa é nossa obrigação, e V. Ex^a está cumprindo a sua obrigação. E, depois, há outras propostas que já tramitam aqui na Casa. E o Presidente do Senado, o Senador Renan Calheiros, eu tenho certeza que, com a sensibilidade que tem com os graves problemas que nós estamos vivendo, certamente deve propor a formação de uma comissão para pegar todas as propostas. Amanhã, nós debateremos, no Bloco Socialismo e Liberdade, uma proposta muito parecida, mas com nuances diferentes. Então, é necessário que, daqui a pouco, nos debrucemos sobre essa alternativa que V. Ex^a está propondo. E eu tenho certeza de que a saída para a crise política e para a crise econômica não pode esperar, porque esse processo de *impeachment* e de cassação leva, no mínimo, seis meses, e a sociedade não aguenta esperar isso. O *impeachment* na Câmara Federal, Sr. Presidente Paim, é só o começo desse calvário que pode chegar, 180 dias depois, e fazer voltar tudo para o começo. Então, eu acho que é hora de começarmos a discutir com os nossos parceiros de plenário, nossos companheiros e companheiras de Senado, trazer a Câmara e conversar com os Deputados. Eu tive vários encontros, eu conversei com o Deputado Molon, eu conversei com o nosso companheiro que estava aqui até o ano passado, até 2014, porque era Senador, e conversei com vários outros Parlamentares, Deputadas, com o Deputado Jordy do Pará, que me ligou neste final de semana, com o Valadares, com os nossos companheiros de Bancada. Então, há esse sentimento de que é preciso dar uma condução diferente ao nosso País. Parabéns.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado, Senador Capiberibe.

Eu acho que tenho me inspirado nos pronunciamentos de V. Ex^a, porque prestei muita atenção nos pronunciamentos equilibrados, nas propostas equilibradas, e entendo também que essa será a saída.

Medeiros, já vou conceder um aparte a V. Ex^a, que já falou um pouquinho, já fez um aparte e falou sobre o Presidente Temer.

Eu quero dar um testemunho aqui, desta tribuna, Senador Paulo Paim, que preside esta sessão. O Presidente Michel Temer me ligou, mais ou menos uma semana antes do dia 29, quando foi a aprovação do de-

sembarque do PMDB do Governo, dizendo estas palavras: "Raupp, eu não quero ser Presidente da República numa situação desta!". Ele falou para mim, por telefone. Ele estava em São Paulo, eu estava aqui reunido com meia dúzia de companheiros do PMDB, e ele disse exatamente isto: "Raupp, eu não quero ser Presidente numa situação desta, porque, com *impeachment* ou sem *impeachment* esse negócio não vai acabar bem."

Então, o Presidente Temer está recolhido, porque realmente estão batendo muito nele, mas ele não tem essa intenção de atropelar processo para assumir a Presidência, de maneira nenhuma. Repito: ele disse que não quer ser Presidente com o País numa situação desta. Então, acho que ele seria o primeiro a sentar com um conjunto de pessoas, com a Presidente da República, com o Presidente Renan, com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, com o Presidente do TSE, com o Presidente da Câmara, porque isso só vai acontecer se houver um amplo entendimento de todos os Poderes, principalmente destes da linha sucessória da Presidente Dilma Rousseff, que deveria ser puxado por ela, deveria ser capitaneado por ela, evitaria talvez o caos que o País poderá viver daqui para a frente. Então, neste momento, tem que haver um gesto de grandeza, um gesto de grandeza de um Presidente da República, da Presidente Dilma Rousseff, de convocar uma reunião. Aliás, já defendo isso há muito tempo. Há muito tempo, defendo que os Poderes têm que sentar. O Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, que têm que viver harmonicamente, deveriam ter sentado há mais tempo. Talvez, se tivessem feito isso, teriam evitado esta crise.

Concedo mais um aparte a V. Ex^a, Senador Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp. É que realmente é grave a situação, e o assunto que V. Ex^a traz diz respeito a saídas importantes para a vida do País.

(Soa a campainha.)

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – E sobre o diálogo, Sr. Senador Valdir Raupp, sou testemunha de que o Senador João Capiberibe, junto com o Senador Cristovam e mais seis Senadores aqui – seis não, sete. Eram nove Senadores –, no momento em que começava tudo isso em 2015, atravessamos aqui a avenida e fomos até a Casa Civil propor que se começasse um diálogo, porque víamos que o Palácio do Planalto se recusava a conversar com o Legislativo, para que pudéssemos propor uma saída. Senador Raupp, Senador Paim, fomos recebidos pelo 3º Secretário do Ministro da Casa Civil. Ele achou bonitinha a ideia, falou "que bacana e fez quase como a Glória Pires comentando a cerimônia do Oscar: "Que bacana! Legal!".

(Interrupção do som.)

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – E ficou de entrar em contato, depois, com o Senador Cristovam e com o Senador Capiberibe. Fomos lá um grupo de Senadores da oposição, da independência, mas que estavam preocupados, acima de tudo, com a vida do País. E até hoje, até hoje, o Planalto não se propôs. Na verdade, sempre vi da parte do Legislativo uma vontade muito grande de entabular uma saída. Mas vimos que a resistência – e todos perceberam isto – é da própria Presidente Dilma. É uma dificuldade, parece-me pessoal, da Presidente de trabalhar com essa dinâmica da política que é, acima de tudo, a arte de ceder e de conversar. Neste momento, V. Ex^a traz essa saída, e o Senador Capiberibe também fez outra sugestão. Mas senti que temos, praticamente, uma linha com a qual todos concordam: a saída da Presidente Dilma não é a solução, mas, sem a saída dela, não teremos solução alguma. Essa saída precisa ser o mais trabalhada possível. V. Ex^a traz, aí, uma sugestão interessante. Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Hélio José (PMDB - DF) – Nobre Senador, depois também queria um aparte.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Pois não, Senador Hélio.

A realização de eleições presidenciais, juntamente com as previstas eleições municipais de outubro próximo, permitirá que o povo brasileiro decida, por si e soberanamente, sobre o sucessor da atual Presidente da República, afastando considerações de ingovernabilidade política e um agravamento da crise econômica. Em verdade, os agentes econômicos estão quase que paralisados face ao quadro de incerteza que, a cada dia, se agrava no cenário político.

A própria convocação de eleições diretas para Presidente da República, além de aplacar o povo brasileiro, permitirá também que os agentes econômicos e investidores passem a ter confiança no retorno do Brasil a um cenário de previsibilidade e governabilidade já no próximo ano. As eleições diretas afastariam o temor de que esse cenário de crescente paralisação econômica possa se prolongar indefinidamente.

Embora parte das acusações políticas não tenha sustentação, a maioria do povo brasileiro não confia mais no atual Governo Federal havendo, pois, de convocar eleições presidenciais como forma garantidora da retomada da confiança no Executivo Federal. Embora não tenha havido um debate mais amplo, há quase con-

senso entre os atores econômicos de que a renovação da estrutura de poder, em nível federal, permitirá instaurar um clima de confiança entre os investidores e agentes econômicos, de forma a relançar o crescimento e voltar a gerar empregos. A onda de desemprego afeta, cada vez mais, o setor da construção civil, do comércio de uma maneira geral, da indústria.

Enfim, o fortalecimento desse processo de fechamento de empresas e consequente desemprego é o que está acontecendo hoje no País.

Ademais, o povo nas ruas clama por processo transparente de decisões para a definição da sucessão da Presidente Dilma Rousseff, que somente as eleições diretas poderão atender.

Concedo um aparte ao nobre Senador Hélio José, já caminhando para o encerramento, Sr. Presidente.

O Sr. Hélio José (PMDB - DF) – Eu quero cumprimentar o nosso Presidente, o Senador Paulo Paim, e também cumprimentar o nosso orador na tribuna, o nosso nobre correligionário do PMDB, Senador Valdir Raupp. Eu quero dizer que essa posição que V. Ex^a traz aqui é uma posição bastante coerente, calma, tranquila e sensata para tentar superar a crise vivenciada, pois também não adianta ficar nesse confronto, nesse confronto desnecessário. Temos que ter alguma saída. Eu acho que V. Ex^a coloca aqui uma reflexão sobre a situação vivida, porque há muitas pessoas que não estão nem aí, pois só querem saber que tem que matar fulano para colocar outro sicrano. Será que vai resolver? Dessa forma, não vai resolver. A questão de arrasar um lado para o outro lado permanecer, ficando terra arrasada, não vai ajudar em nada. Eu acho que uma proposta bastante colocada e também pensada que é a proposta do parlamentarismo, de repente, talvez seja uma saída para a crise, se realmente discutirmos essa questão aqui. Lá em 1963, houve uma hora em que se definiu fazer o parlamentarismo. Muitos países avançados atuam com governos parlamentaristas, com o primeiro-ministro podendo ser destituído e ser constituído um novo governo, dependendo da situação. Eu acho que temos que ter paciência, temos que ter calma. A reflexão que V. Ex^a traz a esta Casa é uma reflexão na procura de uma saída pacífica para que todos os lados – e principalmente o lado que mais interessa, que é o lado do povo brasileiro, o lado da geração de empregos, o lado da geração de crescimento – sejam preservados. Não podemos transformar isso aqui em um ringue de Telecatch, onde um grupo ganha e outro grupo perde. Temos que pensar no Brasil! Eu mesmo não estava em casa neste final de semana, e foi um grupinho protestar perto da minha casa. Falaram que eu não os receberia. Não, eu não estava em minha casa, estava eu uma igreja lá em Taguatinga rezando e pedindo a Deus para este País ir para frente. Era exatamente o dia da misericórdia, e, por isso, eu não estava em minha casa. E, depois, fui a uma igreja em Brazlândia, onde tem um encontro da Mãe Divina, da Mãe Peregrina, que é Nossa Senhora de Fátima, com o Menino Jesus, que é o Menino Jesus de Praga. É um grande evento religioso aqui no Distrito Federal, em Brazlândia. Aí foram em minha casa protestar e falaram que eu não ia receber ninguém. Eu não estava em casa. Então, esse tipo de terrorismo tem que parar. Já deixei claro para todos: sou juiz nesse processo. Quando os autos processuais chegarem a esta Casa e nós analisarmos, nós teremos posição, principalmente nós que somos do PMDB teremos uma posição uníssona. Todos nós aqui Senadores do PMDB teremos a tranquilidade de sentar, e a nossa Bancada apresentará uma solução no momento adequado, se esse processo chegar aqui ao Senado Federal. Então, eu não vou me precipitar em definir isso ou aquilo, enquanto os autos processuais não chegarem aqui para analisá-lo. Então, não tem A nem B, a favor nem contra, que vai colocar posição na minha posição que vou tomar no momento adequado. Cabem reflexões coerentes, como a que V. Ex^a está trazendo aqui, procurando uma saída para o País da crise que estamos vivendo, na procura do crescimento e na geração de emprego, porque não podemos ter um lado vitorioso e outro lado derrotado, com o Brasil despedaçado. A ideia é sair todo mundo com o Brasil inteiro, procurando preservar os direitos adquiridos e o desenvolvimento social para o nosso País. Eu acho que é isso que nos interessa. Então, eu quero parabenizar V. Ex^a pela reflexão e pelo debate que V. Ex^a traz a esta Casa no sentido de pensar novas saídas negociadas para essa crise.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado, mais uma vez, pela contribuição, Senador Hélio José, V. Ex^a que tem tido um comportamento bastante equilibrado aqui nesta Casa.

Sr. Presidente, eu já tomei minha decisão...

O Sr. Elmano Férrer (Bloco União e Força/PTB - PI) – Nobre...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu não sei se o Senador Garibaldi pediu primeiro ou o Senador Elmano, mas, se o Presidente me conceder... Eu já concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Se o Presidente permitir, depois do Senador Elmano, um aparte brevíssimo.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Depois do Senador Elmano, o Senador Garibaldi. Se o Presidente permitir, pode ser longo o aparte de V. Ex^a.

Sr. Presidente, eu já me defini, já me decidi, Senador Hélio José, pelo *impeachment*. Eu já anunciei, pelos quatro cantos do meu Estado de Rondônia, que, se o *impeachment* chegar ao Senado Federal, eu votarei pelo

impeachment, mas eu votarei com o coração doendo. Pode ser até que algumas pessoas não entendam, neste momento, o que estou falando na tribuna. Eu votarei pelo *impeachment* pelo País, pela situação que o País atravessa, pela situação que o meu Estado de Rondônia atravessa, que é o de uma quebra-deira generalizada. Na maioria das vezes, o *impeachment* é mais político do que qualquer outra coisa. O *impeachment* é quando o País atravessa uma situação grave, uma situação difícil, como a que vem atravessando.

Eu trabalho, Senador Hélio José, por uma saída negociada. A proposta que eu trouxe aqui talvez possa evitar, se houver um gesto de grandeza da Presidente da República, do Vice-Presidente da República, do Presidente do Senado Federal, do Presidente da Câmara dos Deputados, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)... Se todas essas pessoas se reunirem em uma mesma sala, eu duvido que não saia, Senador Paim, nobre Presidente, uma saída, um entendimento, uma saída negociada para o bem do Brasil, para aplacar os ânimos da população, para que os irmãos possam conviver novamente em união.

Hoje, os partidos, que deveriam ser unidos, estão se dividindo – a não ser o PT, e olhe lá, pois, com certeza, muitos integrantes do PT vão votar contrariados, vão votar contra o *impeachment*, mas, tenho certeza absoluta, contrariados. Porém, tirando o PT, o Partido da Presidente, qual o outro partido que vai votar unido nesse processo de *impeachment*, Sr. Presidente, tanto lá na Câmara como aqui no Senado? Nenhum. Eu não acredito em outro partido que vá votar unido, todos vão estar fragmentados. O Parlamento já é fragmentado, com quase 40 partidos. E os partidos estão se dividindo entre si, assim como a população está dividida hoje. É claro que uma ampla maioria está a favor do *impeachment*, a favor da saída da Presidente da República, mas a população está dividida. Eu tenho visto famílias brigarem: membros de uma mesma família defendendo o *impeachment* e outros defendendo que não aconteça o *impeachment*. Então, as famílias estão se dividindo neste País, Sr. Presidente.

Eu sei, Senador Garibaldi, Senador Elmano, que falta expediente jurídico, que faltam artigos na Constituição para permitir uma antecipação da eleição, mas, se o Congresso Nacional, a Presidente da República, o Vice-Presidente e o Poder Judiciário se entenderem, isso pode ser aprovado aqui em 30 dias. Eu duvido que não saia uma emenda à Constituição em 30 dias para resolver esse problema.

Concedo um aparte ao nobre Senador Elmano Férrer.

O Sr. Elmano Férrer (Bloco União e Força/PTB - PI) – Senador Valdir Raupp, eu queria me congratular com o nobre Senador pelo tema que traz a esta Casa e dizer que, quinta-feira passada, também o Senador Randolfe trazia uma proposta semelhante, talvez mais radical. Ele propunha aqui, nesta Casa, quinta-feira passada, a realização de eleições gerais, de vereador a Presidente da República, dizendo, inclusive, que achava difícil aquela proposta, que deveria partir da própria Presidente da República, de uma emenda à Constituição para convocar eleições gerais no País. Talvez isso devesse acontecer em caso de uma ruptura do nosso sistema, através de revolução, coisa dessa natureza. O que me chama a atenção, meu nobre Senador, é que, em junho de 2013, na maior manifestação pacífica que eu já vi deste País, o povo adentrou a esta Casa, ao Congresso Nacional e questionou até a democracia representativa. Eu não estava nesta Casa do Parlamento ainda, mas distante, em Teresina, e passei a estudar a profundidade daquele movimento. E o que a população ao entrar nesta Casa deixou como recado? Ela questionou a democracia representativa, que não há democracia sem Parlamento, não há democracia sem partidos políticos, não há partido sem representantes do povo. Também aquele povo foi à Suprema Corte, não conseguiu entrar no Supremo Tribunal Federal, mas, no meu entender, deixou naquele Poder do Estado brasileiro um recado. Incontinenti, foi até o Palácio do Planalto. O povo também deixou um recado naquele momento, há quase três anos. O povo indignado do Brasil reclamava, há quase três anos, por uma nova ordem política, uma nova ordem social, uma nova ordem econômica. Esta Casa, meu nobre Senador, Sr. Presidente, deve uma resposta ao povo brasileiro. Deixamos transcorrer quase três anos e não respondemos a indignação coletiva do povo brasileiro, porque não fizemos as grandes e profundas reformas que deveríamos já ter feito. E hoje chegamos à situação em que estamos, com uma crise profunda, uma crise moral, no meu entendimento, que os órgãos do Estado vão resolver: a Justiça, o Ministério Público, a Polícia Federal, a inteligência da Receita. Mas nós tínhamos que dar essa satisfação ao povo e não o fizemos. E agora?

(Soa a campainha.)

O Sr. Elmano Férrer (Bloco União e Força/PTB - PI) – Estamos nesta situação. Eu vi o esforço de muitos Senadores desta Casa, inclusive os quatro que aqui estão. O Senador Garibaldi, o Senador Hélio José, V. Ex^a, nós estivemos em muitos momentos buscando uma saída para o País. Nós já antevíamos, naquele momento, no ano passado, aonde poderíamos chegar – e chegar a um momento destes com soluções drásticas, como, por exemplo, a solução que ocorreu ao Senador Randolfe de fazer eleições gerais. Então, no meu entendimento, nós devemos ao povo brasileiro, porque, aqui, nesta Casa, a crise é política, e politicamente nós temos que buscar

uma saída. Mas eu volto os olhos para três anos atrás, quando os três Poderes do Estado – não é só esta Casa, que é a Casa da política, a Casa da Federação, a Casa dos representantes do povo, mas os demais Poderes... Então, eu vejo que, a esta altura, no meu entendimento, os grandes comandantes – aliás, os representantes, os chefes, os dirigentes – dos três Poderes do Estado deveriam sentar-se e buscar uma saída, antes que desaguássemos em algo que eu não diria ser uma aventura ou, então, antes que deixássemos haver uma conflagração neste País. Creio e acredito na maturidade dos políticos, dos homens deste País, nas lideranças. Agora, não é possível nós ficarmos ainda tentando alternativas que, às vezes, não traduzem o momento. De fato, não é tão fácil convocar eleições gerais ou eleições presidenciais, interrompendo um mandato. Acredito na sensibilidade dos homens deste País. Não é possível que, à luz da democracia, do Estado democrático de direito e da nossa Constituição, não encontremos uma saída honrosa para este País. Agora, não é possível continuarmos esperando que caia do céu uma solução ou que haja uma conflagração. Eu creio que é possível um entendimento nacional, uma concertação. Eu vejo que o País está acima de divergências, de interesses políticos, partidários, de grupos, etc. O povo está esperando por isso há três anos, desde junho de 2013. Então, é preocupante a proposta de V. Ex^a – é uma saída, como é uma saída a do Randolfe Rodrigues, que propôs eleições gerais. Agora, só tem isso? Não é possível nós buscarmos um entendimento? Nesta Casa, há dois ex-Governadores presentes, o Garibaldi Alves e V. Ex^a. Esta Casa tem 26 ex-Governadores. Nesta Casa de 81 Senadores, há aqui mais de 20 ex-Ministros. Então, eu entendo que é possível nós buscarmos uma saída ainda, embora, no ano passado, tenhamos participado – eu tive oportunidade de participar com V. Ex^a – de várias reuniões na busca de uma saída, de uma concertação, de um entendimento, preservando as instituições e aquilo que foi a maior conquista nossa, que foram esses 31 anos de democracia. Então, eu me congratulo com a preocupação de V. Ex^a, mas vamos buscar, agora, no apagar das luzes, uma saída à luz da nossa Constituição e do Estado democrático de direito.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado pelo aparte, obrigado a V. Ex^a. Peço que seja incorporado ao nosso pronunciamento.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Senador Garibaldi.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Com a tolerância que já se tornou habitual do Presidente Paulo Paim, eu quero apenas reconhecer em V. Ex^a a autoridade para fazer uma proposta como a que V. Ex^a trouxe ao plenário desta Casa, pela sua experiência, pelo seu espírito público, pelo fato de ter sido Presidente do nosso Partido, durante alguns anos, justamente em função da licença do Presidente Michel Temer. Eu quero aplaudir o esforço de V. Ex^a e dizer que, em termos pragmáticos, eu não sei se uma proposta dessa poderá caminhar, mas vale a pena um homem público da estatura de V. Ex^a trazer essa proposta.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado, Senador Garibaldi. Com a sabedoria e a experiência de V. Ex^a, se V. Ex^a se empenhar junto conosco nesta proposta, nós lograremos êxito, com certeza absoluta!

Sr. Presidente, obrigado pelo tempo concedido aí aos apartes, ao nosso pronunciamento.

Quero dizer, para encerrar, Sr. Presidente, que V. Ex^a fez um pronunciamento, aqui nesta tarde, sobre reforma político-eleitoral partidária. Senador Hélio José, eu não acredito em uma transformação do nosso regime em regime parlamentarista, em um governo de parlamentarismo.

(Soa a campainha.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Tampouco acredito em uma eleição geral para todos os níveis se não fizermos, primeiro, uma reforma profunda, uma reforma político-eleitoral partidária. Neste modelo que nós estamos vivendo hoje, com quase 40 partidos, com partidos que se criam da noite para o dia e já amanhecem com 23 Deputados Federais, e que no dia seguinte perdem 22 e só fica com um, eu não posso acreditar. E o Senador – perdão –, ainda bem que veio para o PMDB. *(Risos.)*

Obrigado. Ainda bem que o Hélio veio para o PMDB. Eu tinha esquecido que tinha um Senador da República.

Então, não dá. Com esse sistema político-partidário eleitoral, nós não vamos chegar a lugar nenhum em uma mudança de rumo do nosso País, do regime presidencialista para o parlamentarismo, ou até mesmo com eleições gerais em todos os níveis.

Senador Paim, é para mim? Não? É para o Presidente?

(Soa a campainha.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É muito rápido. Eu fiz questão de um aparte.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado. Claro. V. Ex^a teve tanta paciência na Presidência, que pode falar o tempo que quiser, se o Presidente conceder.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Serei muito rápido. Senador Valdir Raupp, acho que neste momento virou uma guerra, como a gente diz aqui, entre nós e eles, “sim” ao *impeachment*, “não” ao *impeachment*, nós e eles e eles e nós. Eu estou apenas mostrando a verdadeira guerra até de ódio nas ruas. Um colega meu disse que foi a um aniversário de seus familiares e quebrou o pau lá dentro, entre essa história de nós e eles, quem é corrupto, quem não é corrupto, quem fazia mal para o País. Entre os familiares! Estavam lá em torno de 30 pessoas, virou uma guerra. Eu até relatei na tribuna. Este é o momento de apresentar propostas alternativas. V. Ex^a traz uma hoje. Eu, na abertura dos trabalhos, fui o primeiro a falar.

(Soa a campainha.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu apresentei uma outra que vai na linha da sua fala agora no final, uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva, só para discutir reforma político-partidária eleitoral, que seria eleita agora, no fim do ano. Concluídos os trabalhos, vamos para as eleições. Mas eu apenas digo que não é a minha proposta ou a sua proposta ou a de qualquer um dos Senadores que é a mais adequada, é a mais correta, mas é a hora de juntarmos as propostas e construirmos uma alternativa que evite essa verdadeira guerra que se instalou no País. É lamentável o que a gente tem visto, inclusive nas redes sociais. Chamar de “filho de uma boa mãe” é elogio – deu para entender, não é? Daí para cima.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – É verdade.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E é para todo lado. Isso é fato, é real. É preciso dar um basta nisso. Por isso, eu quero cumprimentar V. Ex^a e aqueles Senadores que estão tentando construir uma alternativa para o Brasil, e não somente uma alternância de poder. Essa era a minha fala. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Paim.

Eu acho que está aumentando, está crescendo dia a dia essa corrente que quer esse entendimento. Quando a corrente cresce e se fortalece, isso pode se tornar uma realidade. Eu acredito que Deus possa ajudar. Dizem que Deus não se envolve em política, mas Jesus Cristo também era político. Então, que Deus possa tocar o coração dessas pessoas que têm o poder hoje de tomar essa decisão, para que elas possam ter este gesto de grandeza e, com esse gesto, reunificar a nossa Pátria, nossa Nação, nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer, Suplente de Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a.

Convido para ocupar a tribuna o Senador Hélio José, do PMDB do Distrito Federal.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Presidente desta sessão, Senador Elmano Férrer.

Cumprimento também meu antecessor, o nobre Senador Valdir Raupp, concordando com S. Ex^a, ou seja, que é preciso realmente pensarmos e discutirmos com a profundidade necessária essa reforma política. Eu, um Senador da República, e mais pelo menos 22 Deputados Federais fomos profundamente enganados. Trata-se de um engodo chamado PMB (Partido da Mulher Brasileira). Estamos entrando, inclusive, junto ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para que seja revista a questão do Fundo Partidário e a questão do tempo de TV dessa farsa que foi esse Partido. Eu acho que o Brasil não pode conviver com esse tipo de situação. V. Ex^a aqui falou uma verdade: o Partido em um dia tinha 23 Parlamentares, Deputados Federais e um Senador da República, mas que no outro dia ficou com um Deputado Federal apenas, porque tudo que havia sido pactuado na política foi descumprido, nobre Senador. Tudo que tinha sido pactuado com os Parlamentares que para lá foram foi descumprido, não encaminhado, de uma forma leviana e irresponsável, para pegarem o Fundo Partidário, que é dinheiro público, para fazerem uso dele de forma indevida. Isso é inadmissível! Eu, um Senador da República, e mais 15 Deputados Federais estamos entrando com um recurso junto ao Tribunal Superior Eleitoral, junto ao STF, para que seja revista a questão desse Partido, porque não vamos admitir esse estelionato eleitoral.

V. Ex^a tem muita razão quando coloca aqui que temos que fazer uma reforma política com a profundidade necessária. Talvez, como eu falei aqui, ainda não tenhamos condição de avançar com o parlamentarismo. Até eu que votei no presidencialismo, na época do plebiscito, que sou um presidencialista, não sou um parlamentarista... Mas a crise está tão grande que, de repente, acho que poderia ser uma saída, mas essa saída só pode ser pensada depois da reforma política, como V. Ex^a realmente coloca aqui.

Acho que o Senador Paulo Paim colocou de forma muito bacana que, de repente, também poderíamos aproveitar logo e dar uma revisão em vários aspectos constitucionais em uma constituinte exclusiva, que poderia discutir esses assuntos. Acho que há muita água para passar por debaixo da ponte. O que interessa de tudo é que temos que ter essa pacificidade que V. Ex^a aqui colocou. Não adianta querer resolver o problema

no Telecatch, nem na pressão, pensar que um Parlamentar – Senador ou Deputado – fará aqui sua posição por causa pressão de grupo A ou de grupo B. Não vai; pelo menos, no meu caso, não vai.

Quando foram à minha casa e eu não estava, porque estava fazendo outros compromissos externos, não adianta ficar com ameaçazinha barata, porque não vou me posicionar contra aquilo ou a favor disso ou daquilo por causa de pressão de A e B. Vou me posicionar pela minha consciência e pelo processo global de necessidade de construção do País, da retomada do emprego, da necessidade do crescimento – sabe, Elmano? – e da necessidade de termos uma política justa e que defenda a nossa população, principalmente o mais pobre, que mais precisa de emprego, de direitos sociais e de condições de viver com dignidade em um País maravilhoso que é o nosso País, o Brasil.

Falei esses dias que tinha acabado de chegar do Japão, que foi um país arrasado com as duas bombas nucleares, em 1945, que soube dar a volta por cima, sendo uma grande potência nacional, superando uma crise muito grande. O Brasil, sinceramente, já viveu crises muito piores do que essa e nem por isso virou terra arrasada.

Acho que temos que ter a tranquilidade para analisar os fatos, decidir dentro dos autos processuais, dentro da legalidade, dentro do direito, e definir procedimentos com tranquilidade que visem ao crescimento do nosso País e à retomada do emprego.

Esse é meu compromisso, é isso que vou defender aqui e é dessa forma. Na hora em que chegar o processo, se chegar, é que vamos nos posicionar sobre esse assunto, que, nesse momento, está com a Câmara dos Deputados, que espero que tenha juízo e responsabilidade para tomar a melhor decisão possível para o nosso País.

O que gostaria de falar aqui, nobre Senador Elmano Férrer, senhores e senhoras ouvintes da Rádio Senado e da TV Senado, é sobre a crise no Pronatec.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, dizia o psicólogo russo Lev Vygotsky, um dos grandes pensadores de seu tempo no ramo da pedagogia, que, no processo educacional, o apoio do mestre funciona como uma espécie de andaime: é uma estrutura temporária, que assiste o aluno durante a aprendizagem, até que ele conquiste sua autonomia naquela determinada tarefa.

Nobre professora, nobre Senadora Fátima Bezerra, a senhora, que é uma educadora, sabe da importância de toda essa questão social do Pronatec, do Prouni, das oportunidades que são dadas por este País, que deve continuar, cada vez mais, gerando oportunidades. É neste País, que precisa andar para a frente, é neste País, que precisa retomar o crescimento, que precisamos pensar, e não no país de A contra B, de terra arrasada ou não. Acho que temos, aqui, que legislar em prol do desenvolvimento do nosso País, em prol da preservação da legalidade, em prol do crescimento, melhorando o que está dando certo e consertando o que está dando errado.

Por isso é que todos nós, aqui, apoiamos o fim da corrupção; apoiamos a apuração; apoiamos o Ministério Público; apoiamos o Judiciário; apoiamos o Executivo; apoiamos o Legislativo; apoiamos todos os Poderes que estão funcionando neste País. De uma forma ou de outra, estão funcionando. Não podemos exorbitar, nem para um lado e nem para outro. Temos que ter a tranquilidade para juntos podermos ter a melhor decisão e a melhor posição aqui nesta Casa.

É claro que isso não torna nenhum tipo de ensino dispensável – longe disso. Ninguém aprende cálculo integral sem ter antes entendido álgebra, por exemplo; assim como não se constrói o quinto andar de um prédio antes de se ter construído o quarto. Enfim, o que ocorre é que, no curso de uma vida, a educação é a mais alta das torres. O ideal é que subamos de andaime em andaime até que, na idade madura, nós vejamos o mundo lá de cima – não é isso, nobre Senador Elmano Férrer? O senhor é do Piauí, um Estado que está se desenvolvendo devagarzinho, passo a passo, mas que ainda tem muito que evoluir para que aquele povo maravilhoso tenha condição de mostrar toda a sua produção e pujança, porque lá ainda falta um pouco de infraestrutura, ainda falta energia, ainda falta uma série de coisas. Precisamos, realmente, de governos preocupados com o social para continuar avançando. É isso que precisamos fazer, e não ficar aqui digladiando por Estado mínimo ou não Estado mínimo.

Infelizmente, aqui, no Brasil, pouquíssimos são os que desfrutam dessa vista. Sabe por quê, Sr^{as} e Srs. Senadores? Porque, no nosso País – a Pátria Educadora, vejam só! –, bate forte o vento da desídia, do descaso, da desmotivação. Essa ventania derruba o andaime, faz o operário cair, e atrasa, em muitos anos, o empreendimento moral da educação do nosso povo.

Sr. Presidente, no último dia 4, o *Correio Braziliense*, um jornal daqui de Brasília, publicou uma interessante reflexão de Arnaldo Niskier, que é um pedagogo importantíssimo, doutor em Educação, com décadas de experiência no setor, um verdadeiro arranha-céu de tantos andaimes que subiu. Hoje em dia é membro da Academia Brasileira de Letras, Presidente do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) do Rio de Janeiro; Vice-Presidente do CIEE nacional; enfim, uma grande autoridade no que fala.

Segundo o Dr. Niskier, nobre Presidente, nobres Srs. e Sr^{as} Senadoras, o ensino no Brasil carrega um carma, o carma da evasão escolar. Falta atratividade no programa de ensino, que muitas vezes é distante da rea-

lidade prática dos alunos. Sem maiores perspectivas, os jovens deixam o colégio, desistem de estudar. É uma pena, Srs Senadoras e Srs. Senadores, mas é a verdade: o andaime dos estudantes brasileiros para, balança, cai, e cai logo no início da obra.

Como bem destacou em seu artigo o Dr. Niskier, um dos principais focos de evasão está no PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego). Dos programas educacionais do Governo, este é um dos que mais diretamente se relaciona à metáfora do andaime, porque tem como foco justamente a população mais pobre, registrada no Cadastro Único para o Bolsa Família. A educação profissional é um andaime em dois sentidos: primeiro, porque é educação; segundo, porque é profissional, tem esse foco na ascensão social das pessoas de baixa renda. Isso é muito importante, porque nós sabemos o tanto que é importante o curso técnico para uma pessoa pobre que está precisando entrar no mercado de trabalho. Então, por isso é fundamental que programas como este do PRONATEC sejam fortalecidos.

Enfim, explica Niskier, o PRONATEC começou fazendo grande alarde, como vitrine que é do Governo – e é mesmo – da Presidente Dilma. Mas, com a primeira avaliação do programa, concluiu-se que nele havia expressiva evasão escolar, um fato que decepcionou a todos, lamentavelmente. Então, nós precisamos superar essa questão.

Nós sabemos, muitos estudantes trabalham, tendo, portanto, dificuldade em seguir a rotina de estudos. Outros, assim que conseguem o emprego, deixam os estudos; é o que motiva alguns a dizerem que a evasão escolar resulta do sucesso do programa, o que me soa meio absurdo. No geral, no entanto, nossa apreciação desse fato é de que ilustra muito bem como a educação é desprestigiada em nosso País, e precisamos mudar isso.

A nossa Senadora que está aí ao seu lado, nobre Senador Elmano Férrer, é uma preocupada com a educação. Eu mesmo acompanho a atuação boa e coerente da nossa professora na Comissão de Educação, da qual sou membro, e ela é a Vice-Presidente da Comissão; o esforço que vem sendo feito com vários debates com setores envolvidos, no sentido de fortalecer programas importantes, como o PRONATEC, como o Prouni, como o Bolsa Família; todos esses programas que vêm ao encontro de resolver os graves problemas sociais da nossa população.

Srs e Srs. Senadores, o problema da evasão escolar, seja no ensino regular, seja no profissionalizante, ainda é grande demais para ser ignorado. Têm surgido ideias para abordar esse problema. Uma delas, destacada pelo Dr. Niskier no seu artigo, é a de manter o ensino médio com três anos de duração, mas facultar ao estudante a dedicação do último desses anos ao ensino profissionalizante. A pessoa poderia fazer sua formação e ainda sair com curso profissional. É uma maneira de aproximar o currículo à vida do aluno.

Outra é o ensino a distância, apropriado àqueles que trabalham ou que moram longe; é o que o Governo chamou de MECFLIX. Pode funcionar e atender a uma demanda importante.

O que eu acho, Sr. Presidente, é que esse é um problema do qual nós nunca podemos descuidar, seja como homens públicos, seja como cidadãos. O edifício da educação – direito de todos e dever do Estado e da família, como bem reza a Constituição Federal – é construído coletivamente. Cada andaime conta.

É por isso, exatamente, que vim trazer aqui ao plenário essa reflexão, porque eu sou daqueles otimistas que acham que o nosso Brasil sempre terá solução, porque o nosso povo é um povo maravilhoso, um povo ordeiro, um povo trabalhador, um povo que constrói, um povo que tem perspectiva de futuro, e que nós não podemos ficar neste quadro, nesta zorra, de terra arrasada e esquecer que temos um País que é a 7ª potência mundial, que precisa da nossa unidade para continuar avançando. Não podemos aceitar nem aqueles que querem nos destruir e nem aqueles que acham que está tudo a mil maravilhas, porque não está nem a mil maravilhas, mas também não está essa terra arrasada daqueles que querem nos destruir para dar oportunidade aos nossos inimigos tomarem conta daqueles mercados que nós poderemos tomar conta.

Então, é por isso que nós temos que tomar cuidado, ter a tranquilidade, igual ao que Senador Valdir Raupp acabou de colocar aqui; ter propostas calmas, tranquilas, coerentes e tomar posições pé no chão.

É isso que eu queria falar hoje, aqui, nobre Senador Elmano Férrer. Quero agradecer a V. Ex^a pela oportunidade e dizer que é com muita alegria que nós estamos aqui discutindo a saída para essa grave crise que nós passamos hoje, em nosso País.

Grande abraço, nobre Senador Telmário Mota, também, que acaba de chegar aqui ao plenário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço o pronunciamento de V. Ex^a.

Convido para presidir esta sessão, a fim de que eu possa fazer o meu pronunciamento e depois falará a Senadora Fátima Bezerra.

(O Sr. Elmano Férrer, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Fátima Bezerra.)

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – É com muita satisfação que concedo a palavra, agora, ao Senador Elmano Férrer, do PTB, do Piauí.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, meu pronunciamento, neste princípio de noite, é para prestar uma homenagem ao sistema de ensino universitário do meu querido Piauí.

Sr^a Presidente, sempre tive comigo a firme ideia de que a grandeza de uma sociedade está intimamente relacionada à força de suas instituições de ensino superior. Exemplo maior disso, no Brasil, talvez seja o Estado de São Paulo, cujo admirável desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e cultural seria impossível sem a contribuição de suas três grandes universidades estaduais e de duas centenas de faculdades de tecnologia, as famosas FATECs, disseminadas por todo o Estado.

No meu querido Piauí, como nos demais Estados da Federação, não haveria de ser diferente. Esse sempre será o melhor caminho para o progresso e o desenvolvimento social.

Há mais de cem anos, Sr^a Presidente, precisamente em 1909, por iniciativa do Governo Federal, foi criada a Escola de Aprendizes e Artífices do Piauí, primeiro estabelecimento de ensino profissional e alicerce da educação no Estado. A instituição teve diversas denominações: Escola Industrial, Escola Técnica Federal, Centro Federal de Educação Tecnológica e, atualmente, se chama Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Piauí, matriz da primeira universidade tecnológica do Estado.

Mas a ação do Governo Federal, Sr^a Presidente, não se deteve somente ao Instituto Federal de Educação e a seu sistema multicampi. No início da década de 70, foram fincadas as primeiras raízes da árvore frondosa, que é a Universidade Federal do Piauí, orgulho de todos nós piauienses.

No entanto, hoje ocupo a tribuna para me dirigir, de modo muito especial, àqueles que fazem a Universidade Estadual do Piauí, a nossa UESPI, que completa 30 anos de ininterrupta atividade acadêmica, pedra angular da formação humanística e científica do nosso povo.

A UESPI e seu formidável processo de expansão são dignos de registro. A universidade é obra de alguns educadores, cujos nomes ocupam patamar de destaque na história de nosso Estado. Ela é o resultado paciente e obstinado da ação criteriosa de seus gestores, apoiados pela oportuna iniciativa de sucessivos governos estaduais.

O primeiro passo para sua criação ocorreu no Governo do ex-Senador e ex-Governador Hugo Napoleão, em 1984, quando instituiu a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí (FADEP). Essa fundação viria a ser mantenedora do Centro de Ensino Superior do Piauí (CESP), criado em 1985. Ainda não era uma universidade, mas a semente estava ali plantada.

No ano seguinte, Sr^a Presidente, foi realizado o primeiro vestibular, com 240 vagas para licenciatura plena em pedagogia, biologia e matemática, além de português, inglês e administração. Em março do ano de 1986, as primeiras turmas ingressavam à sala de aula. Desde então, milhares de cidadãos lá tiveram a felicidade de conquistar um diploma de formação superior. Coube ao nobre professor Valmir Miranda conduzir a instituição em seus primeiros anos, de 1985 a 1986, sucedido pela professora Maria Adamir Leal de Sousa, em 1987.

Em 1988, o governo Alberto Silva instituiu legalmente a Universidade Estadual do Piauí, sucedânea do Centro de Ensino Superior. Estava oficialmente criada a UESPI, sob o comando do Magnífico Reitor, Padre Getúlio de Alencar.

De 1990 a 1992, a UESPI foi conduzida pela Magnífica Reitora, Professora Iveline de Melo Prado, e em sua gestão o Governo Freitas Neto, do qual tive a honra de participar como Secretário do Planejamento, aprovou a organização administrativa, o plano de carreira e o primeiro concurso público da UESPI.

Sr^a Presidente, um importante divisor de águas marcou a gestão do Magnífico Reitor, Professor Almír Bittencourt, que foi no período de 1993 a 1994: a UESPI foi autorizada, via decreto federal, a funcionar em sistema multicampi. Foram então criados os *campi* de Parnaíba, com o curso superior de curta duração em processamento de dados; de Floriano, com o bacharelado em administração; de Picos, com ciências contábeis, e de Corrente, com os cursos de agronomia e pedagogia. Surgiu também uma dezena de licenciaturas de curta duração, em cidades do interior do Estado, ministradas nos períodos especiais, em janeiro, fevereiro e julho.

De 1995 a 2001, no Governo Mão Santa, que passou, Sr^a Presidente, por esta Casa, deixando seu nome e sua inteligência, a UESPI, sob o comando do Magnífico Reitor, Professor Doutor Jonathas de Barros Nunes, assumiu o protagonismo na democratização das oportunidades de estudo para os piauienses. Um formidável processo de interiorização levou a UESPI a vários Municípios do Estado do Piauí.

Nessa cruzada, a UESPI honrou sua vocação para formação de professores, criando dezenas de licenciaturas e plenificando as já existentes. Mas também inovou, nas áreas de ciências humanas, saúde e tecnologia. Nasceram a Facime, em Teresina, com medicina, fisioterapia e psicologia, e a Facoe, em Parnaíba, com os cursos de odontologia e enfermagem; Teresina ganhou cursos de engenharia civil, engenharia elétrica, computação,

comunicação social. Foram criados três cursos de direito, em Teresina, Picos e Parnaíba. Em caráter pioneiro no País, nasceram o curso superior em segurança pública e os cursos sequenciais.

Foi fundada, então, a Academia da Polícia Militar do Piauí, como unidade integrada à Universidade Estadual.

Para driblar a falta de espaço físico, a UESPI mantinha suas portas abertas quase 24 horas por dia, em períodos matutino, vespertino, noturno e noturnão, funcionando das 5h da manhã à meia-noite.

Foram firmadas parcerias para mestrado e doutorado interinstitucional com as Universidades do Porto e de Coimbra, em Portugal, com o Instituto Latino-Americano e Caribenho de Cuba e com várias outras universidades brasileiras. Nesse vertiginoso progresso de expansão, a UESPI saltou de 12 cursos em 5 *campi* para quase 400 cursos em 45 *campi* e núcleos no Piauí e além-fronteiras. Isso mesmo, a Universidade Estadual do Piauí ultrapassou as fronteiras do Piauí e invadiu os Estados do Maranhão e da Bahia.

O Palácio do Pirajá, antiga sede do governo estadual, foi doado à UESPI e desde então ali funciona a sua administração e a sua reitoria.

Sr^{as} e Srs. Senadores, nos anos seguintes, houve uma fase de consolidação dos avanços da Universidade Estadual, nas gestões das Magníficas Reitoras Prof^{as} Socorro Cavalcanti Barros, em 2002, e Oneide Rocha, em 2003. Foram ainda criados os cursos de Biblioteconomia, em Teresina, e de Direito, na cidade de Corrente.

Em 2004, assumiu a reitoria a Magnífica Reitora Prof^a Valéria Madeira Ribeiro, cuja gestão foi marcada por profundas mudanças no ordenamento jurídico da Universidade Estadual. Houve uma grande reformulação do estatuto da universidade, alteração do plano de cargos e salários do corpo docente e técnico e adoção de eleições diretas para reitor, com elaboração de lista tríplice a ser apresentada ao governador.

Em 2006, a Prof^a Valéria foi a primeira Reitora eleita pela comunidade universitária, sendo reconduzida para dirigir a instituição até 2009.

De 2010 a 2013, Sr^a Presidente, a UESPI foi dirigida pelo Magnífico Reitor Carlos Alberto Pereira, cuja gestão foi pautada pelo fortalecimento daquela instituição. Além dos tradicionais cursos presenciais, a Universidade Estadual do Piauí expandiu sua atuação nos cursos de educação a distância, iniciados na gestão da Prof^a Valéria. Aderiu também ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, o Parfor. Por meio destes dois programas, a Universidade passou a atender a milhares de estudantes e professores das redes municipais em todo o Estado do Piauí.

Sr^{as} e Srs. Senadores, chegamos, então, ao momento atual. Hoje a condução dos seus destinos compete ao Magnífico Reitor Prof. Doutor Nouga Cardoso Batista que, desde 2014, faz um dedicado trabalho de aprimoramento e expansão das ações uespianas e trava incessantes batalhas por investimentos dos Governos estadual e federal.

A UESPI enfrenta dificuldades de ordem orçamentária e financeira. Sr^a Presidente. V. Ex^a, também professora universitária, bem conhece a situação financeira das universidades do Brasil. Essa situação impacta diretamente a infraestrutura muitas vezes precária dos seus vários *campi*, seus programas de pesquisa e suas atividades de extensão. Está em curso a elaboração de um estudo, por parte de uma comissão de professores, para propor ao Governo do Estado soluções que viabilizem sua autonomia financeira.

Porém, não obstante estas dificuldades, é marca da UESPI de hoje o estímulo à pesquisa e às atividades de extensão. A UESPI ultrapassa seus muros e se integra cada vez mais à sociedade, dando especial atenção aos segmentos menos assistidos pelo Poder Público estadual.

Nesse diapason, a UESPI encampa diversos projetos sociais, como, por exemplo, o "Lagoas Digitais", que promove a inclusão social da população circunvizinha ao Parque Lagoas do Norte; o Nuti e o Unati, programas voltados para a qualidade de vida na terceira idade, que oferecem desde cursos superiores a aulas de ginástica, dança, relaxamento, palestras e passeios para idosos. Destaque, ainda, para a parceria entre a UESPI e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera –, pelo qual a UESPI oferece três cursos de nível superior à população quilombola e residentes em áreas de assentamentos.

Ao longo de seus 30 anos de jornada, a UESPI realizou os sonhos de mais de cem mil cidadãos que lá conquistaram seus diplomas de curso superior. Hoje, Sr^a Presidente, são mais de 22 mil alunos em seus 16 *campi* e 25 núcleos, matriculados em 211 cursos de diferentes modalidades – regulares, especiais, EaD, Parfor, Pronera, além de cinco programas de mestrado. São 848 professores efetivos e 579 professores temporários, ou seja, perfazendo um corpo docente de 1.427 professores, dos quais 283 doutores, 558 mestres e 537 especialistas. Noventa e sete por cento de seus docentes têm pós-graduação; 59% possuem mestrado ou doutorado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, visitei recentemente a UESPI e empenhei minha palavra ao Magnífico Reitor na luta por mais investimentos. Não apenas por emendas parlamentares, como eu e outros colegas de Bancada temos feito, mas recursos angariados junto a programas ministeriais voltados para a educação, ciência e tecnologia, infraestrutura e outras áreas. Empunho com prazer esta batalha. Vamos, juntos, trabalhar pelo crescimento da nossa valorosa casa do saber!

Sra Presidente, esta é a história da nossa Universidade Estadual. Fiz questão de prestar essa homenagem à UESPI da tribuna desta Casa, em face do papel fundamental que desempenha na educação, crescimento e autoestima do povo piauiense.

Parabenizo e agradeço, em nome do nosso Estado, a todos que fazem parte da história da nossa Universidade Estadual, professores, alunos, técnicos e colaboradores, do passado e do presente, pelo notável trabalho ao longo desses 30 anos de existência.

Encerro, Sra Presidente, minhas palavras com a frase que ouvi certa vez do Magnífico Reitor Jonathas Nunes, ao se dirigir à comunidade uespiana: "A UESPI é uma ideia em marcha! Seus caminhos se confundem com os próprios caminhos do Estado do nosso querido Piauí!"

Eram essas, Sra Presidente...

(Soa a campainha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – ...As nossas palavras na tarde e princípio de noite de hoje.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Parabenizo o Senador Elmano pelo discurso que acaba de fazer, sempre expressando muita competência, muita sabedoria.

Convido V. Ex^a para ocupar a Presidência, uma vez que eu vou fazer uso da tribuna agora.

(A Sr^a Fátima Bezerra deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer, Suplente de Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra, Senadora pelo PT do Estado do Rio Grande do Norte.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Elmano, que preside os trabalhos, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da nossa TV Senado, eu ocupo a tribuna, mais uma vez, claro, para fazer um registro das manifestações ocorridas no dia 31 de março, enfim, dos últimos acontecimentos.

E começo, Senador Elmano, dizendo da nossa alegria porque a democracia, nesta segunda-feira, inicia a semana revigorada. Refiro-me exatamente à última quinta-feira, portanto 31 de março, quando quase um milhão de pessoas foi às ruas de todo o Brasil em mais uma demonstração de que nosso povo não aceitará o golpe parlamentar que alguns tentam levar a cabo neste Congresso.

As ruas, Senador Elmano, mais uma vez, estão gritando que não vai ter golpe, demonstrando que não abre mão das conquistas obtidas ao longo dos últimos 13 anos. Ao contrário, as ruas estão deixando cada vez mais claro que o que queremos é mais avanço no campo social, pois esse foi o projeto eleito em 2014 com Dilma Presidenta. E os 54 milhões de eleitores da Presidenta Dilma não estão dispostos nem dispostas a deixar que a retirem do cargo sem ela ter cometido crime de responsabilidade algum, condição que, todos nós sabemos, é imprescindível para um processo de *impeachment*.

Portanto, Sr. Presidente, é na defesa dessas conquistas que, por exemplo, aqui em Brasília... Que coisa linda! Eu estava lá em Natal, mas acompanhamos as manifestações pelo País inteiro. No dia 18, foram cerca de cinqüenta e poucas cidades. Agora, no dia 31 de março, as manifestações foram realizadas em mais de 75 cidades.

Brasília fez uma festa belíssima em defesa da democracia, quando mais de 100 mil pessoas foram para as ruas no último dia 31. Ou seja, na verdade, o balanço que nós temos desse dia 31 é em torno de um milhão de pessoas, que tomaram conta das ruas – repito – na defesa firme, apaixonada da democracia.

O meu Estado, a cidade de Natal, também não fez diferente, Senador Elmano. Aliás, Natal fez bonito no dia 18.

E no dia 31 fez mais bonito ainda. Só para V. Ex^a ter uma ideia, a própria Polícia Militar tinha divulgado no dia 18 que 17 mil pessoas tinham ido para as ruas de Natal contra o golpe, em defesa da democracia.

Nessa última manifestação, a própria Polícia Militar admitiu que não tinham sido 17 mil, que tinham sido mais de 20 mil pessoas. Nos cálculos dos organizadores, na verdade foram 40 mil pessoas que saíram às ruas em Natal, em uma belíssima manifestação que comportou, essa sim, todas as cores que compõem a nossa sociedade.

Ao contrário de uns e outros que pensam ter o monopólio sobre as cores da bandeira nacional, na nossa demonstração de apreço pela democracia não houve espaços para preconceitos e exclusões, pois é assim que nós imaginamos o mundo.

Contamos com manifestações culturais, de estudantes e movimentos sociais, todos eles manifestando a importância da defesa da democracia brasileira. Ficou claro que, mesmo aqueles que estão descontentes com o Governo, mas prezam a democracia, estão dispostos a garantir que não vai ter golpe.

O povo brasileiro está cada vez mais se posicionando, dizendo que não contem com o povo brasileiro para dar respaldo a essa tentativa de golpe, a essa tentativa de ruptura do estado democrático de direito.

Aliás, Sr. Presidente, eu quero dizer que me emocionei mais uma vez, e muito, no dia 31 de março em Natal, até pelo simbolismo que tem. O 31 de março, há 52 anos, foi o 31 de março do golpe que jogou este País nas trevas. É evidente que naquela data a gente homenageia não só os lutadores de hoje, como os lutadores de ontem.

Impossível não lembrar, por exemplo, no dia 31 de março, de Djalma Maranhão, saudoso Prefeito Djalma Maranhão, o melhor e o maior Prefeito que Natal já teve até hoje, pela grandiosidade da sua obra.

Foi o único momento em que Natal de fato experimentou uma verdadeira gestão popular. Foi um Governo inovador por tudo que Djalma fez, principalmente no campo da educação e no campo da cultura.

Foi na época de Djalma Maranhão que nós tivemos a experiência que até hoje é reconhecida em todo o mundo, a chamada experiência "De pé no chão também se aprende a ler", um programa muito importante para enfrentar a questão do analfabetismo naquela época.

E Djalma pagou o preço. Exatamente por ser um democrata, por ser um nacionalista, pagou o preço, porque, quando veio a ditadura militar, ele foi um dos exilados e, portanto, teve o seu mandato roubado, arrancado à força naquela época pela ditadura militar.

Faço essas considerações para dizer, Senador Elmano, o quanto eu me lembrei de Djalma Maranhão no dia 31 de março, porque ele já se foi. Ele inclusive morreu no exílio, lá no Uruguai. Não teve oportunidade sequer de voltar vivo para a sua terra, Natal, e para o Brasil. Dizem, inclusive, que ele era tão apaixonado por Natal que uma das causas que contribuíram para a sua morte foi exatamente o abatimento que tomou conta dele.

Então, eu quero dizer que, naquele 31 de março de 2016, Djalma estava ali, presente no meio de nós. E, certamente, o orgulho que Djalma tem de ver a sua Natal na vanguarda dessa luta no âmbito do Rio Grande do Norte, somando-se a essa resistência popular em todo o País.

Mas, Sr. Presidente, quero também colocar que é evidente que há um consenso cada vez mais crescente de que o *impeachment* perde força, Senador Elmano. Por exemplo, o Ministro no Governo Sarney e no Governo FHC, refiro-me ao economista Bresser Pereira, neste final de semana, disse que ficou claro que o *impeachment* é golpe, não havendo cabimento para que ele seja ultimado pelo Congresso Nacional. Disse o ex-Ministro Bresser Pereira que colaborou para o enfraquecimento desse golpe parlamentar o vigor cada vez mais demonstrado pelas manifestações de rua em defesa da democracia. Disse também o ex-Ministro Bresser Pereira que o *impeachment* perde força com o episódio lamentável que foi o desembarque o PMDB do Governo, em um flagrante comportamento oportunista.

Eu quero dizer ainda, Sr. Presidente, que, infelizmente, aqueles que insistem em golpear a democracia não se conformam.

E a iminente derrota do *impeachment* está levando os nossos adversários ao desespero. Eu me refiro a mais um ataque – por que não dizer um dos ataques mais sórdidos – que setores da mídia conservadora, aliada da direita, desfecharam, exatamente, contra a Presidenta Dilma neste último fim de semana.

Falo aqui, Sr. Presidente, da edição criminosa da *IstoÉ* deste fim de semana, exibindo em suas páginas um conteúdo de violência sexista e de gênero contra a Presidenta Dilma, ferindo os princípios legais dos direitos humanos e, portanto, atuando na desconstrução da imagem da mulher perante a sociedade brasileira e mundial. Por isso, quero aqui, neste momento, Senador Elmano, somar-me às vozes de milhares de mulheres, não só pelo Brasil, mas pelo mundo afora, que já se manifestaram em repúdio a essa matéria absurda e criminosa que a *IstoÉ* exibiu neste final de semana! Inclusive, uma matéria mentirosa, não é?!

Quero aqui dizer, Senador Elmano, que este País não será o país do ódio e não será o país do machismo, de maneira nenhuma! Essa revista, o mínimo que ela deve é pedir desculpas não à Presidenta Dilma, mas às mulheres do Brasil. É inadmissível, é inaceitável que, de repente, uma revista que chega aos lares das famílias brasileiras se preste a fazer um jornalismo de esgoto desse!

Nós exigimos respeito! Exigimos respeito! A luta política tem que ter limites!

Quero, por exemplo, Sr. Presidente, trazer ao conhecimento dos telespectadores o depoimento de Sandra Brandão.

Quem é Sandra? Sandra trabalha com a Presidenta Dilma. E ela, normalmente, não se posiciona. Trabalha na assessoria. Mas ela ficou tão indignada com essa matéria horripilante da *IstoÉ*, que fez questão de colocar no seu Facebook o seguinte depoimento que passo a ler agora rapidamente.

Abro aspas:

"Raramente faço comentários aqui no meu Facebook. Hoje, depois de ver a capa da *IstoÉ* e ler o texto que a acompanha, é inevitável fazer uns comentários. Primeiro, embora seja acostumada a ver

na mídia relatos de reuniões de que participo completamente distorcidos, sempre soube o codinome – abre aspas – “Fontes do Palácio”, nunca tinha visto tanta mentira por linha escrita”, diz Sandra Brandão, que trabalha na Assessoria da Presidência.

“Segundo” – continua ela –, “ao contrário do que é dito, o que surpreende a todos nós que temos tarefas a cumprir junto à Presidenta é sua extraordinária força e capacidade de não se deixar abater. A pergunta mais frequente entre nós é” – fala Sandra – “Como ela consegue se manter tão firme? Em meio a uma conjuntura tão dura, tão tensa como essa e sendo, inclusive, às vezes, atacada de maneira tão covarde e tão vil como foi a matéria da *IstoÉ* desse final de semana”.

Diz ainda Sandra Brandão:

Será que se a Presidência estivesse ocupada por um homem na atual conjuntura os termos da matéria seriam os mesmos? Descontrole emocional, medicação para esquizofrenia e coisas do tipo são linhas de argumentação vergonhosas, oriundas de cabeças que não superaram ainda o conceito – entre aspas – do “sexo frágil”.

Quarto, a democracia será muito melhor e mais forte quando a imprensa voltar a publicar notícias, abandonando a ficção, gênero no qual ela não deve se aventurar, e quando pudermos, com agilidade, obter na Justiça o direito de resposta contra as peças ficcionais que querem incitar o ódio e a intolerância.

A raiva e o nojo são grandes, mas menores que a certeza de que até 31 de dezembro de 2018 o meu País, o nosso País será governado por mulher, uma guerreira com quem tenho a honra de trabalhar. Faço minhas as palavras de Sandra Brandão, Assessora da Presidência, e fecho aspas.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero dizer que tratar qualquer mulher dessa forma ultrajante é realmente uma atitude que dá nojo, mas para quem conhece a Presidenta Dilma, a Dilma coração valente, que não sucumbiu, nem nos porões da ditadura civil militar, acha mais revoltante ainda essa tentativa de se atacar a honra da Presidenta.

Não sei se o senhor percebeu, Senador Elmano. A foto que eles colocaram na capa da *IstoÉ* é a foto do jogo do Brasil, a um dos quais a Presidenta foi assistir.

Ela estava comemorando o gol da Seleção Brasileira. Seria cômico se não fosse trágico.

Parece que a imprensa, que tanto lutou pelo golpe, agora está tendo de buscar outras alternativas nem um pouco louváveis. Vejam, por exemplo, editorial da *Folha de S. Paulo* de hoje. No último fim de semana, depois de reconhecer que não há mais como defender um processo de *impeachment*, pois do jeito que está não há dúvidas de que é golpe e que não passará, o que a *Folha* agora propõe? Simplesmente propõe agora a renúncia da Presidenta Dilma.

É brincadeira um negócio desse! É brincadeira isso! A *Folha* propõe a renúncia de Dilma, de Michel Temer, de Eduardo Cunha, etc, etc.

O que eu quero aqui colocar primeiro é com relação ao Sr. Eduardo Cunha, que, infelizmente, segue ainda na cadeira de Presidente da Câmara, manobrando inclusive para que o processo a que ele responde por quebra de decoro parlamentar possa se estender cada vez mais.

É uma vergonha para o Brasil o Sr. Eduardo Cunha estar sentado ainda na cadeira da Presidência da Câmara, um Presidente que o Brasil inteiro sabe que aceitou o pedido de *impeachment* contra a Presidenta Dilma por um ato meramente de vingança. Todos se lembram disso. A vingança foi porque, no final do ano passado, o meu Partido, corretamente, não aceitou de maneira nenhuma fazer parte do acordão que ia livrar a cara dele no Conselho de Ética, até porque o Brasil inteiro sabe que ele não está apenas sendo acusado. Ele já é réu, respondendo a vários processos de ocultação de bens, de contas no exterior, etc, etc.

Então, esse Presidente da Câmara, infelizmente, esse sim, os motivos existem mais do que de sobra e suficientes para que ele não estivesse mais no plenário daquela Casa e muito menos comandando o processo de *impeachment* contra uma Presidenta sobre a qual todos nós sabemos que não há absolutamente nada, não há base legal, porque ela não cometeu crime de responsabilidade nenhum.

Quanto ao Vice-Presidente Michel Temer, o que eu quero aqui colocar é que ele foi eleito na chapa com Dilma. Aliás, ele foi eleito inclusive para ser Vice-Presidente e não Presidente.

Mas, infelizmente, o PMDB tomou a decisão precipitada e acabou o Vice-Presidente participando de uma conspiração contra o Governo, do qual participou até bem pouco tempo, inclusive na condição de Vice-Presidente.

Quero dizer, Sr. Presidente, que estamos, cada vez mais...

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... confiantes de que os que tentam golpear a democracia vão quebrar a cara, porque a população está cada vez mais atenta; está cada vez mais separando o joio do trigo; está cada vez mais entendendo que o processo de *impeachment* contra a Presidenta não se sustenta de pé, porque, em que pese o instrumento de *impeachment* está previsto na Constituição, para que esse processo de *impeachment* seja usado, é imperativo que esteja de acordo com os ditames constitucionais, ou seja, que haja crime de responsabilidade cometido pela Presidenta Dilma. Isso não aconteceu nem acontecerá.

Quero só dizer também, mais rapidamente, Sr. Presidente, que o movimento contra o *impeachment* ganha força não só no Brasil, mas no mundo. É importante lembrar que a opinião pública de várias partes do mundo está de olho no que está acontecendo aqui no Brasil. Personalidades de diversos países têm assinado manifestos contra o golpe em curso no Brasil; o Mercosul deve soltar uma nota em breve também contra o golpe.

Em recente visita à Argentina, o poderoso Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e o Presidente da Argentina, Mauricio Macri, também ressaltam que a democracia brasileira é madura e suas estruturas são fortes. Enfim, a imprensa – não é só na América Latina; na Europa também –, cada vez mais, posiciona-se, repudiando essa tentativa em curso de violar a Constituição e, portanto, aplicar um golpe, quando, na verdade, a Presidenta Dilma foi eleita pelo voto livre e direto, na urna, não cometeu crime de responsabilidade. O que o Brasil quer é paz, o que o Brasil quer é que a Constituição seja respeitada.

Eu quero terminar, Sr. Presidente – porque já estou passando do meu tempo –, homenageando os lutadores e lutadoras pela democracia de ontem e de hoje. Homenageio os que foram às ruas na noite que durou 21 anos. Refiro-me ao 31 de março de 1964.

E homenageio os lutadores de ontem, nas figuras, como já mencionei aqui, de Djalma Maranhão, do estudante Emmanuel Bezerra, Anatália de Souza Alves, do meu Estado, Rio Grande do Norte. Homenageio os lutadores de ontem também, nas figuras de Leonel de Moura Brizola, Carlos Marighella, e tantos que lutaram para acabar com os dias sombrios em nosso País. E quero também homenagear, agora, os lutadores de hoje que, nesse último 31 de março, ocuparam as ruas, para dizer não à ruptura do Estado democrático de direito.

O simbolismo na escolha da data da última manifestação não foi por acaso. Em 1964, portanto, há 52 anos, o dia 31 de março foi marcado por uma das páginas mais tristes de nossa História. Agora, o 31 de março de 2016 entra para a História como o dia em que nós começamos a sepultar o golpe; entra para a História como o dia da defesa da democracia; o dia em que se escreverá, nos livros, o nome de milhões que disseram, em alto e bom som, que este País não entrará em uma nova era de trevas, e, portanto, não vai haver golpe.

Viva a democracia!

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a.

Não havendo mais nenhum orador inscrito, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 35 minutos.)

MATÉRIAS E DOCUMENTOS**EXPEDIENTE****Abertura de prazo**

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2012, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno (**Ofício nº 16, de 2016, da CCJ**).

É o seguinte o Ofício:



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 16/2016-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 30 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação**, com as Emendas nºs 3-CCJ a 6-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2012, que “Altera o artigo 53 do Código Civil para permitir aos transportadores de pessoas ou cargas organizarem-se em associação de direitos e obrigações recíprocas para criar fundo próprio, desde que seus recursos sejam destinados exclusivamente à prevenção e reparação de danos ocasionados aos seus veículos por furto, acidente, incêndio, entre outros”, de autoria do Senador Paulo Paim.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senador **JOSE MARANHÃO**

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Matérias recebidas da Câmara dos Deputados**SENADO FEDERAL****SUBSTITUTIVO DA CÂMARA
Nº 1, DE 2016, AO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 260, DE 2013
(Nº 8.194/2014, naquela Casa)**

Acrescenta art. 19-A ao Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para dispor sobre a rotulagem de alimentos que contenham lactose e caseína; e veda a utilização de gordura vegetal hidrogenada na composição de alimentos destinados ao consumo humano, nos termos em que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 19-A:

“Art. 19-A. Os rótulos de alimentos que contenham lactose e caseína deverão indicar a presença das substâncias, conforme as disposições do regulamento.

Parágrafo único. Os rótulos de alimentos cujo teor original de lactose e caseína tenha sido alterado deverão informar o teor de lactose e caseína remanescente, conforme as disposições do regulamento.”

Art. 2º É vedada a utilização de gordura vegetal hidrogenada, também denominada gordura trans, na composição de alimentos destinados ao consumo humano, produzidos e/ou comercializados no País, ainda que importados.

§ 1º As empresas envolvidas na produção, comercialização ou importação de alimentos deverão adequar-se aos termos desta Lei até o dia 1º de janeiro de 2019.

§ 2º A vedação de que trata o *caput* não se aplica aos alimentos que contenham em sua composição gordura trans natural, presente em alimentos de origem animal e não adicionada artificialmente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

PROJETO ORIGINAL APROVADO PELO SENADO FEDERAL E ENCAMINHADO À
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Acrescenta art. 19-A ao Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que “institui normas básicas sobre alimentos”, para dispor sobre a rotulagem de alimentos que contenham lactose.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 19-A:

“Art. 19-A. Os rótulos de alimentos que contenham lactose deverão indicar a presença da substância, conforme as disposições do regulamento.

Parágrafo único. Os rótulos de alimentos cujo teor original de lactose tenha sido alterado deverão informar o teor de lactose remanescente, conforme as disposições do regulamento.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

Senado Federal, em 3 de dezembro de 2014.

Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 8, DE 2016

(Nº 3.030/2015, NA CASA DE ORIGEM)

Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 7º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 121.

.....

§ 7º

.....

II – contra pessoa menor de catorze anos, maior de sessenta anos, com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental;

III – na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima;

IV – em descumprimento das medidas protetivas de urgência

previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarInteira;jsessionid=DF618DC59C9EF939077E09854A5A1877.proposicoesWeb1?codteor=1387478

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.

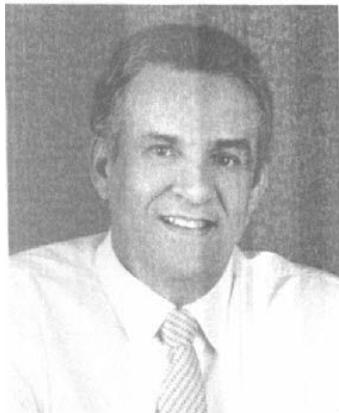
Mensagens da Presidente da República**SENADO FEDERAL****MENSAGEM Nº 33, de 2016**

(Nº 107/2016, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA CAMPOS, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Mario Póvia.

Brasília, 30 de março de 2016.



Luiz Otávio Oliveira Campos

Brasileiro | Paraense | Casado | 27/05/1954

Filiação: Euclides Almeida Campos Filho e Lucymar Ferreira de Oliveira

CPF: 042.575.532-00 | CEL: (61) 8159-0006

Endereço: SHIS, QI 7, conjunto 8, casa 12

Brasília-DF | CEP: 71.615-280

- Nascido em 1954 em Belém, capital do Estado do Pará, Luiz Otávio é graduado em Administração de Empresas.

Experiência Profissional

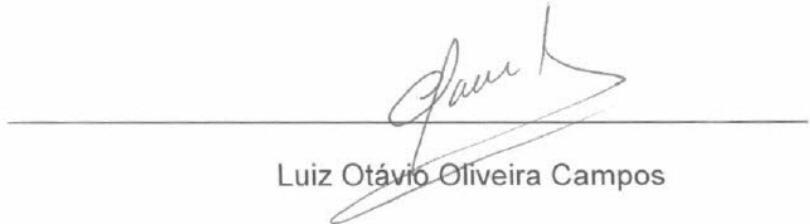
- Secretário Executivo da Secretaria de Portos da Presidência da República. Desde 14/10/2015.
- Secretário Executivo da Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem. Desde 19/01/2016.
- Representante Titular da Secretaria de Portos da Presidência da República no Grupo Interministerial da Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional – CCA-IMO. Desde outubro de 2015.
- Coordenador da Comissão Nacional de Autoridades nos Portos – CONAPORTOS. Desde 17/11/2015.
- Presidente do Conselho de Administração – CONSAD da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP. Desde 18/12/2015.
- Presidente do Conselho Fiscal – CONFIS da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ. Desde 17/12/2015.
- Em 2015 foi nomeado Secretário Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura.
- Entre os anos de 2012 e 2014, assumiu como suplente o mandato de Deputado Federal do Estado do Pará.
- Em 1998, lançou-se candidato e foi eleito ao Senado Federal. Durante o mandato, teve importante atuação como líder do partido e presidente da CAE Comissão de Assuntos Econômicos.

- Antes de ser eleito, atuou como Secretário Especial de Produção do Estado do Pará em 1998.
- Em 1994 foi eleito Deputado Estadual, onde foi líder do Governo do Estado e, em 1996, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará.
- Iniciou sua carreira política em 1992, quando eleito vereador pelo município de Belém, tendo se destacado ao se tornar Presidente da Câmara Municipal.
- No Poder Executivo, atuou como Secretário dos Transportes do Governo do Pará em 1990.
- Foi Presidente do SINDARPA (Sindicato das Empresas de Navegação do Pará), Presidente do Conselho de Usuários do Porto (Companhia Docas Pará), e Vice-presidente da FENAVEGA (Federação Nacional das Empresas de Navegação Marítima, Fluvial, Lacustre e de Tráfego Portuário).
- Em 1975 iniciou sua carreira no ramo empresarial, onde atuou como superintendente da RODOMAR, empresa de logística em que trabalhou por 15 anos.

Condecorações

Dentre as Condecorações que recebeu, destacam-se:

- Medalha Mérito Tamandaré, outorgada pelo Ministério da Marinha.
- Medalha Mérito Santos Dumont, conferida pelo Ministério da Aeronáutica.
- Medalha e Diploma de Colaborador Emérito do Exército Brasileiro, outorgada pelo Ministério do Exército.
- Medalha Mérito Grão-Pará, grau Comendador, outorgada pelo Governo do Estado do Pará.
- Ordem do Mérito da Cabanagem, outorgada pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará.



Luiz Otávio Oliveira Campos



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE PORTOS
SECRETARIA EXECUTIVA

Centro Empresarial Varig – SCN Quadra 04 Pétala C – Cobertura – Brasília/DF- 70714-900
Fone: (61) 3411-3706 - Fax: (61) 3326-3025
www.portosdobrasil.gov.br

Brasília, 31 de março de 2016.

DECLARAÇÃO

Eu, Luiz Otávio Oliveira Campos, declaro ao Senado Federal do Brasil, sob as penas da lei, que não existem parentes meus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a minha atividade profissional. Não tive, e não tenho qualquer participação em empresas, ou entidades não governamentais como sócio, proprietário, ou gerente.

Declaro, também, estar em completa regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal, bem como não existirem ações judiciais, nas quais eu figure como autor ou réu.

Desde 18 de dezembro de 2015, sou presidente do Conselho de Administração – CONSAD –, da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP. Desde 17 de dezembro de 2015 sou também presidente do Conselho Fiscal da Companhia Docas do Rio de Janeiro, sendo, esses, os únicos cargos ocupados nos últimos cinco anos, além da Secretaria Executiva no Ministério da Pesca e Aquicultura e na Secretaria de Portos da Presidência da República.

Em função dos meus 15 anos de atuação como executivo de empresa da área de logística; da minha atuação em cargos superiores de entidades de classe de empresários ligados à navegação e aos portos, bem como pelo exercício de cargos públicos ligados ao setor (como secretário de transportes do Estado do Pará e Secretário Executivo de dois ministérios); pelas responsabilidades que assumi sem deixar qualquer dúvida sobre minha capacidade moral e intelectual, declaro que acumulei experiência profissional, formação técnica tais que me habilitam, plenamente, ao exercício de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.


LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA CAMPOS
Secretário Executivo



CERTIDÃO

Eu, Adm. **AQUILINO REIS MONTEIRO FILHO**,
Gerente do Conselho de Administração do Estado Pará,
nos termos da lei.

CERTIFICO que o Adm. **LUIZ OTAVIO OLIVEIRA CAMPOS** possui registro Principal neste Conselho sob o nº **01316**, estando habilitado para o exercício profissional nos termos do Art. 14 da Lei 4.769/65. Certifico ainda, que a mesmo não responde a processo disciplinar, bem como, nunca sofreu penalidade imposta por este Conselho em razão do exercício profissional, estando em dias com suas anuidades até o presente exercício. Por ser verdade o referido, mandei emitir a presente certidão com validade até **31/12/2016**, que vai por mim assinada. **Belém (PA), 29 de março de 2016.**



Adm. **AQUILINO REIS MONTEIRO FILHO**
Gerente – CRA PA nº 2950



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LUIZ OTAVIO OLIVEIRA CAMPOS
CPF: 042.575.532-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 14:45:08 do dia 31/03/2016 <hora e data de Brasília>.

Válida até 27/09/2016.

Código de controle da certidão: **AAA1.4449.133D.D3EB**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

SERVIÇO GRATUITO



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDAO NEGATIVA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA

Nome: LUIZ OTAVIO OLIVEIRA CAMPOS

Inscrição Estadual: NÃO CONSTA

CPF: 042.575.532-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que **NÃO CONSTAM**, até a presente data, pendências em seu nome, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza tributária, incritos ou não na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006 , e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Emitida às: 15:01:15 do dia 31/03/2016

Válida até: 27/09/2016

Número da Certidão: 702016080130793-5

Código de Controle de Autenticidade: 9D8AB897.A804A029.BAF6B4E4.A6992578

Observação:

- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 6º da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.

- A cassação da certidão será efetuada de ofício, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Válida em todo território paraense.

SERVIÇO GRATUITO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS MOBILIÁRIOS**

CERTIDÃO Nº. 000246/2016 - SEFIN/DETM

NOME DO REQUERENTE: LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA CAMPOS

CPF: 042.575.532-00

ENDEREÇO: RUA DIOGO MOIA, Nº 407 - APTO 2600 - UMARIZAL

Certificamos para os devidos fins de direito, com base nas informações preliminares constantes no processo nº 009929/2016 que não consta até a presente data em nome do requerente acima qualificado, registro no cadastro de contribuintes - Pessoa Física SEFIN/DETM.

Fica ressaltado o direito da Fazenda Municipal de cobrar débitos porventura apurados futuramente de responsabilidade do requerente acima qualificado.

EMITIDA EM: sexta-feira, 1 de abril de 2016

NOME: Joana D'Arc Antunes de Melo
MATRÍCULA: 0020389-019
CARIMBO E ASSINATURA:

Joana D'Arc Antunes de Melo
Carimbo da Div. de Cadastros
Mat. 20389-019 SEFIN/DETM

"Art. 208. A certidão negativa com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos
Parágrafo Único. O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber"
(Código Tributário Nacional)

Aviso nº 148 - C. Civil.

Em 30 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA CAMPOS, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Mario Póvia.

Atenciosamente,

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, substituta

À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Mensagem nº 120

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Dispõe sobre a transformação de cargos vagos no Quadro Permanente da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; e altera a Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.264, de 1º de abril de 2016.

Brasília, 1º de abril de 2016.



Pareceres**SENADO FEDERAL**
PARECER N° 370, DE 2016

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2012, do Senador Paulo Paim, que “altera o artigo 53 do Código Civil para permitir aos transportadores de pessoas ou cargas organizarem-se em associação de direitos e obrigações recíprocas para criar fundo próprio, desde que seus recursos sejam destinados exclusivamente à prevenção e reparação de danos ocasionados aos seus veículos por furto, acidente, incêndio, entre outros”.

RELATOR: Senador **EDUARDO AMORIM**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 356, de 2012, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Altera o artigo 53 do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002) para permitir aos transportadores de pessoas ou cargas organizarem-se em associação de direitos e obrigações recíprocas para criar fundo próprio, desde que seus recursos sejam destinados exclusivamente à prevenção e reparação de danos ocasionados aos seus veículos por furto, acidente, incêndio, entre outros”.

O referido projeto objetiva permitir que os transportadores de pessoas e de cargas – os nossos laboriosos e valentes “caminhoneiros” brasileiros – criem associações no bojo das quais seja criado um fundo, custeado por eles mesmos, que servirá para custear a prevenção e a reparação de danos causados aos seus veículos por conta de infortúnios, como furto, acidente, incêndio etc. E, para tanto, a proposição insere, no art. 53 do Código Civil, tal autorização, excepcionando a regra do seu atual parágrafo único, que condena a existência de direitos e obrigações recíprocos entre os associados. Nesse sentido, a proposição acresce um § 2º

ao art. 53 e ajusta o texto do parágrafo único do referido dispositivo, renumerando-o como § 1º.

Na justificação, lembra-se que “os caminhoneiros (...) enfrentam inúmeros obstáculos no dia-a-dia de seu trabalho”. No entanto, “o maior problema enfrentado pelos caminhoneiros [seria] a insegurança nas estradas”. A crescente dificuldade em contratar seguros para os caminhões é apontada como agravante dessa conjuntura. As seguradoras estariam a recusar-se a fazê-lo para veículos com mais de 15 anos de uso ou, quando o fazem, estariam a cobrar valores proibitivos.

Seria esse, enfim, o motivo por que a categoria tem se organizado em associações, as quais teriam por finalidade, portanto, proteger o veículo do associado, num sistema de autogestão e rateio dos custos. Dessa forma, “por meio da ajuda mútua, garantiriam proteção do patrimônio de todos”. Além disso, as associações ofereceriam outras vantagens, “como segurança com rastreamento e monitoramento de seus veículos, descontos em acessórios, equipamentos, combustível e, ainda, cursos e palestras”.

Entretanto, de acordo com a Federação Nacional das Associações de Caminhoneiros e Transportadores (FENACAT), a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) – autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro – estaria a “inibir o funcionamento dessas associações”, por entender que “elas estariam comercializando seguros travestidos de ‘proteção automotiva’ e sem sua autorização [da Susep, bem entendido], estando, portanto, à margem da lei”.

Logo, e ainda consoante o proponente, o PLS nº 356, de 2012, visaria à implementação de uma medida “necessária e urgente para garantir o funcionamento dessas associações que vêm suprindo a necessidade do caminhoneiro autônomo, necessidade essa que as companhias seguradoras vêm se negando a atender em razão do pouco interesse decorrente da avaliação de que teriam pouco retorno financeiro”.

A proposição foi, inicialmente, distribuída, em caráter terminativo, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o Senador Vital do Rêgo chegou a apresentar relatório propondo a sua aprovação com emendas. Todavia, o relatório não foi votado.

Por conta de Requerimento nº 220, de 2015, do Senador Álvaro Dias, a matéria foi distribuída à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para manifestação prévia.

Coube-nos, então a relatoria.

II – ANÁLISE

II.1) Regimentalidade, constitucionalidade juridicidade

Nenhuma censura há contra a **regimentalidade** da matéria. Além de sua tramitação coadunar-se com o procedimento previsto no Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) detém competência para opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que versem sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor (art. 102, incisos III, do RISF).

A matéria não exibe **inconstitucionalidade formal** alguma. Com efeito, o tema insere-se no feixe de competências legislativas da União, nos termos do art. 22, inciso I, da Constituição Federal, que versa sobre a competência privativa da União para legislar sobre direito civil. Não viola, ademais, nenhuma regra de iniciativa de leis ordinárias e complementares, nos moldes do art. 61 da Carta Magna.

No tocante à **constitucionalidade material**, observa-se que a proposição harmoniza-se com os direitos fundamentais tutelados na Carta Magna.

É evidente, também, a **juridicidade** da proposição, pois há: (1) adequação do meio eleito (normatização da matéria via lei) para o alcance dos objetivos pretendidos; (2) inovação no ordenamento jurídico; (3) generalidade dos comandos normativos; (4) potencial coercitividade da norma; e (5) compatibilidade com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

II.2) Mérito

No **mérito**, a proposição deve vingar.

II.2.1.) Da relevância social da proposição: controvérsias jurisprudenciais

A proposição em pauta possui enorme relevância social, em razão de controvérsias doutrinárias e jurisprudenciais sobre a subsistência ou não das associações de socorro mútuo. Explica-se.

O Judiciário está começando a ser instado a manifestar-se sobre esse tema. Ainda a Corte Máxima em matéria infraconstitucional, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) não se pronunciou. Todavia, especialmente nas instâncias ordinárias do Poder Judiciário, o tema está encontrando posicionamentos divergentes.

Por exemplo, recentemente, por sentença, de 18 de agosto de 2014¹, prolatada pela Juíza Federal titular da 4^a Vara Federal do Rio de Janeiro, foi julgada procedente uma ação civil pública proposta pela Susep (Superintendência de Seguros Privados) contra a “Associação Brasileira de Proteção e Amparo aos Proprietários de Veículos Leves, Pesados e Motocicletas – Clube Proteção Brasil” e outros.

No referido caso, em suma, a Susep alegou que a referida associação “fornecce serviços de proteção veicular aos seus associados, o que corresponde a um verdadeiro contrato de seguro, sem, contudo, cumprir os requisitos legais para tanto, como a autorização da SUSEP, a formação de reservas técnicas, a fixação de um limite operacional, a contratação de mecanismos de redução de riscos, entre outros”. A autarquia afirmou ainda que, no estatuto social, a associação Clube de Proteção Brasil objetiva “amparar os seus associados quanto a danos em seus carros, motos e caminhões, causados por colisão, incêndio, roubo ou furto”, além de fornecer serviços como “cobertura para táxi (retorno a domicílio), chaveiro, substituição de pneu furado e falta de combustível”.

A ilustre magistrada deu razão à Susep por entender, entre outros motivos, que não se admite mais o seguro mútuo em razão da revogação dos arts. 1.466 a 1.470 do Código Civil de 1916, que disciplinavam essa espécie de seguro, de maneira que “a única modalidade de seguro legalmente admissível é o seguro a prêmio, ainda que a apólice seja coletiva (seguro em grupo)”, a qual está sujeita ao regime de fiscalização da Susep com base no Decreto-Lei nº 73, de 1966, que “dispõe

sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências”.

Outro exemplo é a decisão², de 8 de junho de 2015, prolatada monocraticamente por magistrado do Tribunal Regional Federal da 1^a Região, que, negando agravo de instrumento interposto pela associação “Car Club – Clube de Assistência ao Proprietário de Veículos Automotores”, entendeu que é ilícita, por desrespeito ao Decreto-Lei nº 73, de 1966, a sua atividade securitária de, por meio de “fundo especial de contingência” custeado pelos associados, “amparar os seus associados quanto a danos em seus veículos, causados por colisão, incêndio, roubo ou furto” e “proporcionar proteção material, diretamente ou através de convênios, contratos ou acordos, visando manter em ordem e em perfeito uso os veículos dos seus associados”.

Já tinha havido, por sinal, precedente do Tribunal Regional Federal da 1^a Região, que, negando pedido de *habeas corpus*, admitiu a continuidade de ação penal proposta contra indivíduos envolvidos em associação de socorro mútuo por suposto crime de comercialização de seguros sem autorização do órgão competente (art. 16 da Lei nº 7.492, de 1986)³.

Por outro lado, há julgados que aprovam a atividade associativa de seguro mútuo em favor de transportadores.

Por ilustrativo, por decisão, de 26 de janeiro de 2015, exarada por Juiz do Tribunal Regional Federal da 1^a Região, foi autorizado que, até julgamento final da causa pela Corte, a “Associação para o Desenvolvimento Mútuo e Social – SOMA” continuasse desempenhando sua atividade, pois, conforme o magistrado, “não se vislumbra, *prima facie*, que a atividade desenvolvida pela entidade associativa possuiria natureza jurídica de seguro privado, tendo em vista que, à luz do seu regulamento, trata-se de uma associação, onde os associados dividem os possíveis prejuízos materiais causados aos veículos de sua propriedade num sistema cooperativo, ou seja, a despeito das semelhanças com o contrato de seguro de autos típico, caracteriza-se, em princípio, pelo rateio de despesas entre os seus associados agrupados com o fim específico de ajuda mútua, na defesa do seu patrimônio”.

Há, ainda, julgados de outras Cortes a favor da atividade de seguro mútuo por associação de transportadores, a exemplo destes julgados do Tribunal Regional Federal da 2^a Região e do Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA.
ADMINISTRATIVO. SUSEP. ASSOCIAÇÃO. PROTEÇÃO
AUTOMOTIVA. ILEGALIDADE.
INEXISTÊNCIA.

A despeito das atribuições legais da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para a fiscalização das operações de seguro e afins (Decreto-lei n.º 73/66), não se verifica, no caso, a negociação ilegal de seguros por associação sem fins lucrativos instituída com o fim de promover proteção automotiva a seus associados.

Apesar das semelhanças com o contrato de seguro automobilístico típico, há inegáveis diferenças, como o rateio de despesas entre os associados, apuradas no mês anterior, e proporcional às quotas existentes, com limite máximo de valor a ser indenizado. Hipótese de contrato pluralista, em grupo restrito de ajuda mútua, caracterizado pela autogestão (Enunciado n.º 185 da III Jornada de Direito Civil), em que não há a figura do segurado e do segurador, nem garantia de risco coberto, mas rateio de prejuízos efetivamente caracterizados.

Eventual prática de crime (art. 121 do DL n.º 73/66) há de ser aferida na via própria, mas não há qualquer ilegalidade na simples associação para rateio de prejuízos. Apelação provida.

Sentença reformada.

(Ap nº 00149-70.2011.4.02.5101 - Relatora Desembargadora Federal Edna Carvalho Kleemann - 6^a Turma do TRF 2^a Região, julgado em 14/7/2014)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS. DISPONIBILIZAÇÃO AOS ASSOCIADOS DE PROTEÇÃO AUTOMOTIVA. NÃO PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES REFERENTES À ALUDIDA GARANTIA. POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. CAUSA MADURA. JULGAMENTO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL.

I – A disponibilização do serviço de proteção automotiva pela Associação não caracteriza o contrato firmado entre as partes em típico contrato de seguro.

II - Havendo ajuste entre as partes de garantia de proteção automotiva, aos contratantes é exigido o cumprimento das normas acordadas.

III - O desrespeito às obrigações assumidas pelas partes legitima o contratante lesado a exigir o respectivo cumprimento, não havendo se falar em impossibilidade jurídica do pedido.

IV - Cassada a sentença que extinguiu o processo, sem resolução de mérito, passa-se, desde logo, ao julgamento da causa, com fulcro no permissivo do art. 515, §3º, do CPC, estando o feito devidamente instruído.

V - Tendo a parte Autora comprovado os fatos constitutivos de seu direito e o Réu não apresentado defesa, a procedência do pedido inicial é medida que se impõe. (TJMG, AC 0331763-02.2011.8.13.0105, Rel. Des. Leite Praça, Pub. 09.07.2013).

Como se vê, diante das divergências na jurisprudência, é imperioso que o Congresso Nacional atue no sentido de deixar a legislação mais clara sobre o tema.

II.2.2.) Do cabimento das associações de ajuda mútua

Os maiores juristas em matéria de Direito Civil do País, reunidos em um evento que representa o consenso (unânime ou majoritário) da doutrina – a Jornada de Direito Civil, promovida pelo Conselho da Justiça Federal –, já se debruçaram sobre o tema relativo ao cabimento ou não das associações que, sem fins lucrativos, promovem o rateio de danos sofridos pelos associados, sistema conhecido como seguro mútuo. A conclusão desses juristas é pela admissibilidade desse sistema, conforme resumido no Enunciado nº 185 da III Jornada de Direito Civil, a seguir transcrito:

185 – Art. 757: A disciplina dos seguros do Código Civil e as normas da previdência privada que impõem a contratação exclusivamente por meio de entidades legalmente autorizadas não impedem a formação de grupos restritos de ajuda mútua, caracterizados pela autogestão.

O fato de o atual Código Civil não ter reproduzido, com especificidade, os dispositivos do anterior Código Civil (que, nos arts. 1.466 ao 1.470, disciplinava o seguro mútuo) não significa que tal prática ficou vedada. De fato, o novo Código Civil adotou, entre as suas diretrizes metodológicas, a de não reproduzir dispositivos legais do anterior Código que cuidassem de contratos sem tanto uso social e para os quais era

desnecessária (e até mesmo inconveniente, por engessar a autonomia da vontade) a disciplina legal expressa. É o que sucedeu, por exemplo, com o pacto comissório nos contratos de compra e venda, que ainda hoje é admitido, apesar de o novo Código não ter reproduzido o teor do já revogado art. 1.163 do Código Civil de 1916.

As entidades de seguro mútuo não se equiparam às seguradoras, pois, conforme o respeitado civilista Flávio Tartuce, “naquelas os segurados não contribuem por meio de prêmio, e sim por meio de quotas necessárias para se protegerem de determinados prejuízos por meio da dispersão do evento danoso entre os seus membros”⁴.

No mesmo sentido, o civilista e promotor de justiça do Ministério Público de São Paulo Roberto Senise Lisboa acrescenta:

“Variante do contrato de seguro é o chamado seguro mútuo, que é contrato formado sem a existência de uma companhia de seguros em um dos pólos da relação jurídica. Os sócios da sociedade constituída para a realização do seguro mútuo são os próprios segurados. (...) O seguro mútuo é contrato nitidamente civil por meio do qual os segurados contribuem com as cotas necessárias à administração e assunção dos riscos assumidos”⁵.

O seguro mútuo promovido por meio de associação, portanto, não representa um contrato de seguro, e sim uma união de pessoas que, por meio de quotas pagas e de mecanismos de autogestão (associado tem direito a deliberar em assembleias da associação), promovem sistema de ajuda mútua. Por essa razão, a entidade de seguro mútuo não pode ser enquadrada como segurador e, por isso, não depende da autorização legal de que trata o parágrafo único do art. 757 do Código Civil, o qual afirma que “somente pode ser parte, no contrato de seguro, como segurador, entidade para tal fim legalmente autorizada”.

Nesse contexto, não se aplica o regime jurídico detalhado no Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, às associações de seguro mútuo, pelos argumentos acima e também por conta de previsão expressa contida no § 1º do seu art. 143⁶, cujo teor ora se transcreve:

Art 143. (...)

§ 1º As Associações de Classe, de Beneficência e de Socorros mútuos e os Montepios que instituem pensões ou pecúlios, atualmente em funcionamento, ficam excluídos do regime estabelecido neste Decreto-Lei, facultado ao CNSP mandar fiscalizá-los se e quando julgar conveniente. (grifo nosso)

Por essa razão, as associações de seguro mútuo **NÃO**:

- a) se sujeitam à fiscalização da Susep (embora, nos termos do retromencionado § 1º do art. 143, possa sofrer fiscalização por ordem da Conselho Nacional de Seguro Privados – CNPS);
- b) são obrigadas a serem constituídas sob a forma de Sociedade Anônima ou de Cooperativa devidamente autorizadas, pois não se aplicam o art. 24 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966⁷; e
- c) precisam constituir provisões técnicas, dada a inaplicabilidade dos arts. 84 e 85 do referido diploma.

Como se vê, o melhor entendimento é o de que a criação de seguros mútuos por meio de associação é plenamente admissível na atualidade, mas, em razão da divergência jurisprudencial citada, é necessário haver explicitação disso em lei.

Não há, portanto, óbice jurídico-técnico à presente proposição.

II.2.3.) Da necessidade da proposição em pauta em favor dos transportadores e dos consumidores

Como se sabe, o mercado de seguro privado, entendido como aquele composto por entidades com fins lucrativos e que celebram

15 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.49025&seo=1>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

⁷ Eis o teor do aludido dispositivo:

Art 24. Poderão operar em seguros privados apenas Sociedades Anônimas ou Cooperativas, devidamente autorizadas.

Parágrafo único. As Sociedades Cooperativas operarão únicamente em seguros agrícolas, de saúde e de acidentes do trabalho.

contratos de seguro, não mostra interesse por assumir riscos não interessantes economicamente.

No caso dos transportadores, isso é bem evidente. É fato notório que diversas seguradoras se negam a fornecer cobertura securitária a transportadores interessados em proteger seus veículos ou sua carga de infortúnios, por conta do pouco retorno financeiro. Há casos de seguradoras que cobram valores estratosféricos a título de prêmio, para cobrir os sinistros dos transportadores, o que, na prática, significa negar o produto securitário.

Isso faz com os caminhoneiros brasileiros, além de todas as tormentosas dificuldades que enfrentam para vencer os mais atrozes inimigos presentes nas estradas (como as péssimas condições das estradas, os contínuos roubos etc.), ainda ficam desprotegidos patrimonialmente pela falta de um mecanismo de proteção securitária.

Esse peso é maior sobre os caminhoneiros autônomos, pois grandes empresas de transporte, por conta de suas imensas frotas e dos elevados lucros, não são tão atormentadas pela eventual falta de seguro nem são tão oneradas com o pagamento do prêmio exorbitante cobrado pelas seguradoras.

Não podemos fechar os olhos para esses brasileiros heroicos que trocam os dias e as noites de conforto com a sua família, para, sob o testemunho do Sol e da Lua, desbravar, com audácia, as perigosas estradas brasileiras no cumprimento de sua missão de abastecer, com produtos essenciais, as casas de todos os cidadãos espalhados por este país de extensão continental.

Não podemos, igualmente, ignorar que a presente proposição contribui para que os preços dos produtos adquiridos pelos consumidores não sejam ainda mais elevados do que já são, pois, inevitavelmente, os custos com o seguro ser-lhes-ão repassados.

Por essa razão, a proposição em pauta se revela absolutamente necessária e devida.

II.2.4.) Da necessidade de pequeno ajuste na proposição

A proposição em pauta estabelece que, nas associações de seguro mútuo, poderá haver direitos e obrigações recíprocos entre associados.

Tal, porém, não é necessário.

Com efeito, os direitos e obrigações existentes nas associações de seguro mútuo se estabelecem entre os associados e a associação, e não entre os associados. Jamais um associado poderá, com base na relação associativa, demandar judicialmente o outro, por exemplo. É o que ocorre em qualquer associação, a exemplo das conhecidas associações de lazer, nas quais cada associado, mediante o pagamento de suas contribuições, pode acessar o clube e outros benefícios da associação. Igualmente, nas associações de seguro mútuo, o associado somente terá direitos e deveres perante a associação, e não perante os demais associados.

Por essa razão, convém oferecer uma emenda substitutiva que corrija esse pequeno descarrilamento de técnica legislativa.

III – VOTO

O voto, por todas as razões expendidas, é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2012, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA N° 1 – CMA

Acrescenta § 2º ao artigo 53 da Lei nº 10.406, de janeiro de 2002 - Código Civil, para permitir às associações de transportadores de pessoas ou cargas criarem fundo próprio a ser custeado pelos associados interessados e destinado exclusivamente à prevenção e à reparação de danos ocasionados aos seus veículos por furto, acidente, incêndio, entre outros.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 53 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 -

Código Civil, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se seu atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 53.

.....
§ 2º Fica permitido às associações de transportadores de pessoas ou cargas criarem fundo próprio a ser custeado pelos associados interessados e destinado exclusivamente à prevenção e à reparação de danos ocasionados aos seus veículos por infortúnios como furto, acidente, incêndio, entre outros.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 15 de setembro de 2015

Senador Otto Alencar, Presidente

Senador Eduardo Amorim, Relator



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 38ª Reunião, Extraordinária, da CMA
Data: 15 de setembro de 2015 (terça-feira), às 09h30
Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE -
CMA**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
Jorge Viana (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Reguffe (PDT)	3. Acir Gurgacz (PDT)
Paulo Rocha (PT)	4. Delcídio do Amaral (PT)
Ivo Cassol (PP)	5. Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Otto Alencar (PSD)	3. VAGO
VAGO	4. Sandra Braga (PMDB)
VAGO	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
João Capiberibe (PSB)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Blairo Maggi (PR)
Douglas Cintra (PTB)	2. Fernando Collor (PTB)



SENADO FEDERAL

PARECER N° 371, DE 2016

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 356 de 2012, do Senador Paulo Paim, que *altera o artigo 53 do Código Civil para permitir aos transportadores de pessoas ou cargas organizarem-se em associação de direitos e obrigações recíprocas para criar fundo próprio, desde que seus recursos sejam destinados exclusivamente à prevenção e reparação de danos ocasionados aos seus veículos por furto, acidente, incêndio, entre outros.*

RELATOR: Senador **DOUGLAS CINTRA**

I – RELATÓRIO

Em análise nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 356 de 2012, do Senador Paulo Paim, que insere um § 2º no art. 53 do Código Civil, para permitir aos transportadores de pessoas ou cargas organizarem-se em associação de direitos e obrigações recíprocas para criar fundo próprio, desde que seus recursos sejam destinados exclusivamente à prevenção e reparação de danos ocasionados aos seus veículos por furto, acidente, incêndio, entre outros eventos.

O autor justifica que, de acordo com a Federação Nacional das Associações de Caminhoneiros e Transportadores (Fenacat), o maior problema dos caminhoneiros hoje é a insegurança nas estradas. Furtos e roubos de cargas e caminhões afligem tanto as empresas transportadoras como os caminhoneiros autônomos e suas famílias. Ele acrescenta ser cada vez mais difícil contratar seguro para caminhões, pois as seguradoras se recusam a isso, alegando, por exemplo, que os veículos têm mais de quinze anos de uso e, quando o fazem, cobram valores impossíveis de serem pagos pelos motoristas autônomos.

O autor aduz que, segundo a Fenacat, a Superintendência de Seguros Privados (Susep) propôs pelo menos trinta ações judiciais contra

associações de caminhoneiros criadas para suportar os riscos das estradas brasileiras, alegando que tais associações estariam comercializando sem autorização seguros privados travestidos de “proteção automotiva”, atuando, portanto, à margem da lei.

A matéria foi inicialmente distribuída apenas à CCJ. Por se tratar de projeto em caráter terminativo (art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal – RISF), foi aberto o prazo inicial de cinco dias úteis para que qualquer Senador da Casa oferecesse emendas à matéria perante à primeira Comissão, que, no caso, era a própria CCJ (§ 1º do art. 122 do RISF). Nesse prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

Ultrapassado tal prazo, houve a aprovação do Requerimento nº 220 de 2015, do Senador Álvaro Dias, em razão do qual o projeto foi redistribuído à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e à CCJ, cabendo a esta a decisão terminativa.

Em 15/9/2015, a CMA aprovou substitutivo excluindo a previsão da existência de direitos e obrigações recíprocos entre os transportadores associados, sob o argumento de que os direitos e obrigações nas associações de seguro mútuo se estabelecem entre a associação e os associados, não entre estes.

Na CCJ, até o momento, não foram oferecidas emendas pelos membros da Comissão.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso I do art. 101 do RISF, compete à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da presente matéria. Cabe a esta Comissão também, em atenção à alínea *d* do inciso II do mesmo artigo, opinar sobre o mérito do projeto, por se tratar de assunto referente ao Direito Civil.

Não há óbice quanto à **constitucionalidade** da matéria. Nos termos do inciso I do art. 22 da Constituição Federal, compete à União legislar privativamente sobre Direito Civil, não estando a matéria inserida nas de iniciativa privativa do Presidente da República previstas no § 1º do art. 61 da Carta Magna.

A proposição tampouco ofende a **juridicidade**, pois possui os atributos de novidade, abstração, generalidade e coercibilidade, sendo compatível com o ordenamento jurídico vigente.

No tocante à **regimentalidade**, a proposição está escrita em termos concisos e claros, dividida em artigos, encimada por ementa e acompanhada de justificação escrita e transcrição das disposições de lei invocadas em seu texto, tudo em conformidade com os arts. 236 a 239 do RISF, além de ter sido distribuída à Comissão competente, conforme citado.

Quanto à **técnica legislativa**, a redação observa a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No **mérito**, a matéria merece prosperar, pois trata de tema sensível aos caminhoneiros brasileiros, em especial os que atuam de forma autônoma, e que está a merecer um adequado equacionamento legal.

A grande controvérsia sobre o assunto em tela tem sido a tentativa das autoridades federais, particularmente a Susep, de enquadrar como contrato de seguro a proteção patrimonial pretendida pelos associados de inúmeras associações de caminhoneiros mediante sistema de autogestão e compartilhamento de riscos.

A questão agrava-se ante as inúmeras negativas, por parte das seguradoras, na contratação de seguros para determinados tipos de caminhões, em face do ano de fabricação ou de outras especificações técnicas. Mesmo quando elas aceitam fazer os seguros, os valores dos prêmios cobrados tendem a exceder em muito a capacidade econômica dos caminhoneiros.

Além disso, não se deve confundir os seguros propriamente ditos com os serviços de proteção de autogestão, pois estes exigem mutualidade e estabelecem rateio entre participantes ou estipulam fundo de reserva a partir de contribuições periódicas, sem estrutura societária, não abrangendo, assim, o mercado de consumo, mas apenas um grupo de associados. A atividade de seguros, por outro lado, abrange o mercado em geral, não pessoas determinadas, sendo a seguradora organizada para tal finalidade.

Os grupos restritos de ajuda mútua, organizados em sistema de autogestão, tampouco devem ser tratados como seguros do ponto de vista

regulatório, por ausência de risco sistêmico. Nesse sentido, eles podem ser prestados independentemente de autorização ou fiscalização das autoridades reguladoras de seguros.

Registre-se que, apesar da omissão do atual Código Civil quanto ao seguro mútuo (o antigo Código tratava do assunto nos arts. 1.466 a 1470), é praticamente consenso na doutrina não haver qualquer vedação legal à prática. Tanto é assim que o Enunciado nº 185 da Terceira Jornada de Direito Civil, promovida pelo Conselho da Justiça Federal, consagrou o seguinte entendimento:

“Art. 757: A disciplina dos seguros do Código Civil e as normas da previdência privada que impõem contratação exclusivamente por meio de entidades legalmente autorizadas não impedem a formação de grupos restritos de ajuda mútua, caracterizados pela autogestão.”

Não obstante, oferecemos algumas **emendas** para adequar a proposição aos seus objetivos. Em consonância com a decisão da CMA, entendemos pertinente excluir a previsão da existência de direitos e obrigações recíprocos entre os transportadores associados, conforme o argumento daquela Comissão, de que, nas associações de seguro mútuo, os direitos e obrigações se estabelecem entre a associação e os associados, não entre estes. Em função disso, propomos a adequação da redação da ementa da proposição. Sugerimos ainda a anistia das multas aplicadas pela Susep às associações de caminhoneiros até a data de publicação desta Lei em face das atividades de assistência mútua por elas desenvolvidas.

Além disso, entendemos legítimo também estender as regras da proposição às cooperativas de transporte. Isso porque elas são forma jurídica muito particular em nosso ordenamento, possuindo, inclusive, permissão expressa para a criação de fundos facultativos, com destinação específica, por meio de suas assembleias gerais, conforme o § 1º do art. 28 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (Regime Jurídico das Sociedades Cooperativas). Contudo, inúmeras interpretações, em especial a da Susep, têm limitado o alcance desse dispositivo, razão pela qual a expressa autorização para a prática é indispensável para trazer segurança jurídica à atuação das cooperativas.

Mesmo com todo o arcabouço normativo, algumas cooperativas têm sido autuadas pela Susep, a qual considera que a criação dos fundos seria uma a atividade típica de seguro privado, regulada pelo Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. Entretanto, associações e cooperativas, no presente

contexto, possuem o mesmo princípio associativo, apenas com a adoção de formas jurídicas diferentes. Assim, é importante incluir as cooperativas de transporte na presente matéria, para que também não existam mais dúvidas sobre a legalidade da criação dos citados fundos por essas entidades.

III – VOTO

Ante o exposto, somos pela **constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa** do PLS nº 356 de 2012 e, no mérito, pela sua **aprovação**, com as **emendas** a seguir.

EMENDA Nº 3– CCJ

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 356 de 2012 a seguinte redação:

“Altera o Código Civil para permitir às associações e cooperativas de transportadores de pessoas ou cargas criarem fundo próprio para prevenção e reparação de danos aos seus veículos em razão de infortúnios.”

EMENDA Nº 4– CCJ

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 356 de 2012 a seguinte redação:

“**Art. 1º** O art. 53 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

‘**Art. 53.**

.....

§ 2º As associações de transportadores de pessoas ou cargas poderão criar fundo próprio custeado pelos associados interessados e destinado exclusivamente à prevenção e à reparação de danos ocasionados aos seus veículos por infortúnios como furto, acidente e incêndio.

§ 3º O disposto no § 2º aplica-se aos proprietários de veículos autorizados ao transporte coletivo de passageiros e aos caminhões autorizados à exploração do transporte rodoviário de cargas.’ (NR)’

EMENDA Nº 5– CCJ

Inclua-se o seguinte art. 2º no Projeto de Lei do Senado nº 356 de 2012, renumerando-se os demais:

“Art. 2º O art. 731 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 731.

Parágrafo único. As cooperativas de transportadores de pessoas ou cargas poderão criar fundo próprio custeado pelos cooperados interessados e destinado exclusivamente à prevenção e à reparação de danos ocasionados aos seus veículos por infortúnios como furto, acidente e incêndio.’ (NR)’

EMENDA Nº 6– CCJ

Inclua-se o seguinte art. 3º no Projeto de Lei do Senado nº 356 de 2012 a seguinte redação, renumerando-se os demais:

“Art. 3º Ficam cancelados os autos de infração lavrados pela Superintendência de Seguros Privados – Susep e anistiadas as multas deles decorrentes aplicadas às associações de caminhoneiros e às cooperativas de transportadores de pessoas ou cargas até a data de publicação desta Lei.”

Sala da Comissão, 30 de março de 2016.

Senador JOSÉ MARANHÃO, Presidente

Senador DOUGLAS CINTRA, Relator

CONTINUAÇÃO DO PARECER Nº 371, DE 2016

Da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**, sobre a Emenda nº 2 ao PLS nº 356 de 2012, que *altera o artigo 53 do Código Civil para permitir aos transportadores de pessoas ou cargas organizarem-se em associação de direitos e obrigações recíprocas para criar fundo próprio, desde que seus recursos sejam destinados exclusivamente à prevenção e reparação de danos ocasionados aos seus veículos por furto, acidente, incêndio, entre outros.*

Relator: Senador **DOUGLAS CINTRA**

I – RELATÓRIO

Em exame nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a Emenda nº 2, de autoria do Senador Alvaro Dias, ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 356 de 2012, cuja ementa está em epígrafe. Como já apresentamos o relatório sobre o projeto, opinamos neste momento apenas sobre a referida emenda, apresentada durante o período de vista coletiva da matéria.

A emenda é composta de quatro artigos. Seu art. 1º altera a ementa do projeto, para adequar seu texto às alterações dos demais artigos, a seguir elencadas.

O art. 2º da emenda altera o § 2º do art. 53 do Código Civil para prever que as associações de transportadores de pessoas ou cargas poderão criar fundo de reserva próprio custeado pelos associados interessados e destinado exclusivamente à prevenção e à reparação de danos ocasionados aos seus veículos por infortúnios como furto, roubo, acidente e incêndio. Modifica ainda o § 3º desse artigo para dispor que tal regra se aplica somente às associações que congregam os proprietários de veículos autorizados ao transporte coletivo de passageiros e de caminhões autorizados à exploração do transporte rodoviário de cargas.

Código Civil para dispor que as cooperativas de transportadores de pessoas ou cargas poderão criar fundo de reserva próprio custeado pelos cooperados interessados e destinado exclusivamente à prevenção e à reparação de danos ocasionados aos seus veículos por infortúnios como furto, roubo, acidente e incêndio.

Finalmente, o art. 4º pretende incluir um artigo no PLS nº 356 de 2012 para estabelecer que a atividade de transporte a que se referem o § 2º do art. 53 e o parágrafo único do art. 731 do Código Civil (conforme a redação proposta acima para tais dispositivos), será regulada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e fiscalizada em forma a ser definida pela Superintendência de Seguros Privados – Susep.

Na justificação da emenda, o autor afirma que é necessário compatibilizar o projeto com o Código Civil e que, por ter caráter de cobertura de riscos quanto a danos causados por acidente, incêndio, furto, roubo, entre outros, é indispensável que os fundos de que trata o projeto tenham algum tipo de fiscalização e acompanhamento, para proteção dos próprios mutuários dos fundos.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso I e da alínea *d* do inciso II do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe à CCJ opinar sobre constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito da presente matéria, referente ao Direito Civil.

Preliminarmente, não observamos óbices quanto à constitucionalidade, à juridicidade ou à regimentalidade.

No mérito, entendemos que a emenda não merece prosperar. As alterações sugeridas, ao pretender criar um fundo **de reserva** (e não um fundo, simplesmente), preveem um sistema securitário complementar ao utilizado pelas empresas de transporte que contratam com as empresas de seguros. Assim, além de trazer inovações não consonantes com a legislação securitária vigente, a emenda acaba por obrigar o transportador a celebrar um contrato de seguro de transporte com uma seguradora, na forma das alíneas *h*, *l* e *m* do art. 20 do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

Desse modo, a alteração pretendida, ao citar a criação de um fundo de reserva, conflita com a finalidade inicial do projeto, que é a de

reparação de danos aos veículos, sem a necessidade de buscar proteção junto a uma empresa de seguros contratada.

É o que se nota também na redação do art. 4º da emenda, o qual prevê que o referido fundo de reserva será regulamentado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e fiscalizado pela Superintendência de Seguros Privados – Susep, revelando, assim, o aspecto complementar e securitário do fundo de reserva da associação de transportadores.

Nota-se, na verdade, que o autor da Emenda nº 2 pretende inserir novas modificações àquelas que já propomos em nosso relatório sobre a matéria principal, no qual apresentamos quatro emendas para compatibilizar o projeto às necessidades dos diversos atores envolvidos. Entendemos que as sugestões constantes do nosso relatório inicial são suficientes para o equacionamento do tema, razão de nosso voto quanto à presente emenda.

III – VOTO

Ante o exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Emenda nº 2 ao PLS nº 356 de 2012, mas, no mérito, pela sua rejeição.

Sala da Comissão, 30 de março de 2016.

Senador JOSÉ MARANHÃO, Presidente

Senador DOUGLAS CINTRA, Relator



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCJ, 30/03/2016 às 10h - 7ª, Ordinária

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)

TITULARES	SUPLENTES
JORGE VIANA	1. WALTER PINHEIRO
GLEISI HOFFMANN	2. TELMÁRIO MOTA
JOSÉ PIMENTEL	3. LINDBERGH FARIAS
FÁTIMA BEZERRA	4. ANGELA PORTELA
HUMBERTO COSTA	5. ZEZE PERRELLA
ACIR GURGACZ	6. PAULO PAIM
BENEDITO DE LIRA	7. IVO CASSOL
CIRO NOGUEIRA	8. ANA AMÉLIA

Maioria (PMDB)

TITULARES	SUPLENTES
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. ROBERTO REQUIÃO
EDISON LOBÃO	2. SÉRGIO PETECÃO
VAGO	3. GARIBALDI ALVES FILHO
ROMERO JUCÁ	4. WALDEMAR MOKA
SIMONE TEBET	5. DÁRIO BERGER
VALDIR RAUPP	6. ROSE DE FREITAS
JADER BARBALHO	7. MARTA SUPLICY
JOSÉ MARANHÃO	8. RAIMUNDO LIRA

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)

TITULARES	SUPLENTES
JOSÉ AGRIPINO	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
RONALDO CAIADO	2. ALVARO DIAS
AÉCIO NEVES	3. ATAÍDES OLIVEIRA
RICARDO FERRAÇO	4. RICARDO FRANCO
ANTONIO ANASTASIA	5. DAVI ALCOLUMBRE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)

TITULARES	SUPLENTES
ANTONIO CARLOS VALADARES	1. VANESSA GRAZZIOTIN
ROBERTO ROCHA	2. JOÃO CABIBERIBE
RANDOLFE RODRIGUES	3. JOSÉ MEDEIROS



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCJ, 30/03/2016 às 10h - 7ª, Ordinária

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)		
TITULARES	SUPLENTES	
EDUARDO AMORIM	PRESENTE	1. DOUGLAS CINTRA
MARCELO CRIVELLA	PRESENTE	2. BLAIRO MAGGI
MAGNO MALTA	PRESENTE	3. VICENTINHO ALVES

Não Membros Presentes

LÍDICE DA MATA

Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PLS 356/2012

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)		SUPLENTES - Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)			SUPLENTES - Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)			SUPLENTES - Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)		
		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JORGE VIANA (PT)					1. WALTER PINHEIRO (S/PARTIDO)					
GLEISI HOFFMANN (PT)					2. TELMÁRIO MOTA (PDT)					
JOSÉ PIMENTEL (PT)					3. LINDBERGH FARIA (PT)					
FATIMA BEZERRA (PT)					4. ANGELA PORTELA (PT)					
HUMBERTO COSTA (PT)					5. ZEZE PERRELLA (S/PARTIDO)					
ACIR GURGACZ (PDT)					6. PAULO PAIM (PT)					
BENEDITO DE LIRA (PP)					7. IVO CASSOL (PP)					
CIRIO NOGUEIRA (PP)					8. ANA AMÉLIA (PP)					
TITULARES - Maioria (PMDB)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Maioria (PMDB)			SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EUÂNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)					1. ROBERTO REQUIÃO (PMDB)					
EDISON LOBÃO (PMDB)					2. SÉRGIO PETECÃO (PSD)					
VAGO					3. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)					
ROMERO JUCÁ (PMDB)					4. WALDEMIRO MOKA (PMDB)					
SIMONE TEBET (PMDB)	X				5. DÁRIO BERGER (PMDB)					
VALDIR RAUPP (PMDB)	X				6. ROSE DE FREITAS (PMDB)					
JADER BARBALHO (PMDB)					7. MARTA SUPLICY (PMDB)					
JOSÉ MARANHÃO (PMDB)					8. RAIMUNDO LIRA (PMDB)					
TITULARES - Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)			SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ AGRIPINO (DEM)					1. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)					
RONALDO CAIADO (DEM)	X				2. ALVARO DIAS (PV)					
AÉCIO NEVES (PSDB)					3. ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)					
RICARDO FERRAÇO (PSDB)	X				4. RICARDO FRANCO (DEM)					
ANTONIO ANASTASIA (PSDB)	X				5. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)					
TITULARES - Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)			SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	X				1. VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)					
ROBERTO ROCHA (PSB)					2. JOÃO CAPIBERIBE (PSB)					
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)	X				3. JOSE MEDEIROS (PSD)					
TITULARES - Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)			SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO AMORIM (PSC)					1. DOUGLAS CINTRA (PTB)					
MARCELO CRIVELLA (PR)	X				2. BLAIRO MAGGI (PR)					
MAGNO MALTA (PR)	X				3. VICENTINHO ALVES (PR)					

Quórum: **TOTAL 16**

Votação: **TOTAL 15 SIM 15 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0**

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N° 3, EM 30/03/2016

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTACÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF art 89 XI)


Senador José Maranhão

Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Emendas nº 3-CCJ a 6-CCJ ao PLS 356/2012.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)		SIM		NÃO		ABSTENÇÃO		SUPLENTES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)		SIM		NÃO		ABSTENÇÃO	
JORGE VIANA (PT)								1. WALTER PINHEIRO (S/SPARTIDO)							
GLEISI HOFFMANN (PT)								2. TELMÁRIO MOTA (PDT)							
JOSÉ PIMENTEL (PT)								3. LINDBERGH FARIA (PT)							
FÁTIMA BEZERRA (PT)								4. ANGELA PORTELA (PT)							
HUMBERTO COSTA (PT)								5. ZEZÉ PERRELA (S/SPARTIDO)							
ACIR GURGACZ (PDT)								6. PAULO PAIM (PT)	X						
BENEDITO DE LIRA (PP)								7. IVO CASSOL (PP)							
CIRO NOGUEIRA (PP)								8. ANA AMÉLIA (PP)							
TITULARES – Maioria (PMDB)		SIM		NÃO		ABSTENÇÃO		SUPLENTES – Maioria (PMDB)		SIM		NÃO		ABSTENÇÃO	
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)								1. ROBERTO REQUIÃO (PMDB)							
EDISON LOBÃO (PMDB)								2. SÉRGIO PETECÃO (PSD)							
VAGO								3. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)							
ROMERO JUCÁ (PMDB)								4. WALDEMIRO MOKA (PMDB)							
SIMONE TEBET (PMDB)			X					5. DÁRIO BERGER (PMDB)	X						
VALDIR RAUAPP (PMDB)			X					6. ROSE DE FREITAS (PMDB)							
JADER BARBALHO (PMDB)			X					7. MARTA SUPLICY (PMDB)	X						
JOSÉ MARANHÃO (PMDB)			X					8. RAIMUNDO LIRA (PMDB)							
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)		SIM		NÃO		ABSTENÇÃO		SUPLENTES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)		SIM		NÃO		ABSTENÇÃO	
JOSÉ AGRIPIÑO (DEM)			X					1. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X						
RONALDO CAIADO (DEM)			X					2. ALVARO DIAS (PV)							
AÉCIO NEVES (PSDB)			X					3. ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)							
RICARDO FERRAÇO (PSDB)			X					4. RICARDO FRANCO (DEM)							
ANTONIO ANASTASIA (PSDB)			X					5. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)							
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)		SIM		NÃO		ABSTENÇÃO		SUPLENTES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)		SIM		NÃO		ABSTENÇÃO	
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)			X					1. VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)	X						
ROBERTO ROCHA (PSB)			X					2. JOÃO CAPIBERIBE (PSB)							
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)			X					3. JOSÉ MEDEIROS (PSD)							
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)		SIM		NÃO		ABSTENÇÃO		SUPLENTES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)		SIM		NÃO		ABSTENÇÃO	
EDUARDO AMORIM (PSC)			X					1. DOUGLAS CINTRA (PTB) (RELATOR)	X						
MARCELO CRIVELLA (PRB)			X					2. BLAIRO MAGGI (PR)							
MAGNO MALTA (PR)			X					3. VICENTINHO ALVES (PR)							

Quórum: 16
 Votação: TOTAL 15 SIM 15 NÃO 0 ABS 0
 * Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N° 3, EM 30/03/2016

DBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Terça-feira 5 99


 Senator JOSE MARANHÃO
 Presidente

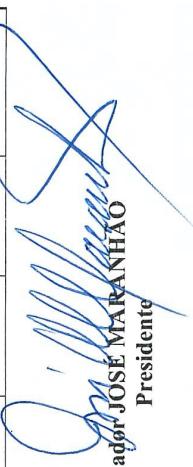
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Emenda nº 2 ao PLS 356/2012.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JORGE VIANA (PT)					1. WALTER PINHEIRO (SPARTIDO)			
GLEISI HOFFMANN (PT)					2. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
JOSÉ PIMENTEL (PT)					3. LINDBERGH FARIAS (PT)			
FÁTIMA BEZERRA (PT)					4. ANGELA PORTELA (PT)			
HUMBERTO COSTA (PT)					5. ZEZE PERRELLA (SPARTIDO)			
ACIR GURGACZ (PDT)					6. PAULO PAIM (PT)	X		
BENEDITO DE LIRA (PP)					7. IVO CASSOL (PP)	X		
CIRO NOGUEIRA (PP)					8. ANA AMÉLIA (PP)			
TITULARES – Maioria (PMDB)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)					1. ROBERTO REQUIÃO (PMDB)			
EDISON LOBÃO (PMDB)					2. SÉRGIO PETECÃO (PSD)			
VAGO					3. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)			
ROMERO JUCA (PMDB)		X			4. WALDEMIRO MOKA (PMDB)			
SIMONE TEBET (PMDB)		X			5. DÁRIO BERGER (PMDB)	X		
VALDIR RAUAPP (PMDB)		X			6. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
JADER BARBALHO (PMDB)					7. MARITA SUPILCY (PMDB)	X		
JOSÉ MARANHÃO (PMDB)					8. RAIMUNDO LIRA (PMDB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ AGRIPOINO (DEM)					1. ALCYSSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X		
RONALDO CAIADO (DEM)		X			2. ALVARO DIAS (PV)			
AÉCIO NEVES (PSDB)					3. ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)			
RICARDO FERRAÇO (PSDB)		X			4. RICARDO FRANCO (DEM)			
ANTONIO ANASTASIA (PSDB)		X			5. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)					1. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB)	X		
ROBERTO ROCHA (PSB)					2. JOÃO CAPIBERIBE (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)		X			3. JOSÉ MEDEIROS (PSD)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO AMORIM (PSC)					1. DOLIGLAS CINTRA (PTB)(RELATOR)	X		
MARCELO CRIVELLA (PRB)		X			2. BLAIRO MAGGI (PR)			
MAGNO MALTA (PR)		X			3. VICENTINHO ALVES (PR)			

Quórum: 16Votação: TOTAL 15 SIM 0 NÃO 15 ABS 0

* Presidente não votou



Senador JOSE MARANHAO
Presidente



**SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

**TEXTO FINAL
Do PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, DE 2012
Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:**

Altera o Código Civil para permitir às associações e cooperativas de transportadores de pessoas ou cargas criarem fundo próprio para prevenção e reparação de danos aos seus veículos em razão de infortúnios.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 53 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

“Art. 53.

.....
§ 2º As associações de transportadores de pessoas ou cargas poderão criar fundo próprio custeado pelos associados interessados e destinado exclusivamente à prevenção e à reparação de danos ocasionados aos seus veículos por infortúnios como furto, acidente e incêndio.

§ 3º O disposto no § 2º aplica-se aos proprietários de veículos autorizados ao transporte coletivo de passageiros e aos caminhões autorizados à exploração do transporte rodoviário de cargas.” (NR)

Art. 2º O art. 731 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com a seguinte redação:

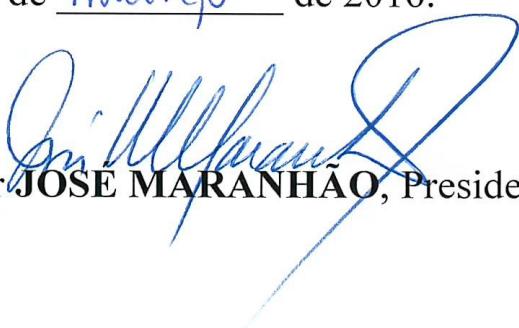
“Art. 731.

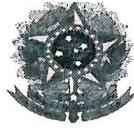
Parágrafo único. As cooperativas de transportadores de pessoas ou cargas poderão criar fundo próprio custeado pelos cooperados interessados e destinado exclusivamente à prevenção e à reparação de danos ocasionados aos seus veículos por infortúnios como furto, acidente e incêndio.” (NR)”

Art. 3º Ficam cancelados os autos de infração lavrados pela Superintendência de Seguros Privados – Susep e anistiadas as multas deles decorrentes aplicadas às associações de caminhoneiros e às cooperativas de transportadores de pessoas ou cargas até a data de publicação desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 30 de março de 2016.


Senador **JOSE MARANHÃO**, Presidente



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 16/2016-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 30 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação**, com as Emendas nºs 3-CCJ a 6-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2012, que “Altera o artigo 53 do Código Civil para permitir aos transportadores de pessoas ou cargas organizarem-se em associação de direitos e obrigações recíprocas para criar fundo próprio, desde que seus recursos sejam destinados exclusivamente à prevenção e reparação de danos ocasionados aos seus veículos por furto, acidente, incêndio, entre outros”, de autoria do Senador Paulo Paim.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senador **JOSÉ MARANHÃO**

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Projeto de Lei do Senado**SENADO FEDERAL****PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 152, DE 2016**

Altera a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, para determinar que o índice máximo de reajuste das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde, em todos os tipos de contratação, seja o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 4º, 5º e 6º:

“Art. 4º

.....

§ 4º Dependerá de prévia autorização da ANS a aplicação de reajustes das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde individuais, familiares, coletivos empresariais e coletivos por adesão, médico-hospitalares, com ou sem cobertura odontológica, que tenham sido contratados após 1º de janeiro de 1999 ou adaptados à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e não poderão ultrapassar a taxa do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

§ 5º O índice de reajuste a ser autorizado pela ANS para as contraprestações pecuniárias dos planos tratados no § 4º do *caput* será publicado no Diário Oficial da União e na página da ANS na internet, após aprovação da Diretoria Colegiada da ANS.

§ 6º Os valores relativos às franquias ou coparticipações não sofrerão reajuste em percentual superior ao autorizado pela ANS para a contraprestação pecuniária, observado como limite o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Entre os excessos praticados pelas operadoras de planos de saúde está o reajuste abusivo das mensalidades, sem mesmo considerarem os índices inflacionários.

A normatização infralegal vigente determina que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) autorize previamente os reajustes das contraprestações pecuniárias apenas dos planos de saúde individuais ou familiares. Percebemos, então, haver inexplicável omissão da fiscalização sobre o reajuste das mensalidades dos planos de saúde coletivos empresariais ou por adesão.

Não nos surpreende, portanto, a consequente distorção que tal lacuna normativa gerou ao mercado privado de assistência à saúde, uma vez que a oferta de planos por segmentação (individual, empresarial ou por adesão) é livre à iniciativa privada.

Desse modo, as empresas podem vender os planos conforme o melhor retorno financeiro previsto. Porém, para escapar da regulação mais acirrada que existe sobre os planos individuais, cujo índice máximo de reajuste é fixado pela ANS, as operadoras privilegiam a venda de planos coletivos.

Ademais, existe uma estratégia de estimular a migração do consumidor dos planos individuais para planos coletivos: os planos coletivos, por apresentarem preços iniciais mais baixos do que os planos individuais de cobertura equivalente, são mais atrativos para o consumidor.

Igualmente, quando as pessoas vão contratar um plano de saúde, elas são incentivadas a ingressarem no sistema de saúde suplementar nessa modalidade. Assim, são induzidas, muitas vezes, a se unirem a grupos com os quais não têm qualquer ligação efetiva.

Com efeito, não existe a devida fiscalização, por parte das operadoras, sobre a legitimidade da pessoa jurídica contratante e a condição de elegibilidade do beneficiário, conforme prevê a Resolução Normativa nº 195, de 14 de junho de 2009, da ANS.

Acreditamos que essa grave distorção do mercado é resultado da falta de regulação. Assim, pretendemos estender a tutela dos reajustes das mensalidades também para os planos de saúde coletivos empresariais ou por adesão. E o reajuste máximo não poderá ultrapassar, em qualquer caso, a taxa verificada para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Diante da necessidade urgente de se resguardar os direitos dos consumidores de planos de saúde, conto com o apoio de meus Pares para a aprovação do projeto de lei que ora submeto à apreciação do Congresso Nacional.

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 9.656, de 3 de Junho de 1998 - LEI DOS PLANOS DE SAUDE - 9656/98](#)

[Lei nº 9.961, de 28 de Janeiro de 2000 - 9961/00](#)

[artigo 4º](#)

(Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa)

Término de prazos

Encerrou-se em 1º de abril o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 14, de 2016. Não foram oferecidas emendas.

O Projeto vai à CCJ e à Comissão Diretora.

Encerrou-se em 1º de abril o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Lei da Câmara nº 158 e 175, de 2015.

Não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

Encerrou-se em 1º de abril do corrente o prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e § 11 do art. 62 da Constituição Federal, para edição de decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 690, de 2015, convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2015, e sancionada a Lei nº 13.241, de 30 de dezembro de 2015 (DOU 31/12/15 – Ed. Extra). Não foi apresentado projeto de decreto legislativo.

Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Por se tratar de matéria vetada, o processado retornará à Secretaria Legislativa do Congresso Nacional para aguardar deliberação do Veto aposto à matéria.

Encerrou-se em 1º de abril do corrente o prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e § 11 do art. 62 da Constituição Federal, para edição de decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 691, de 2015, convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2015, e sancionada a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015 (DOU 31/12/15 – Ed. Extra). Não foi apresentado projeto de decreto legislativo.

Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Por se tratar de matéria vetada, o processado retornará à Secretaria Legislativa do Congresso Nacional para aguardar deliberação do Veto aposto à matéria.

CONGRESSO NACIONAL

Aviso do Tribunal de Contas da União

Aviso nº 5 de 2016-CN (nº 198/2016, na origem) que encaminha, nos termos do §4º do art. 71 da Constituição Federal de 1988, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao exercício de 2015.

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A matéria será publicada em avulsos eletrônicos.

O inteiro teor do relatório pode ser encontrado na consulta à tramitação da matéria, no sítio do Senado. Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Aviso:

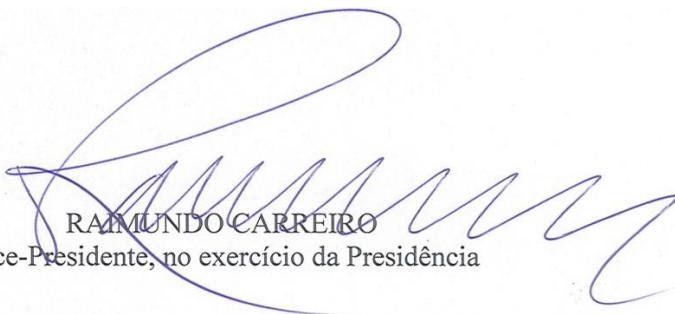
Aviso nº 198-GP/TCU

Brasília, 30 de março de 2016.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, RELATÓRIO DAS ATIVIDADES deste Tribunal referente ao exercício de 2015.

Respeitosamente,


RAIMUNDO CARREIRO
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

Calendário de tramitação do AVN 5/2016 (art. 120, Res. 1 de 2006-CN):

Leitura: 04/04

Até 09/04 prazo para publicação da matéria;

Até 24/04 prazo para apresentação de relatório e, se for o caso, de projeto de decreto legislativo;

Até 29/04 prazo para apresentação de emendas a eventual projeto de decreto legislativo; e

Até 06/05 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

Comunicação



À Publicação
04/04/16

[Signature]

Ofício nº 003/MPV 704-2015

Brasília, 31 de março de 2016.

Senhor Presidente,

Em virtude da renúncia do Senador Wilder Morais à relatoria da Medida Provisória nº 704, de 2015, designo o Senador Benedito de Lira como relator da matéria.

Respeitosamente,

[Signature]
Deputado JORGE SOLLA
Presidente da Comissão

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
S/Partido - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
S/Partido - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalírio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Ricardo Franco** (S)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

S/Partido - Delcídio do Amaral*
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 18

Dário Berger	SC
Edison Lobão	MA
Eunício Oliveira	CE
Garibaldi Alves Filho	RN
Hélio José	DF
Jader Barbalho	PA
José Maranhão	PB
João Alberto Souza	MA
Marta Suplicy	SP
Raimundo Lira	PB
Renan Calheiros	AL
Roberto Requião	PR
Romero Jucá	RR
Rose de Freitas	ES
Sandra Braga	AM
Simone Tebet	MS
Valdir Raupp	RO
Waldemir Moka	MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16**PSDB-11 / DEM-4 / PV-1**

Aécio Neves	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB / SP
Alvaro Dias	PV / PR
Antonio Anastasia	PSDB / MG
Ataídes Oliveira	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima	PSDB / PB
Dalírio Beber	PSDB / SC
Davi Alcolumbre	DEM / AP
Flexa Ribeiro	PSDB / PA
José Agripino	DEM / RN
José Serra	PSDB / SP
Paulo Bauer	PSDB / SC
Ricardo Ferraço	PSDB / ES
Ricardo Franco	DEM / SE
Ronaldo Caiado	DEM / GO
Tasso Jereissati	PSDB / CE

Bloco de Apoio ao Governo - 14**PT-11 / PDT-3**

Acir Gurgacz	PDT / RO
Angela Portela	PT / RR
Donizeti Nogueira	PT / TO
Fátima Bezerra	PT / RN
Gleisi Hoffmann	PT / PR
Humberto Costa	PT / PE
Jorge Viana	PT / AC
José Pimentel	PT / CE
Lasier Martins	PDT / RS
Lindbergh Farias	PT / RJ
Paulo Paim	PT / RS
Paulo Rocha	PT / PA
Regina Sousa	PT / PI
Telmário Mota	PDT / RR

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10**PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1**

Antonio Carlos Valadares	PSB / SE
Cristovam Buarque	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho	PSB / PE

João Capiberibe	PSB / AP
Lídice da Mata	PSB / BA
Lúcia Vânia	PSB / GO
Randolfe Rodrigues	REDE / AP
Roberto Rocha	PSB / MA
Romário	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 10**PP-6 / PSD-4**

Ana Amélia	PP / RS
Benedito de Lira	PP / AL
Ciro Nogueira	PP / PI
Gladson Cameli	PP / AC
Ivo Cassol	PP / RO
José Medeiros	PSD / MT
Omar Aziz	PSD / AM
Otto Alencar	PSD / BA
Sérgio Petecão	PSD / AC
Wilder Morais	PP / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 8**PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1**

Blairo Maggi	PR / MT
Douglas Cintra	PTB / PE
Eduardo Amorim	PSC / SE
Elmano Férrer	PTB / PI
Magno Malta	PR / ES
Marcelo Crivella	PRB / RJ
Vicentinho Alves	PR / TO
Wellington Fagundes	PR / MT

S/Partido - 4

Delcídio do Amaral	MS
Reguffe	DF
Walter Pinheiro	BA
Zeze Perrella	MG

PTC - 1

Fernando Collor	AL
-----------------	----

PMDB	18
Bloco Parlamentar da Oposição	16
Bloco de Apoio ao Governo	14
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	10
Bloco Parlamentar Democracia Progressista	10
Bloco Parlamentar União e Força	8
S/Partido	4
PTC	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
 Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
 Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
 Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)
 Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
 Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
 Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
 Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
 Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
 Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
 Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)
 Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
 Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
 Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
 Dalírio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
 Dário Berger** (PMDB-SC)
 Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
 Delcídio do Amaral* (S/Partido-MS)
 Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)
 Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)
 Edison Lobão* (PMDB-MA)
 Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
 Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
 Eunício Oliveira* (PMDB-CE)
 Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
 Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
 Fernando Collor** (PTC-AL)

Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
 Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)
 Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
 Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
 Hélio José* (PMDB-DF)
 Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
 Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
 Jader Barbalho* (PMDB-PA)
 João Alberto Souza* (PMDB-MA)
 João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
 Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
 José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
 José Maranhão** (PMDB-PB)
 José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)
 José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
 José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
 Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
 Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
 Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
 Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
 Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
 Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)
 Marta Suplicy* (PMDB-SP)
 Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
 Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
 Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
 Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)

Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
 Raimundo Lira* (PMDB-PB)
 Randolph Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
 Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
 Reguffe** (S/Partido-DF)
 Renan Calheiros* (PMDB-AL)
 Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
 Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
 Roberto Requião* (PMDB-PR)
 Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
 Romário** (Bloco-PSB-RJ)
 Romero Jucá* (PMDB-RR)
 Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
 Rose de Freitas** (PMDB-ES)
 Sandra Braga* (PMDB-AM)
 Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
 Simone Tebet** (PMDB-MS)
 Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
 Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
 Valdir Raupp* (PMDB-RO)
 Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
 Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
 Waldemir Moka* (PMDB-MS)
 Walter Pinheiro* (S/Partido-BA)
 Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
 Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
 Zeze Perrella* (S/Partido-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (S/Partido-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4º SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 14</p> <p>Líder Paulo Rocha - PT (37,49,68,75)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,33,81) Lindbergh Farias (35,70,74) Telmário Mota (4,31,42,52,76) Gleisi Hoffmann (69,73,79) Regina Sousa (41)</p> <p>Líder do PT - 11</p> <p>Paulo Rocha (37,49,68,75)</p> <p>Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (35,70,74) Gleisi Hoffmann (69,73,79) Fátima Bezerra (34,72) Donizeti Nogueira (71)</p> <p>Líder do PDT - 3</p> <p>Acir Gurgacz (3,33,81)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,31,42,52,76)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM/PV) - 16</p> <p>Líder José Agripino - DEM (39,63)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (38) Antonio Anastasia (46)</p> <p>Líder do PSDB - 11</p> <p>Cássio Cunha Lima (12,58)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 4</p> <p>Ronaldo Caiado (10)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39,63)</p> <p>Líder do PV - 1</p> <p>Alvaro Dias (20,78)</p>	<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (15,27)</p> <p>Vice-Líder Vanessa Grazziotin (22,24)</p> <p>Líder do PSB - 7</p> <p>Antonio Carlos Valadares (64)</p> <p>Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (66) Roberto Rocha (45,67)</p> <p>Líder do PPS - 1</p> <p>Cristovam Buarque (77)</p> <p>Líder do PCdoB - 1</p> <p>Vanessa Grazziotin (22,24)</p> <p>Líder do REDE - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (25,29)</p>
<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 10</p> <p>Líder Omar Aziz - PSD (17,54)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (11,16,44,53,57) Otto Alencar (60)</p> <p>Líder do PP - 6</p> <p>Benedito de Lira (11,16,44,53,57)</p> <p>Líder do PSD - 4</p> <p>Omar Aziz (17,54)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (18)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 8</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (7) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,9)</p> <p>Líder do PTB - 2</p> <p>Líder do PR - 4</p> <p>Wellington Fagundes (51,56)</p> <p>Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (55)</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Marcelo Crivella (2,9)</p>	<p>PMDB - 18</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (21,26,62,65)</p> <p>Vice-Líderes Hélio José (50,59) Gleisi Hoffmann (69,73,79) Wellington Fagundes (51,56) Telmário Mota (4,31,42,52,76)</p>	<p>PTC - 1</p> <p>Líder Fernando Collor - PTC (5,6,80)</p>	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

10. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
11. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
13. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),.
17. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
18. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
22. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
26. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
27. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
28. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRRD).
30. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
38. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
46. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
49. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
52. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
53. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
54. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
55. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
56. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
57. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
58. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
59. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
60. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
61. Em 16.12.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado Líder do Bloco da Maioria (Of. 290/2015-GLPMDB).
62. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
63. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
64. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
65. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
66. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
67. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
68. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)

69. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4^a vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
70. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2^º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
71. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4^º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
72. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3^º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
73. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2^a vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
74. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1^º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
75. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
76. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3^º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
77. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
78. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
79. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2^a vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
80. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
81. O senador Acir Gurgacz está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 01/04/2016 a 15/04/2016.

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Reinalson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

9) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

10) COMISSÃO TEMPORÁRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS

Finalidade: Avaliar toda a PNSB - Política Nacional de Segurança de Barragens, criada pela Lei 12.334/2010, bem como o SNISB - Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, a partir do acidente ocorrido com o rompimento de duas barragens de rejeitos de minérios no município de Mariana/MG e, assim, propor soluções eficazes.

Requerimento nº 1.305, de 2015

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)

Instalação: 01/12/2015

Prazo final: 11/05/2016

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT-AC)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	

Notas:

*. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Antonio Anastasia e Ricardo Ferraço para ocupar, respectivamente, os cargos de Presidente e Relator da Comissão.

**. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Wilder Moraes e Rose de Freitas para compor o Colegiado.

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

Requerimento nº 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 01/09/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁸⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾	4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾	5. VAGO ^(5,13,16)
 Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁷⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁵⁾	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹²⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽⁹⁾
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽¹⁰⁾

Notas:

*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

**. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

***. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

****. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

*****. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

*****. Em 12.11.2015, foi aprovado o Requerimento nº 1.289, de 2015, que prorroga o prazo final de funcionamento da Comissão para 22.12.2016.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).
3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).
4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).
13. Em 19.11.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela, que deixa de compor a Comissão (Of. 136/2015-GLDBAG).
14. Em 15.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco da Oposição em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 120/2015-GLDEM).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br

12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

Prazo final prorrogado: 17/06/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinícius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agostini Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agostini Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimir Vinícius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha

Wladimir Vinícius de Moraes Camargos

Marcos Motta ⁽²⁾

Álvaro Melo Filho

Ana Paula Terra

Carlos Eugênio Lopes

Flávio Diz Zveiter

Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira

Luiz Felipe Santoro

Pedro Trengrouse

Roberto de Acioli Roma

Marcos Santos Parente Filho

Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinícius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Wladimir Vinícius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514

14) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

Prazo final prorrogado: 15/03/2016

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggioro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Geraldo Vieira (2)

Enio Paes de Oliveira (1,3)

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

****. O ato do Presidente nº 42, de 24 de novembro de 2015, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de março de 2016.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).
2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).
3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

15) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadão e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Mauro Roberto Gomes de Mattos

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Leandro Paulsen

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 33033501
E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

Prazo final prorrogado: 15/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ^(6,7)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽⁶⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

*****. Em 03.12.2015, foi lido o Requerimento nº 1.394, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão em 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reuniu elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vaga em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).

7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

Prazo final prorrogado: 30/04/2016

Prazo final prorrogado: 27/10/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Maioria (PMDB)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹¹⁾	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

**. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

***. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

****. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

*****. Em 29.03.2016, foi lido o Requerimento nº 227, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).
9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).
8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).
10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033511/10

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3) CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Investigar o assassinato de jovens no Brasil, no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

Prazo final prorrogado: 28/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Maoria (PMDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽⁶⁾

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 27.10.2015, lido o Requerimento nº 1.213, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 90 dias.

*****. Em 09.03.2016, lido o Requerimento nº 148, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 45 dias.

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).
6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).
7. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

4) CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) (1)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (1)	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	
Maoria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (4)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (3)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

- *. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).
- **. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB).
- ***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
- ****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
- *****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).
- 1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).
- 2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).
- 3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).
- 4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

5) CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 16/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(2,13)
Senador Zeze Perrella (S/Partido-MG)	2. VAGO ^(9,11)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹²⁾	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁰⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br

6)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Mariana/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	1. 2.
Maioria (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁾	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	1.

Notas:

1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,23,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽²⁵⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(10,16,24,27)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁴⁾	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
 Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	4. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferreira (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(8,14,21)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(17,28)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PV-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,18,20,28)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	3. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).

18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 109/2015-GLDEM).

19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).

21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).

23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).

24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).

25. Em 01.03.2016, o Senador Donizetti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).

26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016/CAE).

27. Em 22.03.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 22/2016-GLDBAG).

28. Em 22.03.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 15/2016-GLDEM).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
 2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
 3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(7,19)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(11,21)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
 Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽²⁰⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)	1. VAGO ⁽¹⁷⁾
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(5,8)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalírio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC) (8)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (9,28)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (S/Partido-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
 Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (33)
VAGO (32)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (6)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,15)	7. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (31)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (13)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(7,30)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) (10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (1,12,17,32)	4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (26,27)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (20,21)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (18,19)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (23)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edíson Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
 18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
 19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
 20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
 21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
 22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
 23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
 24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
 25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
 26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
 29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.
 30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).
 32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).
 33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO (8)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	3. Senador Zeze Perrella (S/Partido-MG) (4)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹¹⁾	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ^(12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).

12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).

13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES		Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾		
Senador Jorge Viana (PT-AC)		1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)		2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹³⁾		3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(7,13,15)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)		4. VAGO ^(5,14)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)		5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)		
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)		1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾		2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)		3. VAGO ⁽¹⁰⁾
		4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁶⁾
		5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(8,12)		
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)		1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)		2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)		3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)		1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)		
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)		1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)		2. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezzerino, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).
14. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
15. Em 30.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 30/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO ⁽¹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
 2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
 3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
 4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
 5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
 6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
- **. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scocomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1.
 Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1.

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

**. Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁴⁾	6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽²⁰⁾
 Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁹⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(17,18)	1. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁵⁾
Notas:	
*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).	
**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).	
***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).	
****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).	
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).	
1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).	
2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).	
3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).	
4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)	
5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).	
6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).	
7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).	
8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).	

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of. 64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão (Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).
- **. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
- ***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).
- ****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
 Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁵⁾	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Senador Magno Malta (PR-ES)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMD).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
VAGO (22)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(10,13)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ^(5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
 Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,8)	4. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽²¹⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁰⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO (18)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(15,16)	4.
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM)
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
21. Em 23.03.2016, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixou de compor a Comissão (Of. 37/2016-GLMPDB).
22. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
 2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RJSF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).
 3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (18)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (18)	4. VAGO (1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
 Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,12)	2. Senador Hélio José (PMDB-DF) (7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (19,20,23)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (5,16)	2. VAGO
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (6,13,17,23)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (9)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (22)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (14)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permudam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (S/Partido-MG)	3.
VAGO (9)	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
 Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO (3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

9. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios n°s 25 a 29/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senador Zeze Perrella (S/Partido-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁵⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹¹⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (13)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
 Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO (4)	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (2)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
 Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplentes, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores João Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR)

5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofício nº 16/2016-GLDEM)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995

6^a Eleição Geral: 06/03/2007

2^a Eleição Geral: 30/06/1999

7^a Eleição Geral: 14/07/2009

3^a Eleição Geral: 27/06/2001

8^a Eleição Geral: 26/04/2011

4^a Eleição Geral: 13/03/2003

9^a Eleição Geral: 06/03/2013

5^a Eleição Geral: 23/11/2005

10^a Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES

SUPLENTES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)

Senador José Pimentel (PT-CE)

1. Senadora Angela Portela (PT-RR)

Senadora Regina Sousa (PT-PI)

2. VAGO ⁽³⁾

Senador Lasier Martins (PDT-RS)

3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

4.

Maioria (PMDB)

Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)

Senador Otto Alencar (PSD-BA)

3.

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

4.

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(9,10)

1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(4,5)

Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁵⁾

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁵⁾

3. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ^(6,7)

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁸⁾

Senador João Capiberibe (PSB-AP)

2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁸⁾

Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)

Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ^(11,12)

1.

Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(13,14)

2.

Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)

(/)

Atualização: 01/03/2016

Notas:

- *. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.
1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
2. Eleitos na 1^a reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).
4. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
5. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.
6. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
7. O Senador Dalírio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
8. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.
9. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Morais, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.
10. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.
11. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.

12. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.

13. Nos termos do Of.º 0005/2016-BLUFOR, datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.

14. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013
7^a Designação: 26/11/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senadora Lúcia Vânia (GO)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Hélio José (PMDB-DF)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 26/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾

1^a Designação: 23/03/2010

2^a Designação: 14/03/2011

3^a Designação: 11/03/2013

4^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/10/2015

Notas:

1. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS
HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA**
(*Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010*)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1^a Designação: 30/11/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 21/03/2012
4^a Designação: 11/03/2013
5^a Designação: 20/05/2014
6^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

VAGO ⁽²⁾

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 12/09/2012

2^a Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Representante da sociedade civil organizada

VAGO

Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾

1^a Designação: 22/08/2013

2^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Lindbergh Farias (RJ)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

PSOL

Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

1^a Designação: 20/12/2013

2^a Designação: 16/09/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Vicentinho Alves (TO)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

VAGO ⁽²⁾

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Eleitos na 1^a Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

1^a Designação: 16/11/1995
2^a Designação: 30/06/1999
3^a Designação: 27/06/2001
4^a Designação: 25/09/2003
5^a Designação: 26/04/2011
6^a Designação: 21/02/2013
7^a Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

1^a Designação: 14/03/2011

2^a Designação: 21/03/2012

3^a Designação: 11/03/2013

4^a Designação: 26/03/2014

5^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Reguffe (S/Partido-DF)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senador Wilder Morais (PP-GO)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
*(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

**16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

Senador José Agripino (RN)

PCdoB

Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PMDB

Senador Jader Barbalho (PA)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

PSB

Senador Roberto Rocha (MA)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PSD

Senador Omar Aziz (AM)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PT

Senador Jorge Viana (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: titulares

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SENADO FEDERAL

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
---------------	------------------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO)^(19,20)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)^(19,20)

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)^(19,20)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PPS/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PROS/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - REDE/RJ
Leônidas Cristina - PDT/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.
19. Encerrado mandato de Presidente, Vice-Presidente e Relator do ano de 2015, em 25/02/2016, conforme art. 6º da Resolução nº 4/20018-CN.
20. Mesa eleita em 16-03-2016.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum
Telefone(s): (61) 3303-3534
E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) (6)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Cristovam Buarque (PPS/DF) (7)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) (5)

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
7. Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maoria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT ⁽¹⁹⁾	1. Eduardo Amorim - PSC/SE ⁽¹⁴⁾
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSD/MG
Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTN/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
Darcísio Perondi - PMDB/RS (22)	7. Delegado Edson Moreira - PR/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PSL/MG (16)
Ezequiel Teixeira - PTN/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PR/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
VAGO (4,23)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PP/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PHS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - REDE/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO (9)	1. Rosângela Curado - PSOL/RJ (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Darcísio Perondi, em vaga existente, em 1-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2016, da Liderança do PMDB/PEN.
23. A Deputada Érika Kokay deixa de integrar a Comissão nos termos do Ofício 74, de 2016, da Liderança do PT, em 4 de março de 2016 (Sessão do Senado Federal).

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocom@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 02/06/2015

Prazo final prorrogado: 01/11/2016

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)
Deputado Sergio Zveiter
Deputado Miro Teixeira (REDE/RJ)
Deputado Sandro Alex (PSD/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PR-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
 Maioria (PMDB)	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - PPS/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PR/RR
Edio Lopes - PR/RR	5. Mainha - PP/PI (14)
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Paes Landim - PTB/PI (15)	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Benito Gama - PTB/BA (15,16)
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. Pepe Vargas - PT/RS (3,13)
Danrlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PSB/RJ
Domingos Neto - CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT (11)	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PB (6)	6. Jaime Martins - MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO (11)
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Sandro Alex - PSD/PR (18)
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS (1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PR/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. Elizeu Dionizio - PSDB/MS (17)
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságua Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim, que deixa de ser suplente, em substituição ao Deputado Luis Carlos Busato, em 4-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 19, de 2016, da Liderança do PTB.
16. Designado, como membro suplente, o Deputado Benito Gama, em vaga existente, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 27, de 2016, da Liderança do PTB.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado Elizeu Dionizio, em vaga existente, em 9-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 135, de 2016, da Liderança do PSDB.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Sandro Alex, em substituição ao Deputado Moses Rodrigues, em 16-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34, de 2016, da Liderança do PPS.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PROS/RJ)	
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	
Líder da Maioria VAGO	
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	

MESA DO SENADO FEDERAL	
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)	
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)	
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)	
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)	
2º Secretário Senador Zeze Perrella (S/Partido/MG)	
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)	
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)	
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO	
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR)	
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
 Fax: 3303-5260
 saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	Maria Célia Furtado ^(2,4)
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão ⁽⁵⁾

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO ⁽³⁾	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 07/12/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
3. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
4. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Telefone(s): 3303-5255
 Fax: 3303-5260
 CCSCN@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

